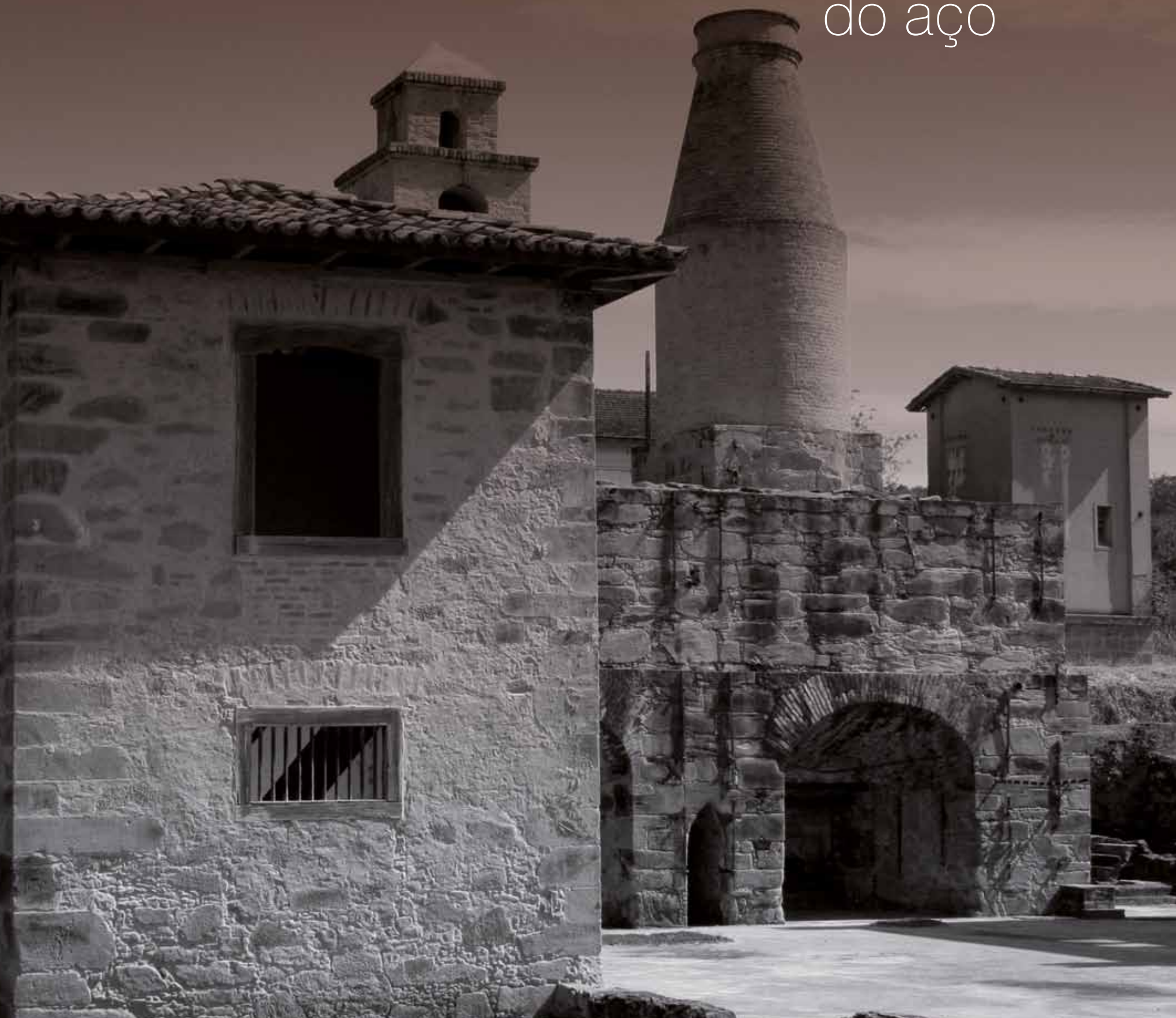


AçoBrasil

uma viagem
pela indústria
do aço





Apoio



Patrocínio



Realização



Ministério da
Cultura



AçoBrasil

uma viagem
pela indústria
do aço



AçoBrasil

uma viagem pela indústria do aço



Belo Horizonte, Novembro de 2013

Até ser finalizado, o livro *Aço Brasil: uma viagem pela indústria do aço*, realizado com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura, atravessou um longo percurso. Primeiramente, foi realizada extensa pesquisa sobre a história do setor do aço brasileiro, sendo consultada bibliografia referente ao tema e ainda periódicos que tratavam do assunto. Somados a isso, foram realizadas 23 entrevistas com lideranças do setor e especialistas na área, a fim de compreender e ampliar o conhecimento das peculiaridades da indústria do aço. Documentos estatais também foram pesquisados para o esclarecimento das políticas governamentais estabelecidas ao longo dos anos para a produção do aço no país. A partir do material coletado foi possível desenvolver um texto que contasse a história da indústria do aço no Brasil desde a época colonial até os dias atuais. O livro percorre todo esse período, tendo como foco a atividade siderúrgica, sem deixar de lado o contexto político, social e econômico vivenciado pelo Brasil.

As mudanças ocorridas no país nesses mais de 510 anos foram muitas. Ao longo desse período a produção de aço se estabeleceu e se desenvolveu, alcançando hoje um padrão internacional de excelência. Se antes as empresas do setor tinham uma produção pequena e mais voltada para o mercado interno, não sendo capazes de produzir artigos mais elaborados, atualmente o cenário é muito diferente. Elas são capacitadas e possuem tecnologia avançada, estando aptas a produzir o aço que o país demanda. O livro procura assim abordar diversos aspectos dessas mudanças vivenciadas pela indústria do aço com o objetivo de enriquecer o conhecimento sobre o assunto.

Grande foi o desafio de escrever um livro sobre a história do aço no Brasil. O período era extenso e o tema bastante complexo, mas para realizar essa empreitada contamos com o suporte técnico de conhecedores do setor que nos brindaram com os seus depoimentos e a eles gostaríamos de agradecer:

- Albano Chagas Vieira – Diretor Superintendente da Votorantim;
- Alexandre de Campos Lyra – Diretor Geral da Vallourec;
- Antônio Delfim Netto – Ex-Ministro da Fazenda;
- Boaventura Mendonça D’Avila Filho - Sócio-Diretor da Setepla Tecnometal Engenharia Ltda;
- Clênio Guimarães - Presidente da Aperam South America;
- Cristina Yuan - Diretora de Assuntos Institucionais do Instituto Aço Brasil;
- Ethienne Vidaurre Poubel – Engenheiro Metalúrgico aposentado que trabalhou no BNDES, no Instituto Aço Brasil, no Consider e no grupo Gerdau;
- Fabiano José Horcades Pegurier - Professor do Ibmec;
- Fred Woods de Lacerda - Ex-secretário geral do Instituto Aço Brasil;
- Germano Mendes de Paula - Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);
- Horacídio Leal Barbosa Filho – Diretor Executivo da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração;
- Ivo Alves Ribeiro – editor do caderno Empresas do jornal Valor Econômico, editor de indústria e infraestrutura;
- José Armando de Figueiredo Campos - Presidente do Conselho de Administração da ArcelorMittal Brasil;
- Jorge Luiz Ribeiro de Oliveira – CEO da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico;
- Jorge Gerdau Johannpeter - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau;
- Luiz André Rico Vicente – Ex-Presidente da Gerdau;
- Marco Polo de Mello Lopes - Presidente Executivo do Instituto Aço Brasil;
- Marcus Vinícius Pratini de Moraes – Ex-Ministro da Indústria e Comércio;
- Maria Sílvia Bastos Marques – Ex-Presidente da CSN e atual Presidente da Empresa Olímpica;
- Paulo Villares – Ex-proprietário da Aços Villares;
- Rudolf Robert Buhler – Ex-Diretor Técnico do Instituto Aço Brasil;
- Vilmar Ferreira - Presidente do Grupo Aço Cearense;
- Wilson Nélcio Brumer – Ex-Presidente da Usiminas e atual Sócio da GRP – Gestão de Recursos e Participações.

Dobrar o aço

Com arte

Cortar o aço

Com arte

Domar o aço

Com arte,

Com arte Amilcar de Castro fez do aço matéria maleável e, com aço ele compôs obras únicas que se integram perfeitamente ao concretismo das cidades, ao urbano nosso de cada dia, por onde nós os mortais, transitamos e vivenciamos o cotidiano emoldurado por suas esculturas de aço.

Neste livro que narra a história do aço no Brasil, rendemos nossa homenagem ao artista Amilcar de Castro. Abrimos cada uma das cinco partes do livro com imagem de uma de suas obras, instaladas em Belo Horizonte. Duas delas modelam os espaços públicos da Pampulha e do Sion e as outras três identificam as instituições Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Câmara Municipal de Belo Horizonte e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Contando com arte a história do aço, a nossa homenagem a Amilcar de Castro.

Escritório de Histórias

NEVES, Osias Ribeiro; CAMISASCA, Marina Mesquita

Aço Brasil : uma viagem pela indústria do aço

Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013.

192 p.

ISBN 978-85-87981-48-6

1-Aço 2-História 3-Memória 4-Indústria



Av. Brasil, 1831, Salas 411 e 412 - Bairro Funcionários

Belo Horizonte - MG - CEP 30140-002

Telefone: (31) 3262-0846

www.escritoriodehistorias.com.br

eh@escritoriodehistorias.com.br

Coordenação gráfica e editorial

Osias Ribeiro Neves

Redação Final

Marina Camisasca

Osias Ribeiro Neves

Revisão de conteúdo

Rudolf Robert Buhler

Entrevistas

Marina Camisasca

Osias Ribeiro Neves

Redação

Luísa Gontijo

Marina Camisasca

Osias Ribeiro Neves

Thiago Enes

Revisão

Sílvia Maria Cardoso Goulart

Coordenação de pesquisa histórica, documental e iconográfica

Marina Camisasca

Projeto gráfico, diagramação e tratamento de imagens

Aline Pereira (Silpe Design)

Capa

Instituto Aço Brasil

Assessoria Jurídica

Drummond e Neumayr Advocacia

Gestão Financeira e Prestação de Contas

Artmanagers - Drummond Consultores Associados

Fotos

Acervo Instituto Aço Brasil / Acervo do Senado Federal / Acervo da Câmara dos Deputados

Acervo Fundação ArcelorMittal / Arquivo Público do DF / Arquivo Público Mineiro

Aline Pereira / Isabella Verdolin Neves / Osias Ribeiro Neves / Ricardo Avelar

Denise Ricardo / Dreamstime / Istock / Photos / SXC

Parte 1 / Antecedentes históricos do aço no Brasil

O despertar do Brasil	21
As primeiras iniciativas na produção de ferro	26
A produção de aço na Colônia	26
O período imperial	34
O Brasil República e a produção do aço	39
O Brasil do trem de ferro	39
O Brasil República e a indústria	43
Os conturbados anos 20 e o surgimento da Cia Siderúrgica Belgo-Mineira	49
A Revolução de 30 e as grandes mudanças no país	56
Os primeiros sinais de mudança	56
O avanço industrial e siderúrgico	58
A construção da Usina de Monlevade pela Belgo-Mineira	60
O Estado Novo (1937 – 1945) e o desenvolvimento da siderurgia brasileira	62
Criação do Plano Siderúrgico Nacional	62
Criação da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	64
Criação da Companhia Vale do Rio Doce	67
Criação da Acesita	68
Criação da ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração	69
A entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e a deposição de Vargas	70

Parte 2 / Impulso Desenvolvimentista: de Dutra ao golpe

A gestão de Eurico Gaspar Dutra	75
Os primeiros anos da década de 1950	77
O retrato de Vargas de volta à parede	80
A instalação da Mannesmann em Belo Horizonte	84
Juscelino Kubitschek, presidente desenvolvimentista	88
Brasília de aço, concreto e arte	92
O início dos anos 60 e as mudanças no Brasil	96
Jânio Quadros e a crise político-institucional	98
Criação do IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia	99
As cidades que se desenvolveram em torno do aço	102
João Monlevade (MG)	102
Ipatinga e Timóteo (MG)	103
Volta Redonda (RJ)	104
Cubatão (SP)	105

Parte 3 / Golpe civil-militar, crescimento e crises

O ano de 1964	109
Os reflexos da mudança de regime na economia e na indústria do aço	110
A atuação do Consider	113
O período do Milagre Econômico	116
A atuação do IBS	119
Os anos 1980, as crises econômicas e os movimentos pela redemocratização do país	124
Antecedentes	124
A crise: PIB negativo e inflação crescente	126
O setor siderúrgico na década de 1980	127
O movimento pelas “Diretas Já” e o fim do regime de exceção	130
O governo Sarney e o Plano Cruzado	131

Parte 4 / Mudanças político-econômicas e o setor de aço

O desastroso Plano “Brasil Novo”	137
A desregulamentação da economia e a abertura internacional	139
Privatização e reestruturação da indústria siderúrgica	142
O impeachment de Collor e o governo Itamar Franco	146
As privatizações no governo Itamar Franco	147
Plano Real – a nova aposta do país	150
O governo FHC e as mudanças na indústria do aço	152
Sustentabilidade e o setor do aço	156

Parte 5 / Novos tempos para a indústria do aço

Os governos de Lula e Dilma	165
A guinada para o social e preservação da política econômica	165
A política industrial dos governos Lula e Dilma	167
O papel do BNDES	169
Setor de aço no início do século XXI	172
Aço, um segmento cíclico	176
Nem a crise tira o otimismo da siderurgia brasileira	180
Os próximos anos: os desafios do setor siderúrgico	186
Dados Consolidados do Setor do Aço - Ano 2012	188



Parte 1

Antecedentes
históricos
do aço
no Brasil



Obra de Amílcar de Castro localizada no
Tribunal de Contas do Estado de Minas
Gerais. Licenciado por inARTS.com.



“ A carruagem estaciona junto à oficina na Rua dos Ferradores em pleno centro do Rio de Janeiro. O ferreiro termina o serviço em um dos carros em manutenção e atende ao cocheiro. A demanda do chegante é pelo conserto no eixo das rodas e pela troca das ferraduras do animal que empresta sua força motriz ao carro. O serviço na carruagem, vinda de Portugal, não poderá ser executado em virtude da falta de ferro para reparar a peça. O motivo é a proibição da instalação de fábricas de ferro na Colônia desde 1785 e os importados não mais atendiam à aquecida demanda. ”

O despertar do Brasil



Jean-Baptiste Debret, Guaratuba, 1827.

Estamos no início do século XIX e a Família Real desembarca no Rio, trazendo o Príncipe Regente de Portugal, sua esposa e filhos, sua mãe, a rainha Maria I, a Louca, a nobreza e ainda um contingente estimado em 15 mil pessoas. Contam que, para abrigar a Família Real e parte da corte, escolheram-se as melhores casas da cidade, marcando-as com as iniciais PR, o que significava Príncipe Regente, mas que - no popular - foi traduzida para “Ponham-se na Rua”. O acréscimo populacional na cidade do Rio de Janeiro foi de 20% de uma só vez, fato que mudaria em definitivo a sociedade local, que, além de se adaptar à nova realidade da Colônia como centro decisório do governo português, teve de ajudar a acomodar a Corte e se preparar para vivenciar mudanças no dia a dia.

Projetos como abertura de vias mais largas, construção de habitações, criação de novos espaços urbanos, bem como a implementação da infraestrutura de serviços, levariam à formação institucional do Brasil como nação de língua portuguesa nas Américas. Essas mudanças faziam do Rio de Janeiro uma cidade em ebulição expansionista. Era preciso criar condições para atender à população que crescia desde o final do século XVIII e, com a transferência da Família Real, essa realidade ganhava novo contorno e as necessidades ampliavam-se exponencialmente.¹

¹ Em 1798 a Colônia contabilizava uma população de 3.250.000, formada por brancos, índios, pardos e negros, esses representavam 41% do contingente populacional. Em 1819, a população aumentou 35%, chegando a 4.396.000, sendo que os brancos representavam 56%. (SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil (1500/1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p.271.

A realeza trouxe consigo, além da cultura portuguesa, seus hábitos diários, que muitas vezes não se adequavam ao clima do Rio de Janeiro. Vieram também o tesouro nacional, bibliotecas inteiras com milhares de livros, acervos, utensílios domésticos, louças, ferramentas, objetos de arte, joias, móveis de arruar, entre eles, liteiras, traquitanas, berlindas e carruagens. Chegaram ainda a criadagem e muitos profissionais, como costureiras, alfaiates, barbeiros, cozinheiros, religiosos, funcionários da Corte, militares e oficiais especializados em forjaria. O que eles encontraram foi uma cidade pobre e desorganizada, uma urbanização caótica e, mesmo diante da beleza natural do Rio de Janeiro, o *modus vivendi* chocava os chegantes, que deixaram Lisboa e a cidade do Porto diante da ameaça de invasão por Napoleão Bonaparte:



Jean-Baptiste Debret, *Carlota Joaquina e D. João VI. Viagem Pitoresca e História ao Brasil*, 1835.



Johann Moritz Rugendas, *Vista da Igreja São Bento*, Rio de Janeiro/RJ.



[Foto: Isabella Neves]

Louis Claude Desaulces de Freycinet, *Vista da sala de espetáculos da Praça do Rocio* (atual Praça Tiradentes, Rio de Janeiro). *Viagem ao redor do mundo*. Paris, 1825.

Em 1808, o Rio de Janeiro tinha apenas 75 logradouros públicos, sendo 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove largos. Os nomes das ruas ajudam a explicar sua atividade: Praia do Sapateiro (atual Praia do Flamengo), Rua dos Ferradores (atual Alfândega), Rua dos Pescadores (Visconde de Inhaúma) e Rua dos Latoeiros (Gonçalves Dias). A via principal era a Rua Direita, atual Primeiro de Março. Ali ficava a casa do governador, a alfândega e, mais tarde, o Convento do Carmo, a Casa da Moeda e o próprio Paço Real.²

A escolha pelo Brasil aconteceu por motivos evidentes: além de ser a maior Colônia em termos territoriais e de se localizar geograficamente fora do alcance de Napoleão, era a que proporcionava maior lucro à Coroa, gerado pela intensa exploração de seus recursos naturais. Na Colônia das Américas, os portugueses poderiam estruturar uma nova vida, mais próxima possível dos padrões vividos em sua terra natal.

As ações imediatas tomadas pelo Príncipe Regente mudariam definitivamente o da Colônia. A abertura dos

portos às nações amigas aumentou em mais de 100% o movimento de embarcações. Ruas do centro ganharam lojas de artigos franceses, perfumarias, tabacarias, joalherias e demais estabelecimentos que atendiam à elite portuguesa. A mudança de hábitos no vestir e no comportamento dos moradores com a presença de tantos europeus no Brasil era visível. A pequena elite se alinhava aos costumes oriundos do outro lado do Atlântico. Entre 1808 e 1820, o Brasil se estruturou com a criação do Banco do Brasil,³ do Jardim da Aclimação, futuro Jardim Botânico, da Imprensa Régia e do Arquivo Central,

2 GOMES, Laurentino. 1808, Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta, 2008. p. 161.

3 "O Banco do Brasil serviu de suporte às medidas econômicas adotadas por Dom João VI, entre elas a proibição do ouro em pó como moeda. Criou a moeda de prata de 960 réis (o 'Patacão'), carimbando e cunhando novamente moedas estrangeiras com peso de 27 g, cuja cotação girava entre 750 e 800 réis; uniformizou o meio circulante, colocando o 'carimbo de escudete' em todas as moedas com mesmo material e peso que tinham valores diferentes; emitiu notas ao portador com valores acima de 30.000 réis, que são consideradas as primeiras cédulas de dinheiro do Brasil." (<http://www.brasil.gov.br/linha-dotempo/epocas/1808/familia-real-portuguesa-no-brasil#0>. Acesso em 5 de junho de 2013.)

onde se reuniu boa parte dos documentos que retratavam a Colônia, como mapas, projetos, entre outros. Foi criada ainda a Biblioteca Real com mais de 60 mil livros trazidos de Portugal, a escola Militar e a de Belas Artes; as academias de Medicina, da Marinha, de Desenho, de Pintura e de Escultura.

O Brasil “entrou na moda” como polo de pesquisa e de interesse da comunidade internacional. Pesquisadores naturalistas, que detinham os conhecimentos de botânica, geologia, zoologia, geografia e mineralogia empreenderam diversas expedições ao Brasil, fazendo narrativas importantes sobre a flora, a fauna, a geografia e as riquezas brasileiras, que se tornaram verdadeiras obras de arte e que nos encantam até hoje por suas belas e completas descrições e ilustrações. A chegada e a permanência da Família Real significaram o despertar da nação e assentaram as bases para a construção do Brasil.

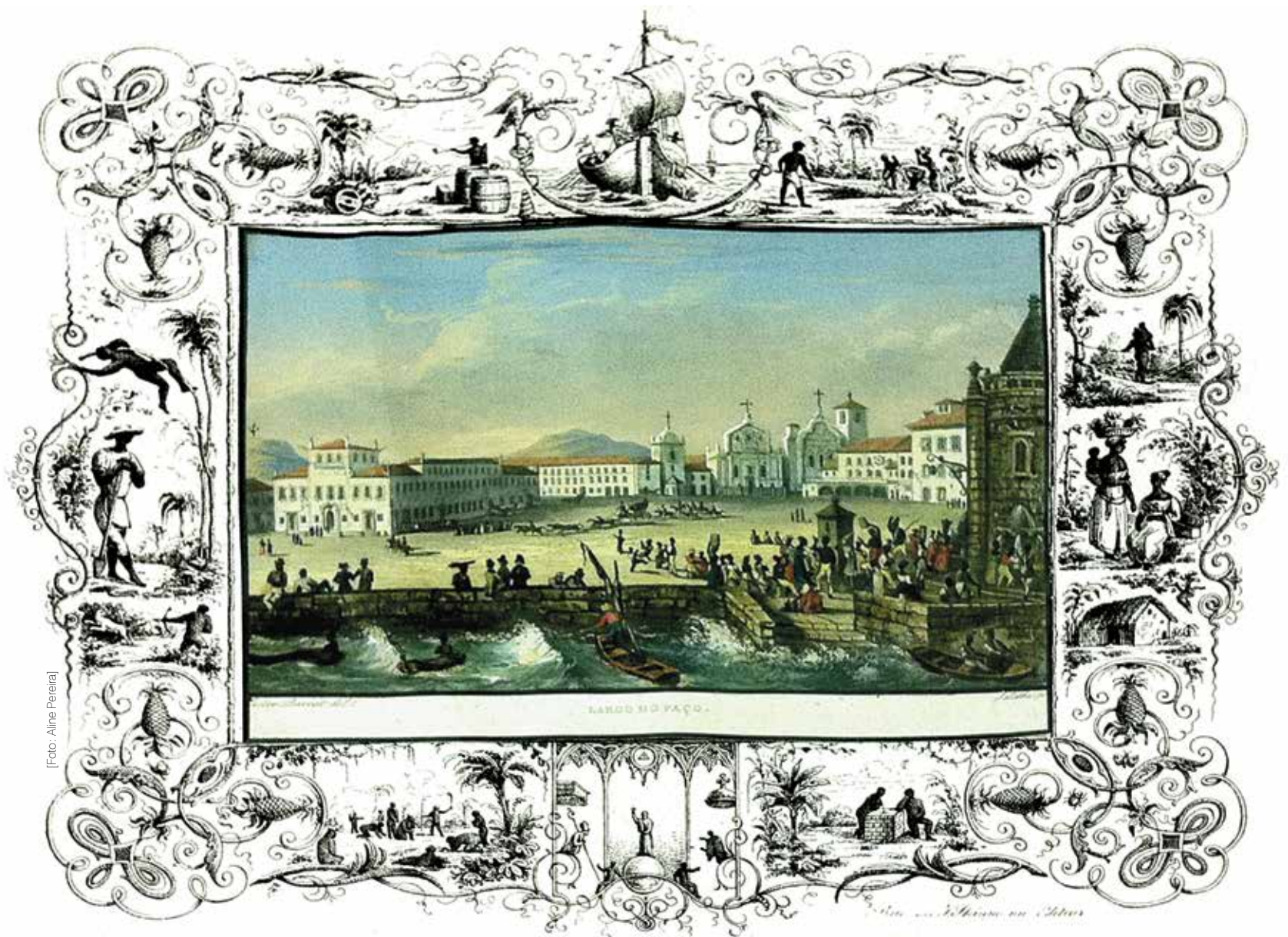


[Foto: Osias Ribeiro Neves]

Jardim Botânico de Belo Horizonte/MG.

[Foto: Aline Pereira]

Frederico Guilherme Briggs, *Vista do Rio de Janeiro* (detalhe), litografia, 1837. Coleção Geyer, Rio de Janeiro/RJ.



J. Steinmann, *Largo do Paço*, in: *Souvenirs de Rio de Janeiro*, 1834.

Os atos de D. João VI demonstravam a sua intenção de aqui fundar, sem restrições, esse império. A abertura dos portos, a revogação da lei que proibia indústrias no Brasil, a fundação do nosso primeiro Banco, a isenção de direitos para as matérias-primas, de que necessitasse a indústria nacional, a isenção de imposto para novas culturas de especiarias e lavouras às margens das novas estradas, a introdução de colonos estrangeiros e a extensão aos alienígenas do direito de propriedade e outros, o fomento à mineração do ouro e do ferro, a abertura de novas estradas, a concessão aos lavradores “do privilégio de não serem executados na propriedade de seus engenhos, fábricas e lavouras e somente em uma parte de seus rendimentos”. (Alvará de 21 de janeiro de 1809), tudo isso, foram demonstrações inequívocas de tão elevado desígnio.⁴

4 SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p.432-433.

As primeiras iniciativas na produção de ferro

A produção de aço na Colônia

As primeiras iniciativas de produção de ferro na Colônia datam de 1532, quando Martim Afonso de Sousa – nobre e militar português – fundou a primeira vila do país, a Vila de São Vicente⁵. Tal fato caracterizou o início do processo de colonização do Brasil. Parte do povoamento da capitania de São Vicente ocorreu devido à procura dos colonos por ouro, prata e metais preciosos. Essa procura também foi essencial para descentralizar a colonização e o povoamento da faixa litorânea da Colônia, criando novas vilas pelo restante do território, até então despovoado.

Para sua capitania, o português Martim Afonso trouxe o mestre Bartolomeu Fernandes, ferreiro contratado por Portugal com o intuito de suprir as necessidades desse metal para a expedição e para a Colônia. Por um período de aproximadamente dois anos, o ferreiro Bartolomeu se incumbiu da feitura de facões, enxadas, machados, anzóis e ferramentas de todo o tipo, necessárias para os trabalhos rurais e para a montagem dos primeiros engenhos de açúcar, principal atividade econômica do início da colonização. Junto com alguns homens, Bartolomeu era capaz de produzir cerca de 100 kg de ferro em um único dia. Ao final do contrato, o ferreiro fixou residência em São Paulo, tornando-se proprietário do sítio de Jeribás e instalando em Santo Amaro a primeira forja para produção de ferro no país.

Posteriormente, por volta de 1589, o bandeirante Afonso Sardinha deu início à industrialização do ferro no Brasil. Ele e seu filho, que também se chamava Afonso Sardinha, encontraram minério de ferro enquanto estavam à procura de ouro e metal aos pés da Serra de Araçoiaba, atual Morro de Ipanema, situado no estado de São Paulo. Sardinha era mestre na arte da fusão de metais, trabalhou na redução do minério na atual região de Sorocaba e acabou transmitindo o ofício ao filho. Versados em mineração, pai e filho construíram, no ano de 1591, uma pequena forja, que se tornou a primeira usina siderúrgica reconhecida no Brasil⁶, próxima ao rio de Jeribatiba. Esse episódio só ocorreu nos EUA, segundo maior produtor mundial de aço da atualidade, no ano de 1646.

O empreendimento dos Sardinhas representou o início da indústria do ferro, mas, sem prosperar, encerrou suas atividades em aproximadamente 1628. O ferro pro-



Rocha bruta com minério de ferro.

5 Tratava-se de uma homenagem a São Vicente Mártir, um dos santos padroeiros de Lisboa, capital de Portugal. A homenagem ocorreu, porque 22 de janeiro é o dia de São Vicente Mártir.

6 Reconhecido pela Associação Mundial de Produtores de Aço.





[Arquivo Público Mineiro]

Antiga forjaria.

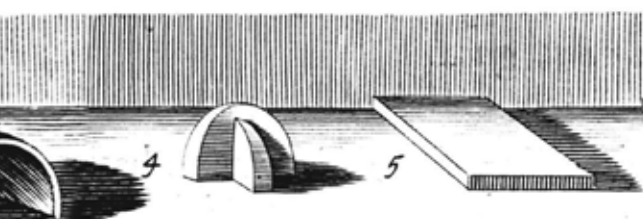
duzido por eles não chegava à fase líquida, sendo apenas transformado em ferro maleável, aquecido por carvão de madeira. Contudo o empreendimento conferiu a Afonso Sardinha o título de Fundador da Siderurgia Brasileira.

A partir do encerramento das atividades dessa usina, a siderurgia brasileira estagnou durante um período que durou até o século seguinte. Na região onde a siderurgia teve início com Afonso Sardinha, a produção de ferro foi reiniciada por Domingos Pereira Ferreira, em 1765, após receber uma carta de sesmaria⁷. Domingos ergueu instalações no Vale das Furnas, acima dos fornos construídos por Sardinha. Naquela época, sua produção diária era de 60 kg de ferro coado ou gusa. A produção ocorreu por oito anos e, em 1772, a pequena fábrica foi desativada.

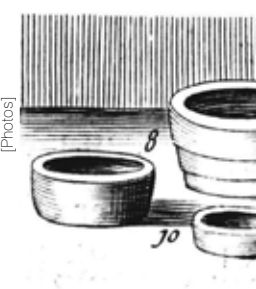
Na Colônia, a falta de incentivo prevalecia. A Coroa portuguesa se ocupava unicamente da arrecadação de impostos, com uma visão estritamente tributarista⁸. O descaso com o aprimoramento da infraestrutura era percebido quando agentes fiscais eram enviados à Colônia em vez de engenheiros qualificados. Além disso,

7 A Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção.

8 IGLESIAS, Francisco. Carlos Bracher - Do ouro ao aço. Rio de Janeiro: Salamandra, 1992.



Lazarus Ercker. Formas para forja. Gravura, Sec. XVII.



[Photos]



[Arquivo Público Mineiro]

Morro do Pilar/MG.

as medidas oficiais cuidavam basicamente do ouro, interditando qualquer atividade industrial. Por consequência do Pacto Colonial⁹, eixo da política mercantilista vigente na época, cabia à Colônia produzir apenas matéria-prima, a ser transformada em produto final na Metrópole, fato que também desestimulava a indústria colonial. Graças à descoberta de minério de ferro na região central da Capitania de Minas Gerais e à sua exploração imediata, em meados do século XVIII, D. Rodrigo José de Meneses, Governador da Capitania, requereu à Corte autorização para a implantação de novas fábricas voltadas à produção do material metálico, a fim de obter implementos necessários às atividades de lavra. Apesar dos argumentos econômicos e

técnicos - a região era rica em reservas de minérios de ferro de alta qualidade e de florestas naturais para a fabricação de carvão vegetal - a resposta do Reino foi negativa. A solicitação, além de negada, originou uma ordem da Rainha D. Maria I, datada de 1795, que não só tornava ilegal a instalação de novas fábricas produtoras de “ferro metálico” na Colônia, como também mandava desativar as existentes. Tal medida foi tomada principalmente devido à precoce industrialização que acontecia na região das Minas Gerais. O alvará assinado pela rainha permitia que a região se dedicasse apenas à exploração do minério e às atividades elementares, o restante deveria ser importado, o que geraria um comércio intenso e lucrativo para Portugal.

9 Exclusividade econômica entre o Brasil Colônia e sua Metrópole, Portugal.

A partir do alvará de D. Maria I, a exploração de metais se revelou insatisfatória. Só era explorado o que se encontrava na superfície, pois não havia recursos financeiros e técnicos suficientes para a exploração de subsolos, até mesmo por conta da falta de engenheiros qualificados para o serviço. Além disso, a construção de estradas era proibida nessa época, o que dificultava ainda mais a exploração e o transporte das mercadorias. O descaso da Corte Portuguesa era somado à carência de lideranças empresariais com disponibilidade financeira para esse tipo de empreendimento, além da escassez de mão de obra.

Entretanto, o movimento renovador português levou Dom João VI a assumir o comando de Portugal como Príncipe Regente em 1792. Foi ele o responsável por editar diversas cartas régias ligadas ao negócio do ferro, como nos conta Roberto Simonsen: “Em 19 de agosto de 1799, uma Carta Régia ordenava ao Governador da Capitania Paulista, Bernardo José de Lorena, que instalasse, em local adequado, uma fábrica de ferro, a expensas da Fazenda Real, e que o ferro produzido fosse vendido com 10% apenas acima do seu custo.”¹⁰ O mesmo autor narrou que a fábrica, por inabilidade de seus montadores, não conseguiu funcionar.

A partir da Carta Régia de 1799, que suspendeu as proibições da Rainha e estimulou a criação de fábricas e o processamento de ferro, pequenas forjas - ferrarias utilizando método africano em “cadinho”, originário da mineração de ouro - foram abertas. “Que havia ferro, prova-o o fato de o governo real ter resolvido, em 1811, a instalação, em Minas, de uma fábrica de espingardas e baionetas.”¹¹

Após a chegada da Família Real no Rio de Janeiro, a produção de ferro e a instalação de fábricas ganharam espaço. A primeira ação direcionada ao desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira foi a isenção de tributos sobre as matérias-primas destinadas à produ-

ção de ferro metálico. Além disso, iniciativas pioneiras e de resultados significativos, porém sem continuidade, foram acontecendo aos poucos. Foi o caso da incipiente siderurgia em Minas, empreendida pelo Intendente Câmara no Morro do Pilar, em 1808.

As cartas régias funcionaram principalmente como instrumento da política econômica do agora Reino Unido de Portugal e Algarves. Por meio delas, D. João VI fazia concessões, estimulava a criação de fábricas e investia dinheiro do erário Real em atividades produtivas e de infraestrutura. Ao mesmo tempo, trazia profissionais experientes e mais preparados para alavancar as atividades produtivas de que o Reino Unido carecia, inclusive para a produção de ferro. Frederico Luíz Guilherme de Varnhagen foi o primeiro deles.



Valério Vieira. Pic-nic no alto do Itacolomy, 1891.

10 e 11 SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil (1500/1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 446.

estancados, pagando por subido os moinhos já estabelecidos nas respectivas freguesias, ficando entretanto como em seu nome, por, todas as Suas, Cartas Régias ou outras, que a este aquer prohibião neste Brasil o Reciprocá Commercio, e Invenção os Nobres Vassallos, e Estrangeiros. E que os seus vassallos executar com o Zello, e diligencia que de vax espero. Escrita na Bahia de oito de Janeiro de 1808.

Foi uma Carta Régia datada de 10 de outubro de 1808 que autorizou Manuel Ferreira da Câmara, o Intendente Câmara, a utilizar recursos da Real Extração de Diamantes, para criar uma indústria de ferro na região do Serro Frio. A localidade escolhida foi o Morro do Gaspar Soares, no arraial de Morro do Pilar, situado no atual município de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais. Desde o início, o empreendimento não obteve êxito em virtude de diversos fatores, como a escolha do local marcado pela escassez de água, a construção deficiente das instalações, entre outros. Entretanto foi construído, no Morro do Pilar, o primeiro alto-forno do Brasil, sendo fundido gusa líquido pela primeira vez no Brasil, aproximadamente em 1813.¹²

No mesmo período, foram construídas a Fábrica Patriótica, erguida pelo Barão Eschwege em Congonhas, em 1812, e a Fábrica de São João do Ipanema, em São Paulo, pelo Coronel Varnhagen. A usina do Barão de Eschwege possuía melhor localização, contudo a mão de obra desqualificada para as funções era um problema. Mesmo sendo

Príncipe...

contrário à utilização de escravos na produção, Eschwege não teve escolha e acabou empregando negros africanos no trabalho. Em 1821, o alemão deixou o Brasil e, um ano depois, a usina encerrou as atividades.¹³ Já Frederico Varnhagen foi encarregado pelo governo de elaborar um projeto siderúrgico no Rio Ipanema, próximo a Sorocaba, região que já havia sido explorada por Afonso Sardinha no século XVI. No entanto, à revelia de Varnhagen, o governo contratou uma equipe sueca, chefiada por Carl Gustav Hedberg, para dirigir a futura empresa. Hedberg foi nomeado diretor daquela indústria, mais tarde denominada Real Fábrica de São João de Ipanema e Varnhagen pas-

12 Entre 1815 e 1821, a usina de Morro do Pilar produziu 6.863 arrobas de ferro, o equivalente a 100,8 toneladas, a um custo médio de 6.450 réis a arroba. Contudo, no mercado, o preço médio da arroba era de 2.000 réis, o que tornava o empreendimento deficitário. Embora o Intendente Câmara fosse minerador, metalurgista e mecânico, a usina não prosperou e funcionou até 1831, quando foi liquidada e seus bens foram vendidos.

13 NEVES, Osias Ribeiro; NEVES, Isabella Verdolin; CAMISASCA, Marina Mesquita. GMMLE: 50 anos da história da metalurgia e da mineração em Minas Gerais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2011, p. 24.



[Instituto Aço Brasil]

Umas das primeiras fábricas de aço do Brasil, a de Ipanema, localizada em Sorocaba/SP.

sou a ser membro da Junta administrativa do estabelecimento como representante dos acionistas. As divergências entre Hedberg e Varnhagen começaram logo no início dos trabalhos, quando se discutia o programa da fábrica. O primeiro queria construir quatro fornos pequenos, já o segundo era a favor de se começar com dois altos-fornos. Em 1814, quando as instalações foram concluídas, já haviam sido gastos 120 contos de réis, mas a produção atingira somente 200 arrobas. Em face do enorme prejuízo, o governo decidiu despedir a equipe sueca e entregou a direção dos trabalhos a Varnhagen. Os suecos se retiraram sem maiores dificuldades e o novo diretor tomou posse no dia

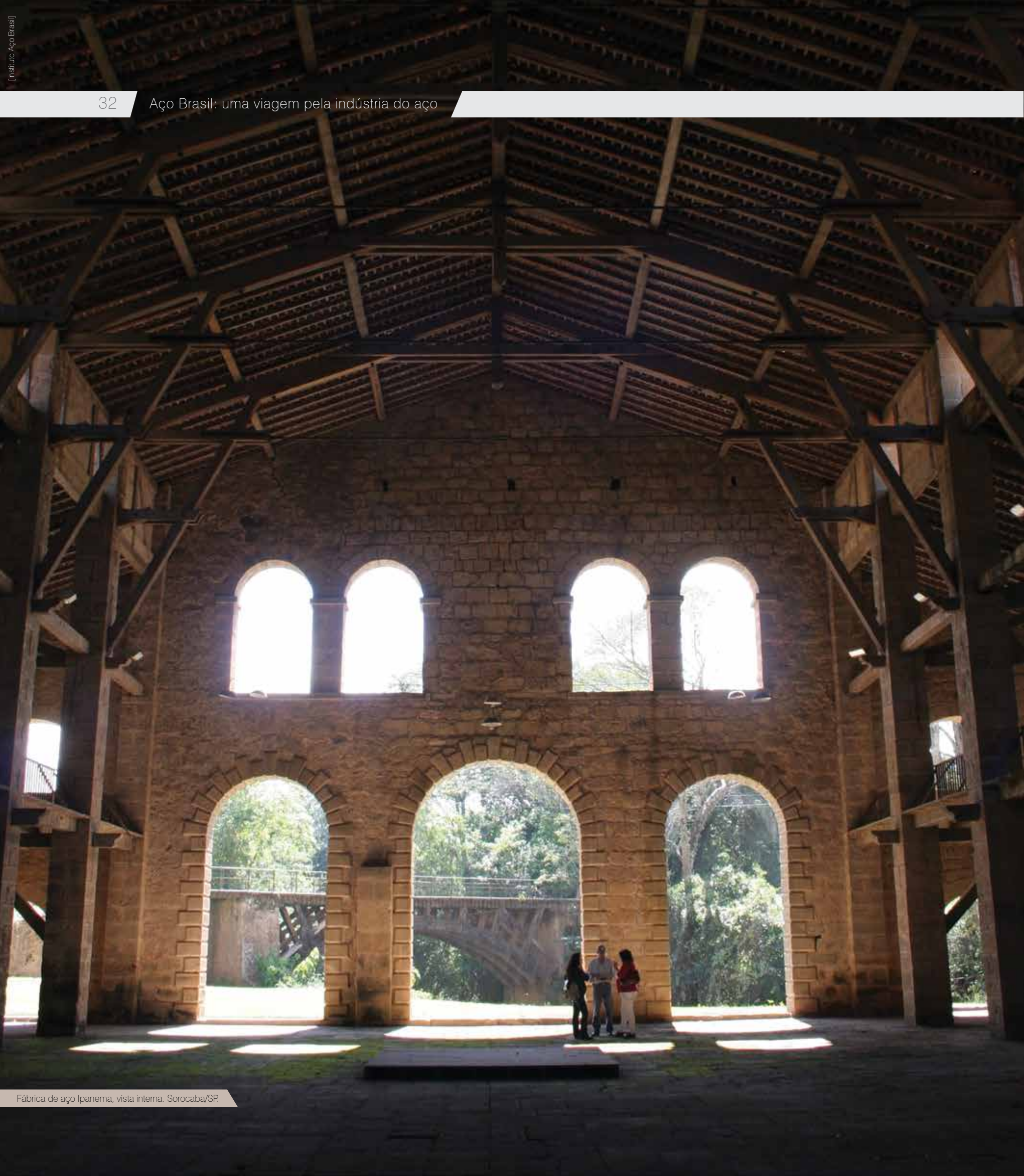
21 de fevereiro de 1815.¹⁴ Só então, em 1818, foi colocado em funcionamento o forno nº 1 da fábrica de Ipanema, o segundo alto-forno do Brasil, o que levou à melhoria das finanças da empresa¹⁵. Varnhagen empregou índios no trabalho e utilizou madeira diretamente no forno, no lugar do carvão. No entanto ele abandonou a direção da usina em junho de 1821 e, no ano seguinte, rumou para a Europa. Apesar de sua saída, Ipanema operou até 1895 e, no período imperial, foi o único estabelecimento siderúrgico existente fora de Minas Gerais.¹⁶ Apesar do impulso no começo do século XIX, a siderurgia pouco se desenvolveu durante a monarquia.¹⁷

14 GOMES, Francisco de Assis Magalhães. História da siderurgia no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. p. 61.

15 BOHOMOLETZ, Miguel de Lima. Breve histórico da indústria brasileira do aço. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia, 1999. p IV.

16 "Entre 1815 e 1821 foram fabricados em Ipanema: 16.085 arrobas de ferro em barra, 12.589 de fonte moldada e 18.087 de fonte em lingotes." Verificou-se um grande déficit nesse período. (SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil (1500/1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 448.)

17 IGLESIAS, Francisco. Carlos Bracher - Do ouro ao aço. Rio de Janeiro: Salamandra, 1992. p. 19.





[Instituto Aço Brasil]

Fábrica de aço Ipanema, Sorocaba/SP.



[Instituto Aço Brasil]

Fábrica de aço Ipanema, Sorocaba/SP.



[Instituto Aço Brasil]

Fornos externos, fábrica de aço Ipanema, Sorocaba/SP.

O período imperial

Durante o Império, período que vai da Independência do Brasil (1822) à Proclamação da República (1889), a indústria do aço ainda era formada por pequenas produções em forjarias, conforme nos informa o relatório de Eschwege: “Existiam em 1821 cerca de 30 forjas em Minas Gerais, com uma produção de 100 a 400 arrobas cada – cerca de 120 toneladas por ano. Em 1864 havia, em funcionamento, 120 forjas, produzindo 1.550 toneladas anualmente. Os métodos usados, no entanto, eram primitivos. De 30 indústrias observadas na região das nascentes do rio Doce, em 1879, sete usavam forjas do método italiano; as restantes usavam as velhas técnicas de *cadinho* africano.”¹⁸

Entretanto, no mesmo período, aconteceram movimentos importantes, que marcariam a indústria do aço do Brasil no século XX. Entre eles, a presença do jovem engenheiro francês Jean Antoine Felix Dissandes de Monlevade, que aportou em terras brasileiras em 1817 e por aqui ficou, o nascimento do complexo industrial do Barão de Mauá e a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, na cidade de mesmo nome.

Nesse cenário de tecnologia ultrapassada e produção em pequena escala, ferramentas e outros implementos de ferro, bem como produtos acabados produzidos principalmente na Inglaterra, chegavam ao Império com melhor qualidade e preços mais baixos que a produção local.



D. Pedro I.



D. Pedro II.

¹⁸ BAER, Werner. Siderurgia e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 78-79.



Jean Monlevade

Jean Monlevade trabalhou com o experiente alemão Eschwege em diversos projetos ligados à indústria do ferro e depois se aventurou nesse segmento, associando-se ao Capitão Luiz Soares de Gouveia na construção de um alto-forno em Caeté, Minas Gerais, empreendimento que não obteve sucesso e foi logo abandonado. Seu destino estava sendo delineado e seria dele o inaugural empreendimento na região que hoje é denominada Vale do Aço. Foi em São Miguel do Piracicaba que ele adquiriu terras do Governo da Província, construiu e deu início à produção de ferro em forjas catalãs, usando mão de obra escrava. Produziu ferramentas para a agricultura e para o garimpo e sua fábrica prosperou, tornando-se uma das mais importantes do setor. Após o seu falecimento em 1872, a usina passou por grandes dificuldades. Era difícil escoar a produção e, com o fim da escravidão poucos anos depois, faltou mão de obra, o empreendimento entrou em declínio e as propriedades foram vendidas para a Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros do Barão de Mauá.

Escola de Minas de Ouro Preto

“Criada em 1876, a Escola de Minas tornou-se um marco do ensino superior e também do desenvolvimento da mineração e da metalurgia no país. Estabelecida após a análise criteriosa de condições e de aproveitamento, sua instalação sucedeu por encomenda do próprio Imperador Dom Pedro II ao professor de Mineralogia, Geologia e Botânica da Escola Normal Superior de Paris, o francês Claude Henri Gorceix, responsável também pela estrutura do curso e direção da escola, onde ainda lecionava Geologia, Física e Química. Gratuidade do ensino, limitação do número de alunos e de idade para o ingresso na escola, bolsas de estudo, duplo exame de admissão, período letivo de dez meses, provas mensais de diversas matérias, constantes exercícios práticos, trabalhos em laboratórios, exames de fim de ano abrangendo toda a matéria, excursões de final de semana e “viagens científicas” durante as férias, foram, em síntese, as linhas definidoras traçadas por Gorceix para o ensino da Escola de Minas de Ouro Preto.”¹⁹



19 BARROS, Geraldo Mendes. História da siderurgia no Brasil: século XIX. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989. p. 198.





20 O advogado e economista Manuel Alves Branco fez carreira de sucesso na política. Além do Ministério da Fazenda, ocupou outros cargos de destaque no império. A Tarifa Alves Branco não resistiu por muito tempo e, em 1860, a Inglaterra pressionou e foi atendida. Seus produtos voltaram a ter o privilégio nas exportações para o Brasil, o que levou muitos empresários a ter seus empreendimentos prejudicados, entre eles o Barão de Mauá. Os interesses ingleses falaram mais alto e interesses espúrios dentro do próprio governo imperial derrubaram as taxas protecionistas e interromperam a Era Mauá.

Era um desestímulo àqueles que se aventuravam na produção férrea em seus modestos estabelecimentos, sem nenhuma proteção. Um acordo entre Portugal e Inglaterra garantia direitos iguais entre eles, para o abastecimento de manufaturados ao Império do Brasil. A mudança de cenário só aconteceu em 1844 com a criação, pelo então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, da Tarifa Alves Branco²⁰, que aumentou a taxa de importação da casa dos 15% para os 30% e para 60%, se existissem produtos similares no Brasil. Essa foi a primeira ação de substi-

tuição das importações praticada no Brasil, que, de certa forma, retirava dos ingleses o privilégio que detinham na comercialização com o Império. Mais de três mil itens importados passaram a receber tarifação alfandegária mais alta e esse foi o estímulo que os empresários nacionais precisavam para ampliar seus mercados e modernizar suas atividades. Como consequência, a medida penalizou a classe mais abastada do Império, consumidora de produtos importados, assim como seus fornecedores, as empresas importadoras que viram seus custos se elevarem.

H. Gastineau, *Usina siderúrgica inglesa do Séc. XIX*. Gravura de H. W. Bond, Londres, 1830.



S. A. Sisson, *Manuel Alves Branco*. Litografia P&B, In: Galeria dos Brasileiros Ilustres: os contemporaneos (Vol. 1). Rio de Janeiro, 1861.

Além de contribuir com o aumento da arrecadação, majorando os impostos sobre as importações, a Tarifa Alves Branco estimulou o surgimento de fábricas e empreendimentos no Império e foi esse cenário que possibilitou o crescimento do ousado empreendedor Irineu Evangelista da Silva, o Barão de Mauá. Ele se enveredou também pela siderurgia, ao construir o complexo industrial Estabelecimento de Fundição e Estaleiros da Ponta d'Areia, em Niterói, no Rio de Janeiro, para produzir ferro e bronze. O local deixou de ser um estaleiro decadente para se transformar em uma moderna fábrica.

Barão de Mauá

"As proezas de Mauá impulsionaram a história do Brasil. Assim, não por acaso, ele é ainda hoje celebrado como o patrono dos transportes, pois foi ele quem construiu a primeira estrada de ferro nacional, antes mesmo da antiga Central do Brasil, e implantou o primeiro estaleiro naval do país, em Niterói, no Rio de Janeiro. Além disso, Mauá criou uma empresa de navegação a vapor no Rio Amazonas, para evitar a internacionalização da região, da qual já se falava na época. Construiu também a primeira fábrica de gás do país, instalando uma rede de iluminação pública com mais de três mil lâmpades e outros tantos terminais residenciais na cidade do Rio de Janeiro. Criou um sistema de bondes sobre trilhos puxados por burros, e instalou fundições, para livrar o Brasil das dispendiosas importações de maquinaria pesada. Mauá não via limites. Espírito inquieto, fez o Brasil passar da fase agrícola à industrial e depois, não contente, mergulhou no mundo das finanças. Nesse campo, sua maior façanha foi a criação do Banco Mauá que, com a parceria de financistas ingleses, marcou sua presença em importantes capitais do sul do continente, como Buenos Aires, Montevideo e também na Europa, em Londres e Paris, e nos Estados Unidos, onde operava com o nome de banco Mauá, Mac Gregor & Cia."²¹



S. A. Sisson, *Barão de Mauá*. Litografia P&B, In: Galeria dos Brasileiros Ilustres: os contemporaneos (Volume 1). Rio de Janeiro, 1861.

21 BECCARI, Alfio. "Barão de Mauá: o personagem-símbolo da era da indústria no Brasil." *Caminhos do Trem: Origens. História Viva*, v.1, Duetto Editorial, p. 52.

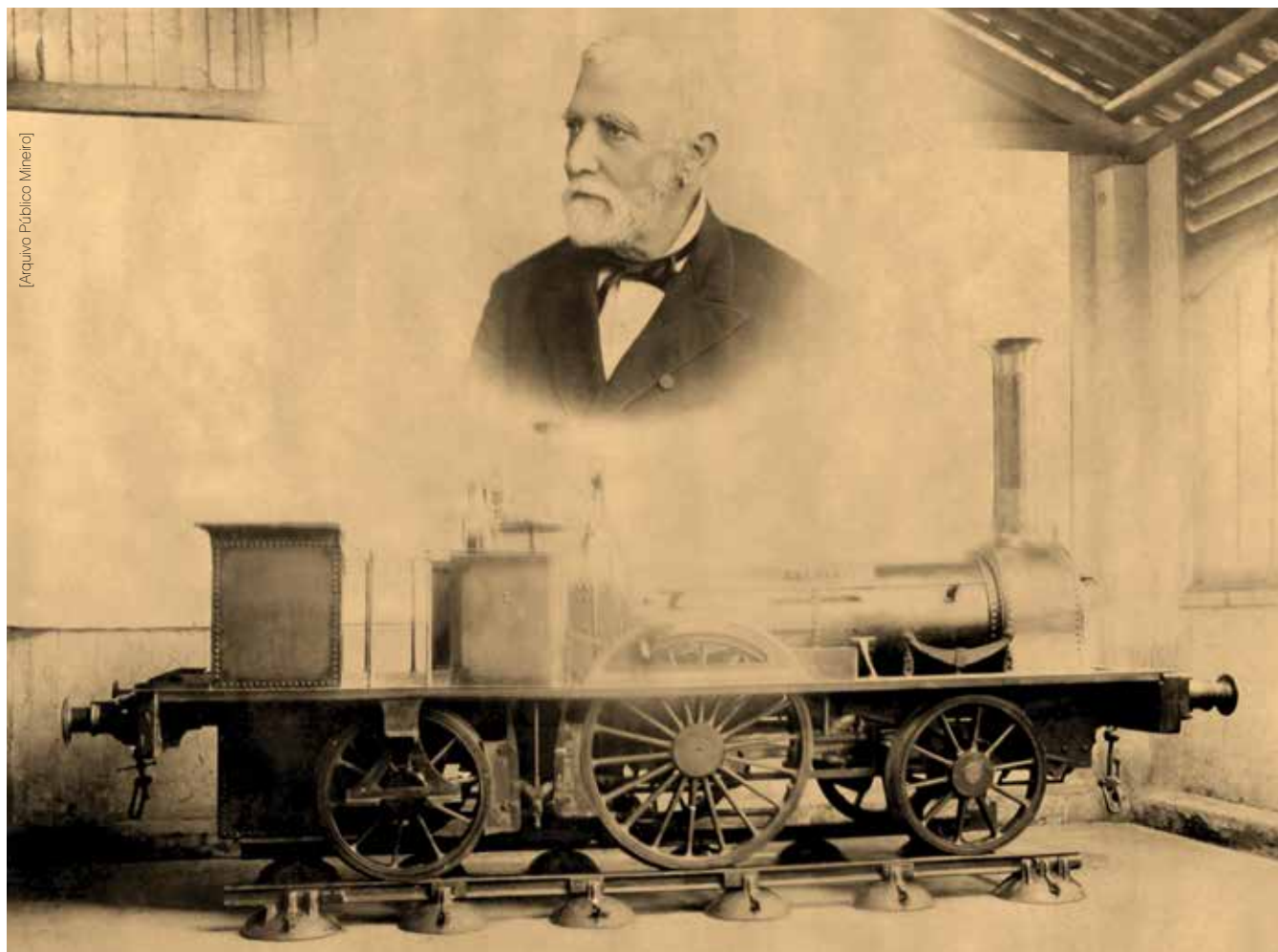
“ Março de 1896. O engenheiro francês Claude Henri Gorceix circula pelas ruas de Ouro Preto, acompanhado de um de seus ex-alunos. Relembra aspectos da capital da Província de 20 anos atrás, quando da inauguração da Escola de Minas²², criada por ele e onde foi diretor e professor até outubro de 1891. Logo depois decidiu retornar à França, após o exílio do amigo Dom Pedro II. Agora, de volta ao Brasil a convite do Presidente do Estado de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes, ele tem por objetivo instalar escolas agrícolas no Estado.

Em seu passeio pela cidade, que o acolheu por tanto tempo e que mereceu dele inúmeros artigos, notadamente ligados à geologia, mineração, metalurgia, entre outros, ele se encanta como da primeira vez em que ali esteve. Era como se o tempo tivesse parado e, não fosse o trem que o trouxe dessa vez do Rio de Janeiro, tudo parecia estar no mesmo lugar. Entre as recordações lhe vêm as primeiras impressões e, com elas, um trecho de sua fala do discurso de inauguração da Escola de Minas em 12 de outubro de 1876: “O papel do ferro na indústria moderna é tal, que a supremacia pertencerá à nação que produzir a maior quantidade deste metal, e sob este ponto-de-vista, país algum é tão rico de esperanças como o Brasil. Todas as províncias deste vasto Império têm minas deste metal; porém, em nenhuma delas, as jazidas são tão importantes como na província de Minas, onde formam notável parte do solo.”²³ ”

22 Aos 12 de outubro de 1876, tendo o seu primeiro regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875, foi a Escola de Minas solenemente instalada em Ouro Preto, então capital da Província de Minas Gerais, na Casa da Rua das Mercês, hoje Padre Rolim, 167, onde atualmente funciona o Educandário Santo Antônio. Em 1897, com a mudança da Capital do Estado para Belo Horizonte, foi a sede da Escola transferida para o palácio dos governadores. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/em/inauguracao.php>. Acesso em 22 de julho de 2013..

23 Texto extraído do discurso de inauguração de Henri Gorceix por ocasião da inauguração da Escola de Minas de Ouro Preto, em 12 de outubro de 1876 Disponível em: <http://www.em.ufop.br/em/inauguracao.php>. Acesso em 22 de julho de 2013. O passeio de Gorceix por Ouro Preto é de fundo imaginário, mas baseado em fatos verdadeiros, como a criação da Escola de Minas; seu discurso na inauguração da Escola de Minas; seu retorno à França, quando do Exílio do amigo Dom Pedro II; e sua volta ao Brasil a convite do Presidente Crispim Jacques Bias Fortes, para criar escolas agrícolas.

O Brasil República e a produção do aço

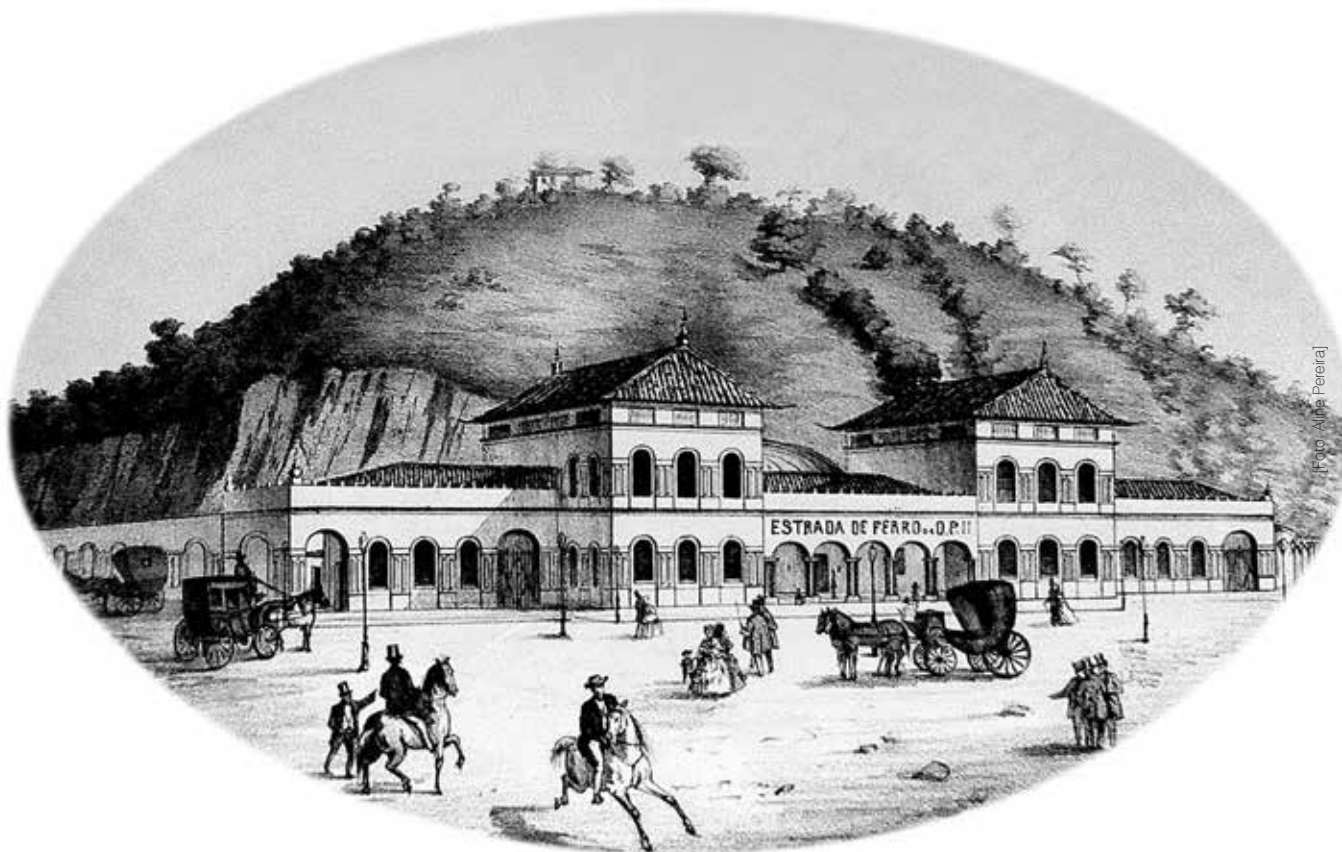


[Arquivo Público Mineiro]

Baronesa, a primeira locomotiva do Brasil.

O Brasil do trem de ferro

Na segunda metade do século XIX, o trem era sinal de progresso. Além de encurtar as distâncias, facilitava o livre comércio por meio da circulação de mercadorias, modernizava as cidades e o intercâmbio entre elas e, sobretudo, abria novos mercados e permitia a circulação da informação pelos jornais da época. O Brasil carecia de transporte para conectar seu extenso território, escoar a produção agrícola nos portos, distribuir as mercadorias e os insumos para as fábricas que surgiam e ainda suprir os centros urbanos, que começavam a se formar, além de facilitar a circulação de pessoas entre localidades de maneira mais segura, rápida e confortável.



S. A. Sisson, litografia sobre papel, In: *Álbum do Rio de Janeiro Moderno*, c.1860.

Durante o reinado de Dom Pedro II, houve a implantação das ferrovias no Brasil. A primeira iniciativa, data de 1835, quando o governo imperial autorizou a construção de uma estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro às províncias de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Bahia. Mais tarde, Dom Pedro II contratou o engenheiro alemão Júlio Frederico Koeler para construir uma linha férrea entre a capital federal e a residência de verão da família imperial em Córrego Seco, todavia nenhuma das estradas vingou. A primeira estrada de ferro no país foi construída por iniciativa privada, pelas mãos do empresário Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, inaugurada em 30 de abril de 1854.

De 1854 até 1889, além do empreendimento do Barão de Mauá, outras empresas de transporte ferroviário surgiram, entre elas, a Companhia Estrada de Ferro Pedro II, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Ituana de Estradas de Ferro, a inglesa The Porto Ale-

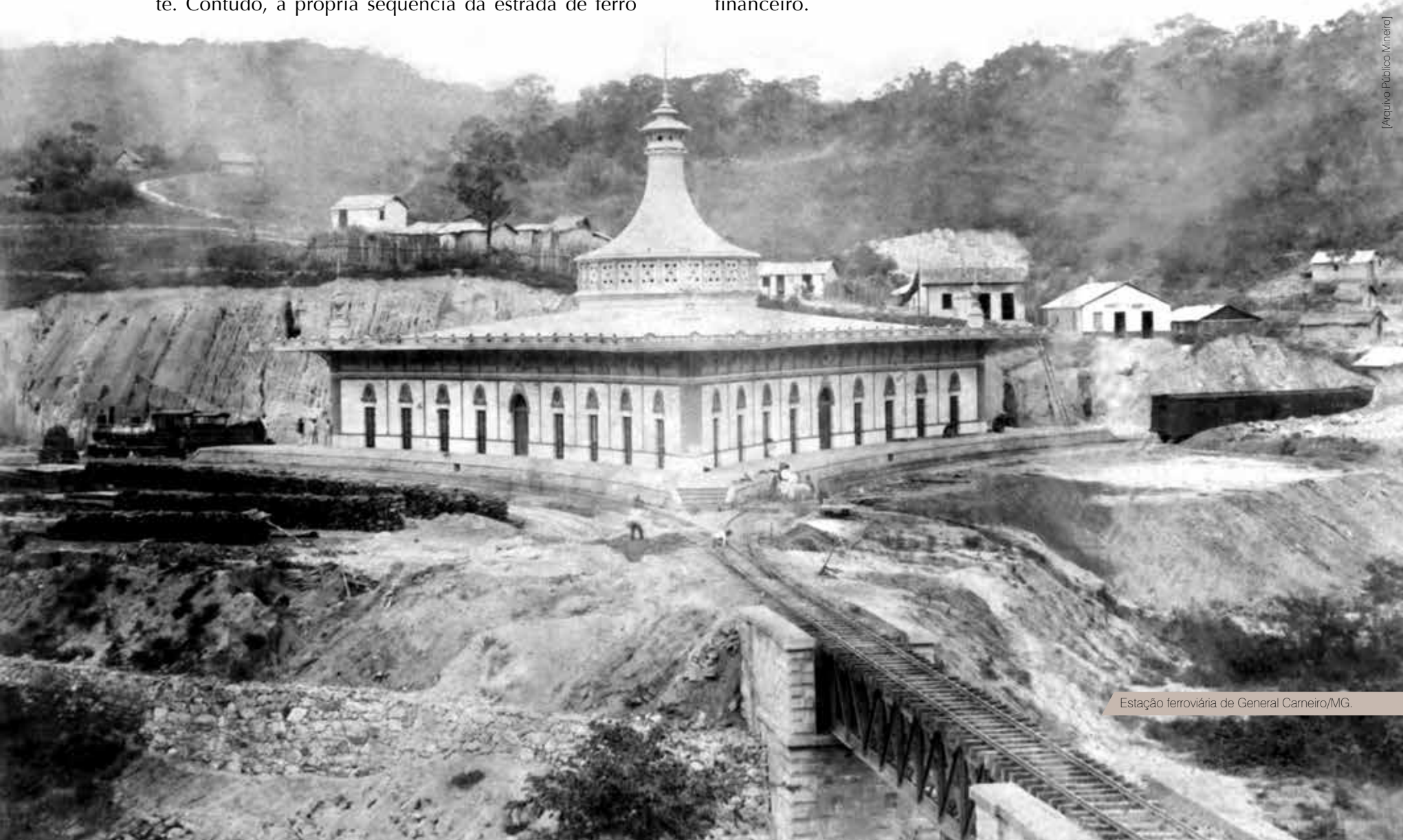
gre and New Hamburg Brazilian Railway, a Estrada de Ferro Central da Bahia e a Estrada de Ferro Centro-Oeste de Minas. No mesmo período, várias estradas de ferro foram construídas nas mais diversas regiões do país, ligando cidades brasileiras, conectando o interior às capitais das províncias, e as províncias à capital do Império e aos portos do Rio de Janeiro, Santos e Salvador, os mais importantes da época. Estradas como Recife ao Cabo (1858), Calçada a Paripe na Bahia (1860), Santos a Jundiaí (1867), São Paulo ao Rio de Janeiro (1867), União dos Palmares a Maceió (1871), Jundiaí a Campinas (1872), Porto Alegre a São Leopoldo (1874), Porto Novo-RJ à Leopoldina-MG (1874), Sorocabana, que ligava São Paulo à Sorocaba (1875), Centro-Oeste de Minas (1881), Paranaguá a Morretes no Paraná (1883), Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina em Santa Catarina (1884) e, Estrada de Ferro do Corcovado (1884). Criaram-se ainda conexões entre as linhas instaladas e muitas outras extensões.

Era um grande negócio, para investidores nacionais e estrangeiros, construir estradas de ferro no Brasil. É que o governo assegurava, com base na legislação de 1857, juros de 7% sobre o custo estimado da ferrovia. Assim, a companhia sabia que, independentemente do resultado, o investimento teria um retorno garantido. Se trabalhasse com déficit, receberia a diferença; caso o saldo fosse superior a 8%, repartiria o excedente com o Estado, e se excedesse a 12% por três anos, deveria reduzir as taxas cobradas. O privilégio dos juros garantidos vigorava pelo prazo de concessão da ferrovia, que oscilava entre 50 e 90 anos. No final dos primeiros 30 anos, no entanto, o governo se reservava o direito de resgatar a empresa, pagando conforme o estipulado no termo da concessão.²⁴

O Brasil imperial contou com muito capital estrangeiro para a construção das suas ferrovias. Os ingleses financiaram a ligação entre Santos e Jundiaí, idealizada por Barão de Mauá, assim como as ferrovias da Cana no nordeste e as de integração, nos estados do sudeste. Contudo, a própria sequência da estrada de ferro

Santos-Jundiaí foi feita com capital nacional, como a maioria das estradas de ferro do Estado de São Paulo. A origem desse capital vinha dos fazendeiros do café, que expandiam sua rede de investimentos para as estradas de ferro, para as indústrias e para o mercado financeiro.

24 CASTRO, Ana Célia. As ferrovias do café. História Viva, São Paulo: 2008, v.1, p. 38-40.



Estação ferroviária de General Carneiro/MG.



[Foto: Osias Ribeiro Neves]

Escola de Minas de Ouro Preto/MG.

O auge ferroviário, simultaneamente verificado em vários países, configurava uma nova fronteira de investimentos entreaberta pela Inglaterra às vésperas da Grande Depressão. Elas ofereciam uma dupla solução para a economia em crise, criando a um só tempo oportunidades de investimento altamente lucrativas e um amplo mercado externo para as indústrias britânicas de aço e carvão e equipamentos.²⁵

Partiu também de Dom Pedro II o mais importante passo para o desenvolvimento da siderurgia no Brasil no século XIX, quando escolheu pessoalmente o engenheiro francês Claude Henri Gorceix para organizar a Escola de Minas de Ouro Preto, que formaria e treinaria geólogos e metalurgistas. Tornou-se uma escola pioneira, a primeira desse gênero na América Latina. No período de 1880 a 1890, o Brasil teve o primeiro surto industrial, entretanto essa expansão privilegiou pouco a siderurgia, que representava apenas 3% do capital envolvido na indústria, enquanto o setor têxtil, o maior setor industrial, contabilizava 60%. “Em 1880 e 1884 foram fundadas 150 indústrias, (...) de 1885 a 1889, 248 estabelecimentos industriais, (...) e, no último ano da monarquia (1889), existiam no país acima de 636 estabelecimentos industriais.”²⁶ Esse de-



[Arquivo Público Mineiro]

Estação Teófilo Otoni/MG, caminho de ferro Minas-Bahia.

seu desenvolvimento tinha por sustentação a prosperidade mundial, que fez crescer a exportação de café e trouxe mais capital para o país. De 1890 a 1895, foram fundadas 452 fábricas no país.²⁷

25 CASTRO, Ana Célia. As ferrovias do café. História Viva, São Paulo: 2008, v.1, p.40-41

26 SIMONSEN, C. Roberto, Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 16.

27 Id., p.16.

O Brasil República e a indústria



[Arquivo Público Mineiro]

D. Pedro II, a Princesa Isabel e o Príncipe Regente.

O golpe militar que levou à instalação da República em 1889 seria apenas o primeiro de outros que marcariam a história do Brasil no século XX. O imperador D. Pedro II foi destituído do poder e a Família Real imediatamente banida do país sem a menor cerimônia. Assumiu o poder o Marechal Deodoro da Fonseca, herói da Guerra do Paraguai²⁸, que sequer comungava dos ideais republicanos.

A segunda constituição brasileira, a primeira republicana²⁹, foi redigida e promulgada em 1891. A nova Carta extinguiu o regime monárquico, deu início ao sistema presidencialista com a chefia do executivo nas mãos do Presidente da República e tornou o Brasil um país laico, retirando o catolicismo como religião oficial. A Federação passou a ser organizada em estados no lugar das províncias, cujos presidentes eram eleitos por um período de quatro anos, sem possibilidade de reeleição, através de voto aberto e franqueado a todos os homens alfabetizados e maiores de 21 anos, esquema adotado também para as eleições dos deputados e senadores. Foi instituído o Supremo Tribunal Federal como guardião das Leis e dos atos do Executivo e do Legislativo. A própria Constituinte manteve o Marechal Deodoro da

Fonseca no poder como o primeiro presidente eleito, mas este renunciou, assumindo então o seu vice, Floriano Peixoto, que também não era republicano. Floriano governou com “mão de ferro”, e seus comandados censuraram a imprensa, perseguiram políticos, prenderam civis, praticaram torturas e execuções.

As mudanças ocorridas no Brasil que abandonou o regime imperial para se tornar uma República, bem como a promulgação da carta constitucional e, principalmente, a instalação da Escola de Minas de Ouro Preto - mais tarde da Escola Politécnica em São Paulo³⁰ - influenciaram o quadro da produção de aço no país. Uma das iniciativas empresariais mais importantes foi a criação da Usina Esperança, em Itabirito (MG). “O renovado interesse na produção de ferros e aço, criado pela Escola de Ouro Preto, estimulou uma substancial quantidade de pesquisas a respeito de novas técnicas de produção e, em 1888, foi estabelecido o primeiro alto-forno desde os fracassos do início do século.

28 Maior conflito armado da América do Sul, a Guerra do Paraguai se estendeu entre dezembro de 1864 a março de 1870.

29 Logo após a proclamação da República, o Governo Provisório nomeou uma comissão de juristas, sob a presidência de Saldanha Marinho, para elaborar projeto de Constituição. Esse projeto deveria ser submetido à discussão e aprovação da Assembleia Constituinte, escolhida por meio de eleições, a ser instalada em 15 de novembro de 1890. O projeto apresentado pela Comissão não foi aprovado pelo Governo Provisório, que encarregou Rui Barbosa de revê-lo. Por quinze dias, Rui reuniu-se com todos os ministros em sua residência, para discutir os artigos e suas emendas. Ao longo do processo, Rui levava todas as modificações a Deodoro. Por fim, deu forma definitiva ao projeto, aprovado em junho de 1890, que contemplava a federação, o presidencialismo e a divisão dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo2/lamina12/>. Acesso em 15 de julho de 2013.

30 Criada pelas leis estaduais nº 26 e nº 64, em 1893, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo teve, no mesmo ano, seu Regulamento publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma da lei nº 191, assinada no governo de Bernardino de Campos. Criavam-se assim os cursos de Engenharia Industrial, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil e o Curso Anexo de Artes Mecânicas. Disponível em: <http://www3.poli.usp.br/pt/a-poli/historia/historia-da-poli.html>. Acesso em 15 de julho de 2013.



Primeiro alto-forno da Usina Esperança em Itabirito/MG.



A usina, chamada Esperança, foi construída por três empresários, Joseph Gerspacher, Amaro da Silveira e Carlos da Costa Wigg. O alto-forno utilizava carvão vegetal e tinha capacidade para seis toneladas de ferro gusa. Em 1893, os fundadores construíram outra unidade no distrito de Miguel Burnier³¹, localizada no município de Ouro Preto, próxima à usina Esperança. Vendida para o engenheiro Queiroz Júnior, a empresa ganhou novos investimentos, cresceu, abriu outra unidade e sua produção alcançou a marca de 40 toneladas com um quadro de 412 empregados.

O progresso industrial deslanchava mais em outros segmentos que não o aço e se atualizava, tendo por referência o modelo europeu. No início do século XX, houve um movimento de modernização das fábricas brasileiras, baseado no modelo inglês de Manchester, no entanto esse movimento contemplava apenas a produção e seus processos industriais, bem como impunha uma exploração desregrada e sem limites aos trabalhadores, que lembrava de perto o sistema escravocrata extinto em 1888. O resultado foi uma sequência de revoltas e de greves.

A partir do final do século XIX, a grande indústria, aos poucos, substituiu a categoria dos artesãos por um exército anônimo de operários cujas condições de vida e de trabalho estavam bem abaixo das do artífice independente. Com a grande indústria, foi introduzida também a mecanização em larga escala, com depressão dos salários e incorporação maciça de mulheres e crianças no trabalho fabril. (...) A jornada de trabalho, durante a primeira década do século XX, era de 16 horas, em semanas de seis ou sete dias. Em 1910, Georges Clemenceau, ex-primeiro ministro da França, em viagem ao Brasil, afirmava que as leis francesas de “proteção social para os operários da indústria e da agricultura eram inexistentes” no nosso país. Não existia previdência social, nem direito à aposentadoria, operários eram demitidos sem maiores explicações e os frequentes acidentes de trabalho nunca eram indenizados. As crianças operárias (cerca de 50% do proletariado, muitas das quais com cinco ou seis anos de idade) eram constantemente espancadas pelos capatazes. As mulheres, mais numerosas do que os homens na indústria têxtil, não só recebiam salários inferiores, como viviam à mercê das investidas sexuais de seus chefes.³²

31 BAER, Werner. Siderurgia e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 79-80.

Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, era também conhecida por São Julião. Foi um importante entroncamento ferroviário para a siderurgia brasileira. Atualmente, não há mais a usina que lá existia, vestígios dela ainda podem ser vistos na região, inclusive um acervo documental, que está sob a guarda da Gerdau, exploradora de minério no distrito. Em 2012, a Gerdau estava recuperando a histórica Estação Ferroviária de Miguel Burnier e a previsão é de que ela se transformasse numa biblioteca, para atender à comunidade local.

32 Tempos modernos: operários, imigrantes, eis os artífices da cidade grande. Nosso Século, 1980, n.6, p. 154-157.

O *Jornal do Brasil* de 15 de agosto de 1903 narrou assim a primeira greve da República: “A República enfrentou a primeira greve geral na capital do país. O movimento começou com os operários da indústria têxtil e foi ganhando adesão dos outros setores. No total, estima-se que 25 mil trabalhadores tenham aderido à greve que reivindicava aumento de salários e jornada diária de oito horas para todas as categorias.”³³

Em 1907, outra greve geral parou São Paulo. A repressão policial acabou por criar simpatias com o movimento, que cresceu e chegou ao interior paulista. A principal reivindicação era a redução da jornada de trabalho de doze horas para oito horas diárias. Os patrões se dispuseram a negociar depois que a paralisação se prolongou e concordaram com a redução da jornada. Assim que os empregados voltaram aos seus postos de trabalho, os patrões descumpriram a palavra, alegando que a redução da jornada quebraria as indústrias.

O processo siderúrgico também avançou e o Brasil entrou no século XX, produzindo cerca de 2.000 toneladas de ferro gusa em 70 pequenos estabelecimentos.³⁴ O segmento industrial dava mostras de crescimento com a abertura de fábricas. “A partir de 1905, observou-se um ritmo sempre crescente em nossa evolução industrial.”³⁵ Havia também a migração dos recursos dos Barões do Café para a atividade industrial.

Depois de financiarem as estradas de ferro, os fazendeiros buscaram espaços para criar indústrias e confeccionar produtos manufaturados que faltavam à elite ou que representavam oportunidades de negócios. O censo organizado pelo Centro Industrial do Brasil em 1907 apurou que a indústria brasileira já atendia a 78% das necessidades nacionais. Na ocasião, existiam cerca de 3.250 indústrias, que empregavam mais de 150 mil pessoas. Da produção industrial, cerca de 30% estava concentrada no Rio de Janeiro, que detinha 20% dos estabelecimentos, 16% em São Paulo, 7% no Rio Grande do Sul e apenas



Eliseu Visconti, *Av. Central* (atual Av. Rio Branco), Rio de Janeiro, 1908. Acervo Museu de Arte do Rio - MAR

4% em Minas Gerais.³⁶ Não obstante as importações de aço atingiram o patamar de 150 mil toneladas de laminado ao ano e a explicação estava na expansão das ferrovias em todas as regiões do país. Em 1907, o presidente Afonso Penna criou o Serviço Geológico e Mineralógico no estado de Minas Gerais e trouxe, para atuar na área recém-criada, profissionais formados pela Escola de Minas de Ouro Preto. Os objetivos eram: conhecer profundamente o potencial das riquezas de ferro e manganês do solo; dar subsídios à formulação de uma política mineral; e desenvolver a siderurgia brasileira.

33 JORNAL DO SÉCULO. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 2000 Edição Especial.

34 BAER, Werner. Siderurgia e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 80-81.

35 SIMONSEN, C. Roberto. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 17.

36 Id., p.17.

Trecho do “Decreto nº 8.558, de 15 de janeiro de 1911”

Artigo unico. Ficam concedidos ao industrial Dr. Antonio de Perini, ou á companhia que organizar, os favores constantes dos decretos ns. 2.406, de 11 do janeiro de 1911; 8.019, de 19 de maio de 1910; 5.646, de 22 de agosto de 1905, e 947 A, de 4 de novembro de 1890, para o estabelecimento da metallurgia do ferro e do aço e exportação dos minerios de ferro; de accôrdo com as clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro de Estado da Viação e Obras Publicas.

(...)

II. O concessionario obriga-se a montar á margem da Estrada de Ferro Central do Brazil, nas jazidas existentes entre os kilometros 590 a 610, ou em outro lugar que fôr mais conveniente, alto ou altos fornos, apropriados á producção inicial de 8.000 toneladas de ferro guza, no primeiro anno, e as installações para sua conversão em ferro e aço laminados para os usos industriaes correntes e na proporção das necessidades do mercado.

X. Para garantia da execução do contracto, o concessionario depositará no Thesouro Nacional a caução de 24:000\$, em dinheiro ou quando esgotado o prazo da concessão, de accôrdo com o maximo previsto no art. 2º do decreto n. 8.019, citado.”³⁷

37 BRASIL. Decreto n. 8.558, de 15 de fevereiro de 1911. Concede ao industrial Dr. Victorio Antonio de Perini, ou á companhia que organizar, os favores dos decretos números. 2.406, de 11 de janeiro de 1911; 8.019, de 19 de maio de 1910; 5.646, de 22 de agosto de 1905, e 947 A, de 4 de novembro de 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em 19 de julho de 2013. [Texto original]

38 SIMONSEN, C. Roberto, *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 21.

Dezoito anos após a instalação do alto-forno em Itabirito e em Miguel Burnier, o presidente Nilo Peçanha (1909-1910), assinou o Decreto nº 8.019, em 18 de maio de 1910, referendado por outros decretos e consolidado pelo Decreto nº 8.558, de 15 de janeiro de 1911, publicado na gestão do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Por meio dessas determinações, o governo reconheceu a importância de haver no país uma indústria siderúrgica forte, que fosse base para outras instalações industriais, considerando sua cadeia produtiva: minério, carvão, fundição e laminação, mas também a exportação do minério de ferro. Era o esforço governamental agindo, para nortear e alavancar, através de concessões à iniciativa privada, a indústria do aço no início do século XX. O Decreto nº 8.558 mostra ainda as taxas, os valores do transporte em linhas férreas e do embarque do minério e dos produtos de aço no porto que seria construído na baía do Rio de Janeiro. No entanto o falecimento do concessionário, Dr. Victório Antônio de Perini, em julho de 1911, no mesmo ano de publicação do decreto, gerou a anulação do empreendimento, ainda que não tivesse saído do papel. Sob o governo do então presidente Hermes da Fonseca, foi publicado, em 7 de fevereiro de 1912 no Diário Oficial da União, o Decreto nº 9.362, revogando a concessão feita.

No início do novo século, a produção de aço no Brasil República havia crescido, porém estava limitada a pequenas fábricas e fundições que produziam peças de reparação e reposição para máquinas, engenhos, como também ferramentas, pregos, arames e realizavam parte da manutenção das ferrovias. Entre elas, destacamos a Fábrica de Pregos Pontas de Paris em Porto Alegre (RS), fundada em 1901, por João Gerdau e que, mais tarde, seria considerada o embrião de uma das mais importantes siderúrgicas brasileiras, a Gerdau.

O governo se preocupava em estimular a instalação de uma grande indústria de aço para abastecer o mercado interno, que à época importava produtos laminados de aço à razão de 272.000 toneladas anuais. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) influenciou a elevação da produção de ferro gusa de 3.000 toneladas, em 1914, para 10.000, um ano após a guerra, contudo os laminados de aço continuavam a ser importados. Nesse período, surgiram quase 6 mil estabelecimentos industriais em diversos ramos de negócios, todos voltados para atender ao mercado interno, alguns fabricavam artigos que substituíram os importados e que não chegavam ao Brasil devido à guerra.³⁸

Outro decreto importante para o desenvolvimento da siderurgia no Brasil foi assinado pelo presidente Wenceslau Brás em 1918. O Decreto nº 12.944 complementava o anterior, de 1910, citado anteriormente, e determinava a produção mínima de ferro, permitia a contração de empréstimos pelas empresas e instaurava diretrizes para a produção, que poderia ser executada em fornos de combustível *cock* ou de carvão de floresta, ou ainda feita em fornos elétricos. Ou seja, já existia no Brasil oferta signi-

ficativa de energia elétrica, o que no início do século XX também era um entrave ao desenvolvimento. De 1883 - quando ocorreu a primeira instalação hidráulica para geração de energia, funcionando em Minas Gerais - até 1900, foram instaladas 11 usinas, cujo potencial era de pouco mais de 17 mil HP. Dez anos depois, o país contabilizou 88 usinas, que geravam mais de 150 mil kW. A energia elétrica acelerou o processo de industrialização e, em 1920, existiam 356 hidroelétricas em território brasileiro.³⁹

De 1900 a 1920, o PIB teve crescimento médio anual próximo a 6%. Em 1900, o PIB foi de 9,6 milhões de dólares e, em 1920, chegou a 22 milhões de dólares.⁴⁰ A balança comercial alcançou, em 1900, saldo positivo de 57,6 milhões de dólares e, em 1919, atingiu a incrível marca de 295,8 milhões, resultado obtido graças à exportação do café, açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, dos couros e peles e, sobretudo, da borracha. A população crescia a altas taxas devido à entrada de imigrantes em massa, iniciada no final do século XIX e também por conta da imigração forçada, causada pelo conflito europeu entre 1914 e 1918. O Brasil, que tinha 16,4 milhões de habitantes em 1900, em 1920 já era um país de 30 milhões.⁴¹

Em 1920, a malha ferroviária alcançou 28,5 mil quilômetros. Os produtos, a maioria agrícolas, eram transportados de uma praça à outra e os insumos chegavam num tempo mais curto e a custos menores. As pessoas circulavam com certo *glamour* nos trens, que imediatamente passaram a fazer parte das rotinas nos deslocamentos. A aglomeração nas estações, para receber ou embarcar parentes e personalidades ilustres,



Embarque de imigrantes europeus. Gravura, 1870.

Trecho do Decreto nº 12.944, de 30 de Março de 1918

Institue favores em proveito da indústria siderúrgica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que lhe expoz o Ministro da Agricultura, Industria e Commercio sobre a necessidade de estimular a produção do ferro e aço no paiz e usando da autorização contida no art. 1º, n. I, letra a, do decreto legislativo n. 3.316, de 16 de agosto de 1917,

Decreta:

Art. 1º As empresas que actualmente fabricam ferro no paiz, extrahindo o metal do minerio, em fornos altos a carvão de madeira, e áquellas que, dentro de tres annos, a contar da presente data, se installarem e iniciarem a fabricação de ferro e aço em fornos altos a carvão de madeira ou a coke mineral ou em fornos electricos e outros da technica, poderão ser feitos empréstimos até a importancia do capital de instalação, ficando as fabricas respectivas hypothecadas ao Governo.

Art. 2º Para que se realizem os empréstimos acima indicados, torna-se necessario:

a) que a produção da fabrica seja, no minimo, de 20 toneladas diárias.(...) ⁴²

39 I SIMONSEN, C. Roberto, Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 35.

40 Em dólares de 2009.

41 Dados primários: Estatísticas do Século XX, IBGE. 2006. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas>. Acesso em 23 de julho de 2013. Dados agregados, infográficos: Economia Brasileira. 23 indicadores interativos de 1900 a 2010. Editora Abril. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/economia-brasileira>. Acesso em 23 de julho de 2013.

42 BRASIL. Decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918. Institui favores em proveito da indústria siderúrgica. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 19 de julho de 2013. [Texto original]

havia se tornado tradição. Estação da Luz em São Paulo, Estação Dom Pedro II, atual Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e estações de outras emergentes cidades, como Belo Horizonte, eram um bom exemplo disso. Iniciava-se também o período de eletrificação das linhas, sendo a linha do Corcovado a primeira a receber energia elétrica. As ferrovias tornaram-se os mais dinâmicos meios de transportes de cargas e de passageiros e, rapidamente, ligavam o país de norte a sul e de leste a oeste, facilitavam a instalação de indústrias e promoviam a atividade comercial em grande escala.

O país se modernizava, sobretudo pela utilização da energia elétrica e expandia seus negócios, ainda que lentamente, dentro das suas reais possibilidades conjunturais. Há registros de concessão para a instalação de uma usina integrada de aço em Juiz de Fora, em 1911, que teria capacidade de produzir em torno de 150 mil toneladas. No entanto a eclosão da I Guerra Mundial fez abortar o

projeto. Com a expansão da capacidade de produção e distribuição de energia elétrica, surgiu no Rio de Janeiro a Companhia Ferrum, que pôs em marcha, sob a orientação de Erik Tisklind, um pequeno forno elétrico Siemens-Martin. Outras iniciativas seguiram na esteira da produção de aço, utilizando energia elétrica nos fornos. Em 1918, na Usina da Companhia Mecânica e Importadora, em São Caetano do Sul (SP), foi realizada a primeira corrida do aço no Brasil. No ano seguinte, na capital bandeirante, foi instalada a Fábrica de Aço Paulista, com forno elétrico capaz de produzir 500 kg, objetivando fundir peças de aço.⁴³

Em Minas Gerais, onde estavam concentradas as grandes reservas de minério de ferro e a Escola de Minas de Ouro Preto, já existiam tanto bem-sucedidas quanto fracassadas experiências em processos para a produção de ferro. No final da década de 1920, um passo fundamental ocorreu com a criação da Companhia Siderúrgica Mineira. Essa importante indústria de aço mineira nasceu praticamente dentro da Escola de Minas de Ouro Preto. Foi o pioneirismo dos ex-alunos Amaro Lanari, Cristiano F. Teixeira Guimarães e Gil Guatimosin, que viabilizou a constituição da empresa que, no início século XXI - em 2006, fazia parte da ArcelorMittal, o maior produtor de aço da atualidade.

43 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METALURGIA, MINERAIS E MINERAÇÃO (ABM). O século XX e a substituição das importações. Disponível em: <http://www.abmbrasil.com.br>. Acesso em 22 de julho de 2013.



Estação da Luz, São Paulo/SP

Os conturbados anos 20 e o surgimento da Cia Siderúrgica Belgo-Mineira

No início da segunda década do século XX, a situação econômica internacional se deteriorou. A Europa ainda vivia os rescaldos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e os arranjos geopolíticos criaram dificuldades nas relações entre as nações. Era preciso reconstruir o que a guerra havia destruído e, ao mesmo tempo, retomar o crescimento. A concorrência entre a Europa e os Estados Unidos da América ajudou a agravar o quadro e a produção industrial brasileira foi diretamente afetada. As exportações, que em 1909 representavam 2,23% do total mundial exportado, caíram para 1,58% em 1921⁴⁴. Por outro lado, a siderurgia dava sinais de que poderia deslanchar. De 4,2 toneladas de ferro gusa produzidas em 1916, a produção cresceu para 11,7 em 1918, alcançando 14 toneladas em 1920 e, em 1921, atingiu a marca de 17,7 toneladas, contra um consumo interno de 18,8 toneladas.⁴⁵ O aço em lingotes continuava a ser importado. A demanda, tanto de ferro quanto de aço, era maior que a oferta e não poderia haver melhor momento para a criação de uma siderúrgica em solo nacional. A leitura do cenário feita pelos empreendedores da Cia Siderúrgica Mineira em 1917 estava correta, havia um mercado interno disposto a comprar ferro e aço, muito embora a desconfiança da indústria nacional imperasse diante da crença de que os produtos importados eram de qualidade superior aos produtos fabricados no Brasil.

44 Dados primários: Estatísticas do Século XX, IBGE. 2006. Dados agregados, infográficos: Economia Brasileira 23 indicadores interativos de 1900 a 2010. Editora Abril. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/economia-brasileira>. Acesso em 23 de julho de 2013.

45 BAER, Werner, Siderurgia e desenvolvimento brasileiro. Quadro 15 – produção e consumo Brasileiro de ferro gusa, aço e laminados 1916-1940. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 86.

[Foto: Aline Pereira]



Theatro Municipal, Rio de Janeiro/RJ, 1920. Coleção Museu de Arte do Rio - MAR.



Lanari teria sido o primeiro a cogitar a possibilidade de construir uma usina siderúrgica naqueles tempos de guerra, em que a demanda por artigos de ferro aumentava em grandes proporções. Logo convenceu seus amigos e colegas a levar a ideia adiante e ganhou o apoio precioso do banqueiro e comerciante Sebastião Augusto de Lima e do industrial Américo Teixeira Guimarães. A adesão desses homens foi fundamental para atrair investidores e levantar o capital necessário ao início do empreendimento. No dia 21 de janeiro de 1917, a ideia, afinal, ganhava corpo. Na residência de Cristiano Guimarães, vinte pessoas, entre técnicos e investidores, assinavam a ata de constituição da Companhia Siderúrgica Mineira. “Produção de ferro gusa e seus derivados e utilização comercial das jazidas minerais existentes nas propriedades que vae adquirir” – esse era o objetivo principal da nova usina siderúrgica de Minas Gerais.⁴⁶

O local escolhido para a instalação Cia Siderúrgica Mineira foi a histórica cidade de Sabará, próxima a Belo Horizonte e que, no século XVII, se tornara um ponto de apoio às expedições paulistas que adentraram as Minas Gerais à procura de ouro e pedras preciosas. A partir da montagem do empreendimento na cidade, Sabará começaria uma nova história que agregaria à sua tradição aurífera a memória do ferro e do aço. À época, Sabará contava com um ramal da Ferrovia Central do Brasil, mão de obra disponível, infraestrutura urbana, minério em abundância nas proximidades e florestas para abastecer a usina que seria tocada a carvão vegetal. Além disso, um dos sócios da siderúrgica

era proprietário de uma boa extensão de terras na região coberta por árvores.

Desde a sua fundação, todavia, a empresa enfrentava dificuldades de instalação e fazia inúmeros ajustes para entrar em operação. Surgiram problemas de toda ordem, quando da montagem da estrutura, seja pela inexperience dos empreendedores, seja pela guerra que dificultava a importação de equipamentos. Mesmo com o apoio de professores da Escola de Minas, não foi fácil colocar a usina em marcha, o que só aconteceu em 1º de novembro de 1920, com a presença do experiente técnico siderurgista europeu, J. Gaspacher.⁴⁷

46 MOYEN, François. A história da Companhia Belgo-Mineira, uma trajetória de crescimento consistente (1921-2005). Belo Horizonte: Arcelor do Brasil, 2007. p. 25.

47 Id. p. 32.

Finalmente a Usina de Sabará – a ‘Siderúrgica’ como ficaria conhecida – começava a produzir à carga total com capacidade de produção de 25 toneladas/dia. O alto-forno, destaque absoluto do novo empreendimento, era o maior e dos mais modernos que já se vira nas Minas Gerais e em todo o Brasil. Imponente, tinha mais de 14 metros de altura, com um diâmetro de três metros e cadinho de 1,30 x 1,75 metro. Assentava-se sobre seis colunas de ferro e era revestido com chapas de 1/4 de polegada.⁴⁸

Se produzir aço e ferro no Brasil não era fácil diante de tantas dificuldades tecnológicas, colocar os produtos no mercado se tornou um grande desafio. Os compradores estavam habituados aos importados, que entravam novamente com força no mercado brasileiro ao final da guerra. Pairava ainda nos comerciantes e consumidores a desconfiança na qualidade dos produtos nacionais. Para uma nova empresa, nascida com um capital limitado e com custos que já ultrapassavam seus ativos, era ainda mais complicado superar essas dificuldades.

Minas Gerais era governada por Arthur Bernardes (1918-1922), um nacionalista, cuja ideologia, desde a Proclamação da República, ganhava força entre os políticos que se diziam comprometidos com o futuro do país. Foi dele a iniciativa que culminou na saída do americano Percival Faquhar da mina de Itabira, de onde pretendia exportar minério in natura a preços simbólicos.⁴⁹ Partiu dele também o convite ao Rei Alberto, da Bélgica, em visita ao Rio de Janeiro, para conhecer Belo Horizonte. Esse convite tinha como um dos objetivos aproximá-lo dos empreendedores da Cia Siderúrgica Mineira, que enfrentavam grandes dificuldades para manter o negócio. Para Bernardes, Minas e o Brasil não podiam prescindir de um setor siderúrgico que emergia.

48 MOYEN, François. A história da Companhia Belgo-Mineira, uma trajetória de crescimento consistente (1921-2005). Belo Horizonte: Arcelor do Brasil, 2007. p. 33.

49 "Partilhando da opinião de seu secretário Clodomiro Augusto de Oliveira, engenheiro e professor que trouxera da Escola de Minas de Ouro Preto, Bernardes estava convencido de que Faquhar não cumpriria o acordo de construir a siderúrgica e apenas exportaria o minério in natura, a preços simbólicos. (...) Assim, Bernardes estabeleceu tantas exigências que o contrato com Faquhar acabou inviabilizado... E, em 1926, já na Presidência da República, promoveria a reforma constitucional que proibiu a transferência a estrangeiros das jazidas minerais consideradas necessárias à defesa e à segurança do País." Os Governadores – História de Minas Gerais. Encarte do Jornal Hoje em Dia. 2008. p. 109.



Vista da usina de Sabará/MG.

A visita do Rei Alberto ao Presidente do Estado de Minas mudaria definitivamente a história daquele empreendimento. Havia interesse de empresários europeus em montar indústrias siderúrgicas no Brasil e o governo de Minas tentava atrair capital industrial para o Estado na intenção de alavancar a produção de aço. Os interesses se casaram e, em 1921, um grupo de representantes belgas tendo à frente o engenheiro Jean Pierre Arend do Grupo de Aço da Arbed (Acieries Réunies de Burba-

ch-Eich-Dudelange), visitou Minas Gerais. Guimarães, então coproprietário da Companhia Siderúrgica Mineira (CSM), e que também era encarregado do consulado belga em Belo Horizonte, sugeriu na oportunidade que, em vez de fundar uma nova empresa, o grupo deveria associar-se ou mesmo absorver a CSM já em funcionamento. A sugestão foi aceita e, em dezembro de 1921, a Companhia Siderúrgica Mineira tornou-se a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.⁵⁰

O valor da operação chegou a quase 15 mil contos de réis, que se elevaram a 20 mil em 1924. Era uma quantia extremamente vultuosa para a época; basta lembrar que a receita no orçamento do Estado de Minas, em 1921, era de 42 mil contos de réis, e de 68 mil, em 1924. Tão grande se tornara a participação da ARBED no capital da nova empresa que lhe coube a direção, na pessoa de Gaston de Barbanson, até 1927. O poderoso consórcio, antes mesmo de constituir a Belgo-Mineira, já adquirira mais patrimônio no Brasil, com a compra em São Miguel do Piracicaba da bela propriedade de João Monlevade, que aí se fixara em 1917, e da mina do Andrade, em suas vizinhanças.⁵¹



Arthur Bernardes

No ano seguinte à criação da Cia Siderúrgica Belgo-Mineira, Arthur Bernardes foi eleito Presidente da República. O Brasil fervia em todas as direções. O episódio dos tenentes no Forte de Copacabana, a Coluna Prestes, os conflitos armados em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a oposição da imprensa e uma série de outras questões faziam dele um presidente impopular. Para enfrentar as dificuldades, Bernardes abusou dos decretos de “estado de sítio” com o intuito de governar. No entanto, tomou medidas que visavam atender aos anseios dos trabalhadores, entre elas a reorganização da caixa de aposentadorias e pensões, além de férias anuais de 15 dias para as categorias dos operários, comerciários e bancários.



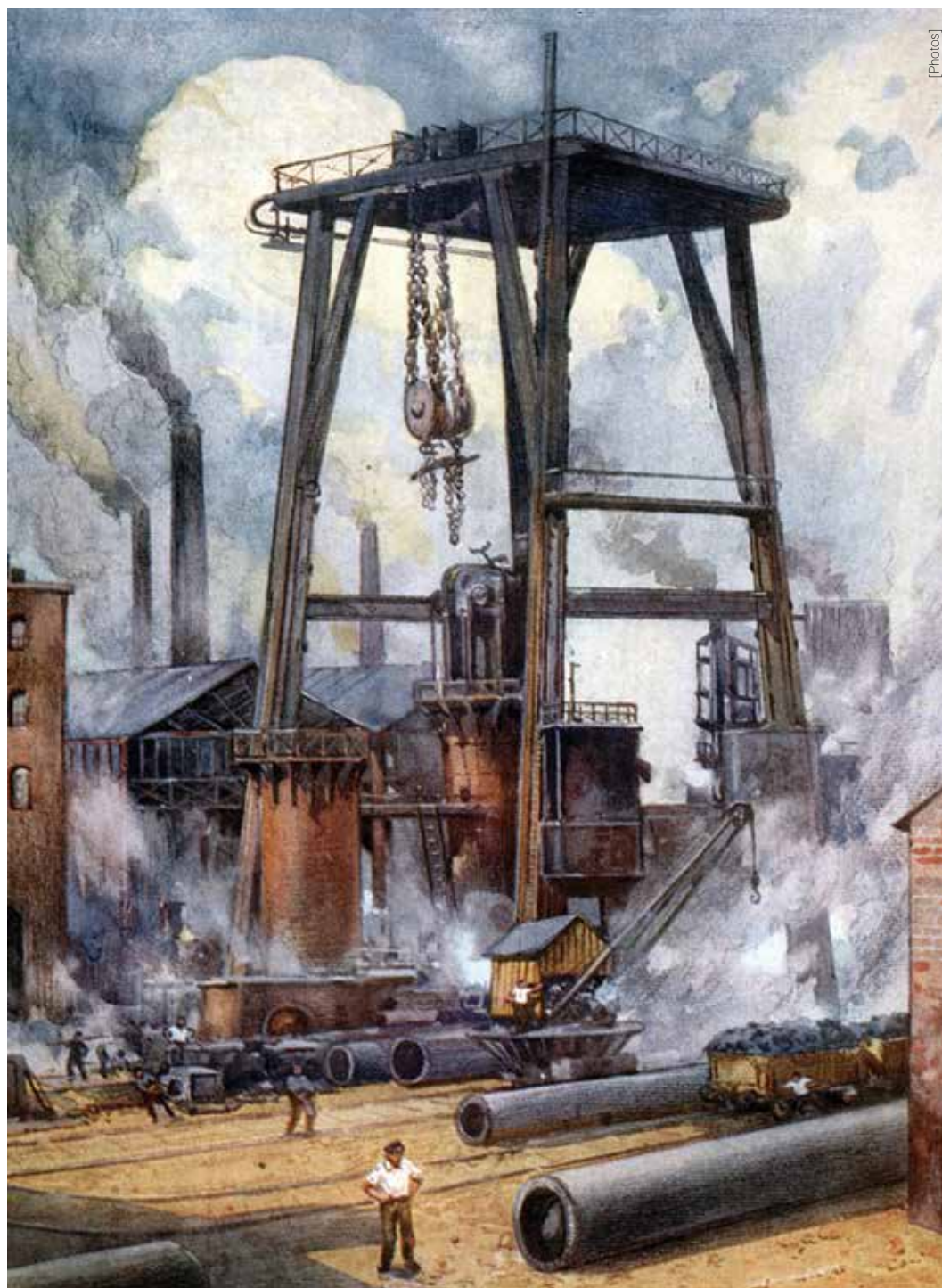
Washington Luiz

Continuando sua política, iniciada no governo de Minas, em prol do aço brasileiro, o presidente Arthur Bernardes assinou o Decreto nº 4.801 em 9 de janeiro de 1924, delegando ao poder executivo o amparo às iniciativas de exploração da mineração e criação de siderúrgicas.

Washington Luiz, o paulista de Macaé que governou São Paulo de 1920 a 1924, sucedeu Arthur Bernardes na Presidência da República por meio de acordo que propunha a alternância de poder entre mineiros e paulistas, conhecido como política do “café com leite”. É dele a famosa frase “governar é construir estradas” e levou tal afirmativa a termo em São Paulo, onde construiu 1.300 km de rodovias.

50 BAER, Werner. Siderurgia e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 83.

51 IGLESIAS, Francisco; SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. Carlos Bracher, do Ouro ao Aço. Rio de Janeiro: Salamandra, 1993. p. 21.



Usina siderúrgica. Ilustração, 1925.

Foi durante o seu governo que os empresários das indústrias paulistas se organizaram e criaram o Ciesp - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - em 28 de março de 1928 e, que depois da Revolução de 30, seria incorporado à recém criada Fiesp, instituída após a implementação de um modelo sindical no governo de Getúlio Vargas.

Decreto nº 4.801, de 9 de Janeiro de 1924

Autoriza o Poder Executivo a amparar a exploração industrial siderúrgica e carbonífera existente e dá outras providências.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a amparar a exploração industrial siderúrgica e carbonífera existente, a facilitar o seu maior desenvolvimento e a fundar novas usinas adequadas á producção moderna de aço, nos termos das bases abaixo especificadas, podendo, para esse fim, realizar as necessarias operações de credito.

I. Prorogar até 31 de dezembro de 1926 os prazos dos decretos ns. 12.943 e 12.944, de 30 de março de 1918, limitando-se o total dos auxilios permittidos nesses decretos ao maximo de 50.000 contos, computados os já concedidos.

II. Promover, mediante concurrencia publica, a construcção de tres usinas modernas com capacidade para a producção annual de 50.000 toneladas de aço cada uma; a primeira, no valle do Rio Doce, preferindo-se ahi o emprego de altos fornos electricos; outra, no valle do Paraopeba, para altos fornos, a coke mineral, preferindo-se o de carvão nacional; e a terceira, nas proximidades da região carbonífera de Santa Catharina, para altos fornos, consumindo coke nacional.

Paragrapho unico. Para a escolha das pessoas ou empresas que hajam de construir essas usinas, além da idoneidade industrial e financeira, exigirá o Governo que o contractante seja brasileiro e possua mina de ferro ou de carvão em logar adequado, dentro da região designada, com os elementos necessarios ao trabalho e á vida de um centro de industria, verificada, no primeiro caso, a capacidade necessaria a uma longa exploração e o teor do minerio de ferro; e, no segundo caso, a importancia da jazida carbonífera, com a possibilidade de produzir coke metallurgico.⁵²

⁵² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4801-9-janeiro-1924-565923-republicacao-89676-pl.html>. Acesso em 13 de julho de 2013.

O Ciesp nasceu para mudar métodos e modelos de pensamentos bastante arraigados. A 1ª Grande Guerra (1914-1918) gerou imensas dificuldades de importação e, com elas, surgiram as condições para um crescimento expressivo. Como resposta, o número de indústrias em São Paulo saltou de 314, em 1907, para 4.458 no ano de 1920. (...) A escolha do cargo principal ficou com o então maior industrial do País: o Conde Francisco Matarazzo. O segundo cargo em importância ficou para um jovem de 39 anos, Roberto Simonsen. Os demais cargos da primeira diretoria foram ocupados por representantes das principais empresas e ideias do momento, entre eles: Horácio Lafer, Jorge Street, José Ermírio de Moraes e Antonio Devisate. (...) Com o decreto de 1931, que instituiu um modelo sindical baseado em associações de classe, federações estaduais e confederações, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) passa a chamar-se Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Passavam a ser da Federação as seguintes funções: formar a Confederação Nacional da Indústria e do Comércio e organizar um tribunal de conciliação e arbitramento, destinado a resolver questões entre patrões e empregados.⁵³

Na segunda metade dos anos 1920, o quadro econômico internacional se agravou. Após a Primeira Guerra Mundial, as nações europeias começaram a se reconstituir territorialmente e economicamente e, por consequência, diminuíram drasticamente a importação de produtos dos Estados Unidos, que até então possuíam um enorme fluxo de exportação. Com a queda nas exportações, as indústrias norte-americanas passaram a estocar produtos, que estagnavam em suas prateleiras. A maioria das empresas e dos cidadãos norte-americanos possuíam ações na Bolsa de Valores de Nova York e, em outubro de 1929 com a queda das ações, investidores imediatamente tentaram vendê-las. O efeito foi devastador, as ações se desvalorizaram ainda mais e de maneira arrebatadora, diversas empresas faliram e o desemprego assombrou os Estados Unidos com números que chegaram a 30% da população.

No Brasil, a ruptura da política do “café com leite” foi um dos motivos para a derrubada de Washington Luiz. Associados a ela, a eleição do paulista Julio Prestes e o assassinato do vice-presidente derrotado João Pessoa foram o estopim da Revolução de 30, movimento armado que, em um mês, exilou o presidente em exercício, proibiu a posse do eleito e colocou no poder o gaúcho Getúlio Vargas. O movimento foi um marco na transformação das estruturas político-sociais brasileiras e encerrou um longo período da história do Brasil, conhecido como República Velha.⁵⁴ A Revolução triunfou em 24 de outubro de 1930 e Getúlio assumiu o cargo de presidente provisório no dia 3 do novembro. Em seu discurso de posse afirmou:

O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda nossa política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.⁵⁵

⁵³ Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/sobre-o-ciesp/historia/>. Acesso em 23 de julho de 2013.

⁵⁴ Também conhecida como Primeira República. Período que se compreendeu entre a Proclamação da República, 15 de novembro de 1889, e a Revolução de 1930.

⁵⁵ Trecho do discurso de posse de Getúlio Vargas em 1930.

“ 3 de novembro de 1930. Os revolucionários gaúchos, comandados pelo General Flores da Cunha, chegam a cavalo no centro do Rio de Janeiro. São muitos. Apeiam na Avenida Rio Central e, num ato simbólico de ocupação da capital federal, começam a amarrar os cavalos no obelisco. Naquele espaço quase parisiense, de prédios novos, belos, de sofisticadas lojas, de homens alinhados - terno e chapéu - e de belas e cheirosas mulheres, os cavalos simbolizavam atraso e atraíam os olhares espantados dos populares que ali circulavam. No Palácio do Catete, Getúlio Vargas⁵⁶ assume o poder e discursa: “Assumo provisoriamente, o governo da República, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro”. O provisório de Vargas durou 15 anos e, ao longo do período que passou à frente do governo, uma série de mudanças e conquistas ocorreram, especialmente na sedimentação da base siderúrgica do país e nos direitos dos trabalhadores. Ao contrário do que se imaginava, os cavalos da Revolução de 30, amarrados no obelisco da Avenida Central, trouxeram o novo, as mudanças que levaram o país a avançar econômica e socialmente. Deixou também marcas profundas no regime democrático. A imprensa foi censurada, políticos foram calados, adversários políticos presos, mortos e deportados. ”

56 Em 2014, fará 60 anos da morte do ex-presidente Getúlio Vargas e muito ainda se ouve falar do político que proporcionou ao Brasil tempos de crescimento econômico e de implantação de políticas industriais, cujo estímulo ampliou mercado de trabalho. Vargas foi pioneiro no uso de estratégias de comunicação dirigidas às massas e politizou variadas instâncias da vida social, que passaram a ser controladas pelo Estado. A lembrança de seu legado ainda é viva na memória dos brasileiros, seja para o elogio, seja para a crítica. Estudiosos consideram Vargas um dos personagens mais populares e carismáticos da nossa historiografia. Para muitos, o ex-presidente é visto como o maior político da história do Brasil, enquanto outros preferem entender sua carreira como resultado de um conjunto de fatores que o projetaram no cenário político nacional. Nem sempre a memória de Vargas recebeu tratamento nobre. Ora conhecido como “pai dos ricos”, ora “pai dos pobres”, teve sua imagem associada a essa dicotomia. Isso porque se trata de uma figura bastante controversa e que divide a opinião da população. Se, por um lado, Getúlio contribuiu com avanços para o desenvolvimento do país, por outro, liderou um período autoritário e de repressão política durante o seu primeiro governo, época conhecida como Estado Novo, compreendida entre os anos de 1937 e 1945.

A Revolução de 30 e as grandes mudanças no país

Os primeiros sinais de mudança

Com discursos sempre calorosos e nacionalistas, Getúlio Vargas presidiu o Governo Provisório dos anos 1930 a 1933, rompendo com quatro décadas de revezamento entre paulistas e mineiros na presidência. Ao assumir o poder, Vargas se deparou com uma crise econômica no país. O PIB sofreu uma contração de 4,5% no ano de sua posse e de 3,3% no ano seguinte. Uma forte desvalorização da moeda ocorreu devido à queda dos preços internacionais do café e à fuga de capitais, fatores que culminaram em uma crise cambial. Vargas se viu diante de um país economicamente desorganizado, que necessitava de medidas impactantes e imediatas.



[Arquivo Público Mineiro]

Grupo de militares da Revolução de 1930 em Paracatu/MG.

A Grande Depressão dos anos 30 desencadeou uma drástica redução dos empréstimos, do comércio e dos investimentos internacionais. No Brasil, ao final do Governo Provisório e ainda sob reflexo do famoso “crash” da Bolsa de Valores de Nova York, foram abertas saídas de cunho nacional para a crise. Buscava-se regular e fomentar a atividade econômica nacional, a fim de direcionar recursos para o mercado interno. Entretanto Vargas, não percebendo a gravidade da situação econômica do país, promoveu tentativas para implementação de uma política ortodoxa e, assim, buscou reduzir o gasto público, o crédito e a emissão de moeda. A crise forçou o governo a mudar de estratégia, adotando, por consequência, uma política voltada para a sustentação da atividade econômica nacional.

A política de defesa do café, um dos mais importantes produtos de exportação do Brasil à época, foi uma das principais medidas tomadas para a retomada da economia, quando a produção deixou de se fundar em empréstimos externos, conforme feito na Primeira República. Além disso, outras medidas foram adotadas, entre elas destacaram-se a introdução da legislação trabalhista e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tais providências tinham como mote principal regular as relações entre o capital e o trabalho, com a finalidade de impulsionar a acumulação de capital urbano-industrial. Focado no processo de desenvolvimento nacional, Vargas decretou, em maio de 1932, uma legislação trabalhista que determinava oito horas diárias para a jornada de trabalho. As leis estabeleciam o princípio do “salário igual para trabalho igual”, criavam a licença-maternidade e impunham regras para o trabalho de menores de 18 anos.

O presidente definia sua política social como um esforço para tornar o operariado uma força ordeira de cooperação com o Estado. Diante da nova regulamentação trabalhista, criou-se também a Carteira de Trabalho, com o intuito de promover um registro do profissional



Getúlio Vargas.

[Arquivo Público Mineiro]

e de garantir seus direitos. Outras medidas imediatas também foram tomadas, entre elas, destacaram-se: a criação de órgãos de regulação e fomento de setores específicos, como o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Departamento de Produção Mineral; o reajustamento econômico, que perdooou 50% das dívidas dos proprietários rurais, contraídas até 30 de junho de 1933; a reforma educacional e o incentivo ao desenvolvimento de cursos técnicos; a reforma tarifária de 1934, de cunho protecionista; e a isenção de tarifas sobre importações de equipamentos para determinados setores industriais. Com isso, a modernização do país foi intensificada e Getúlio deixava explícito o seu interesse pelo desenvolvimento industrial.

O avanço industrial e siderúrgico

No Brasil, a indústria surgiu como desdobramento da economia cafeeira nas últimas décadas do século XIX. Concentrava-se inicialmente nos setores produtores de bens de consumo não duráveis, mas aos poucos se pluralizou, desenvolvendo setores, como o metalúrgico e o químico nas primeiras décadas do século XX. No início dos anos 1930, a diversificação de setores e a consequente expansão industrial eram de extrema importância para a recuperação da crise após a quebra

da Bolsa de Valores de Nova York. A indústria nacional se responsabilizou pelo crescimento da renda e do emprego por conta da crise no setor exportador e das restrições às importações.

O que ocorreu foi um rápido aumento da produção e uma contínua expansão industrial, notada durante toda década. Nesse cenário, tornou-se prioridade máxima do governo a implantação da grande siderurgia no país, com o intuito de atender a essa demanda. Os líderes políticos e econômicos buscaram meios de implantar uma usina siderúrgica estatal integrada e de grande porte. O crescente interesse do governo

[Arquivo Público Mineiro]



Presidente Vargas e autoridades visitando uma siderúrgica.

sobre a questão devia-se à indisponibilidade de investimento do capital privado nacional na implantação de grandes usinas.

Nesse contexto, Getúlio Vargas, assim que deu início ao seu governo, definiu uma política específica para a siderurgia, com o objetivo de nacionalizar as reservas minerais do país. Com isso, criou, no ano de 1931, a Comissão Preparatória do Plano Nacional de Siderurgia, ligada ao Ministério da Guerra, formada por técnicos brasileiros e norte-americanos, compondo uma comissão mista. O objetivo era estudar o aproveitamento das reservas brasileiras de minério de ferro, promovendo sua exportação e implantando no país a indústria do aço de grande porte. Além de centro de estudos, a comissão serviu para abrir debates acerca do assunto durante toda a década de 1930.

Com essa visão, em 1931, Vargas afirmou em discurso na cidade de Belo Horizonte que “muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do País. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos um grande passo na escalada do alto destino que nos aguarda.”⁵⁷

*P*ara o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos precioso, se expressa a equação do nosso progresso. Entrava-o a nossa máquina de transportes e a falta de aparelhamento, indispensável à exploração da riqueza material que possuímos imobilizada. O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. Por ele se transporta a energia, florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sobre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproximam regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus produtos. Sobre as águas, é o navio a força propulsora que o aciona, fazendo-o singrar velozmente mares e rios. No ar, é o motor do aeroplano mantendo-o em equilíbrio e alijeirando-lhe o voo. É, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa da Pátria. Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro.⁵⁸

Siderúrgica Barra Mansa – Votorantim Siderurgia

O início do século XX na região sul fluminense ficou marcado pela estagnação econômica. Grande parte dos colonos que haviam sido atraídos pelo cultivo do café decidiram migrar para outras regiões em busca de melhores condições de trabalho tão logo os solos, antes muito férteis, se tornaram esgotados devido à exploração à exaustão. A exemplo do que ocorria no restante do Brasil, o investimento industrial parecia ser a saída para se evitar o declínio econômico da região. As primeiras indústrias atraídas para Barra Mansa eram do ramo alimentício e, em meados da década de 1930, a cidade começou a receber investimentos que viabilizariam a construção de uma siderúrgica na região.

A localização estratégica da antiga zona cafeeira, próxima à ferrovia e às jazidas de minério de ferro, atraiu a atenção do grupo Votorantim, e em 2 de abril de 1937 foi fundada a Siderúrgica Barra Mansa. As operações da usina foram iniciadas no ano seguinte e a unidade foi um marco na expansão do grupo Votorantim⁵⁹. Atualmente, a unidade Barra Mansa possui capacidade produtiva de 800 mil toneladas de tarugos por ano⁶⁰. A Votorantim Siderurgia ainda mantém outras duas unidades em funcionamento no país, a usina de Resende, também no estado do Rio de Janeiro, com capacidade para produzir um milhão de toneladas de tarugos por ano e a laminadora de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, com capacidade para laminar 400 mil toneladas por ano, além de um alto forno no município mineiro de Curvelo, que dá suporte às suas operações. A Votorantim Siderurgia é uma empresa do grupo Votorantim, que possui atuação em mais de 20 países nos mais diversos segmentos de negócios.

57 MOYEN, François. A História da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira: uma trajetória de crescimento consistente (1921 – 2005). Belo Horizonte: Arcelor Brasil S/A, 2007. p.51.

58 Discurso de Getúlio Vargas em Belo Horizonte no dia 23 de fevereiro de 1931. Disponível em: www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/gustavobarros.pdf. Acesso em 23 de julho de 2013.

59 Adaptado de “Barra Mansa: uma antiga história.” In: Memória Votorantim: Blog Memóriação. 10 de outubro de 2012. <http://www.memoriavotorantim.com.br> Acesso em 10 de setembro de 2013.

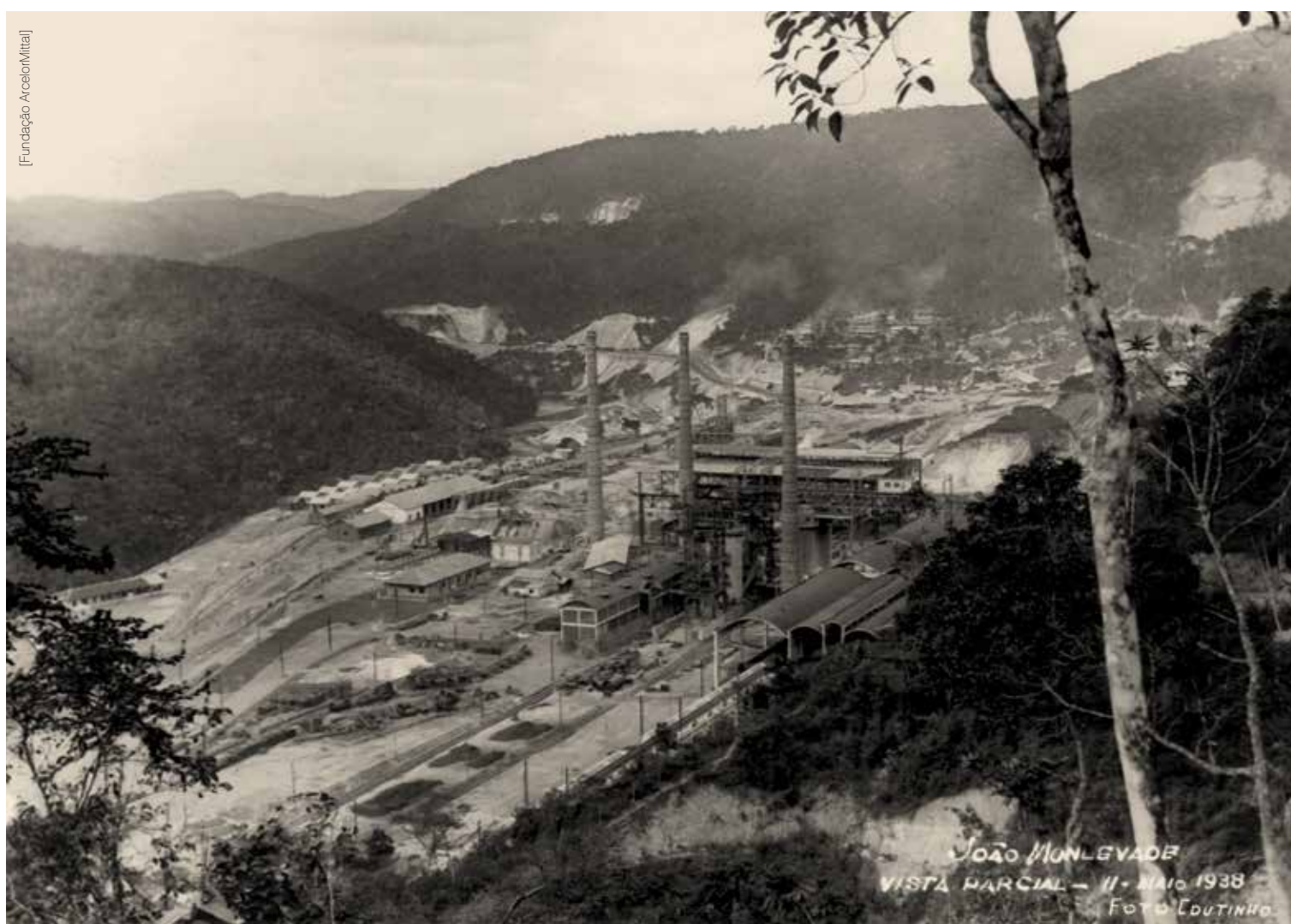
60 <http://www.vsiderurgia.com.br/pt-br/institucional> Acesso em 10 de setembro de 2013.

A construção da Usina de Monlevade pela Belgo-Mineira

A mais relevante expansão na indústria de ferro e aço durante a década de 1930 foi a construção da unidade de João Monlevade pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, com capital vindo do exterior. Em 1931, o presidente Vargas em visita a Minas Gerais, movido por seu forte interesse no desenvolvimento industrial,

comprometeu-se a promover a ligação ferroviária entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Vitória-Minas, no intuito de viabilizar a usina na região da antiga fazenda de Monlevade. Com a extensão da linha ferroviária até a região mineira, a companhia iniciou a construção dessa unidade no ano de 1935. No dia 31 de agosto do mesmo ano, comemorou-se a inauguração do ramal ferroviário de Santa Bárbara e o lançamento da pedra fundamental da nova usina.

O alto-forno que recebeu o nome Getúlio Vargas começou a funcionar na inacabada usina em 1937. Mon-



[Fundação ArcelorMittal]

Usina de João Monlevade/MG, 1938.



Usina de João Monlevade/MG.

levade ainda era um enorme canteiro de obras quando o primeiro alto-forno entrou em operação. Em seguida, naquele mesmo ano, ocorreu a primeira corrida de gusa, no dia 20 de julho e, em abril de 1938, aconteceu a primeira corrida de aço de João Monlevade em seu novo forno SM. Com o início do funcionamento de suas novas usinas de laminação, em janeiro de 1940, a Belgo-Mineira se tornou a maior siderúrgica da América Latina.

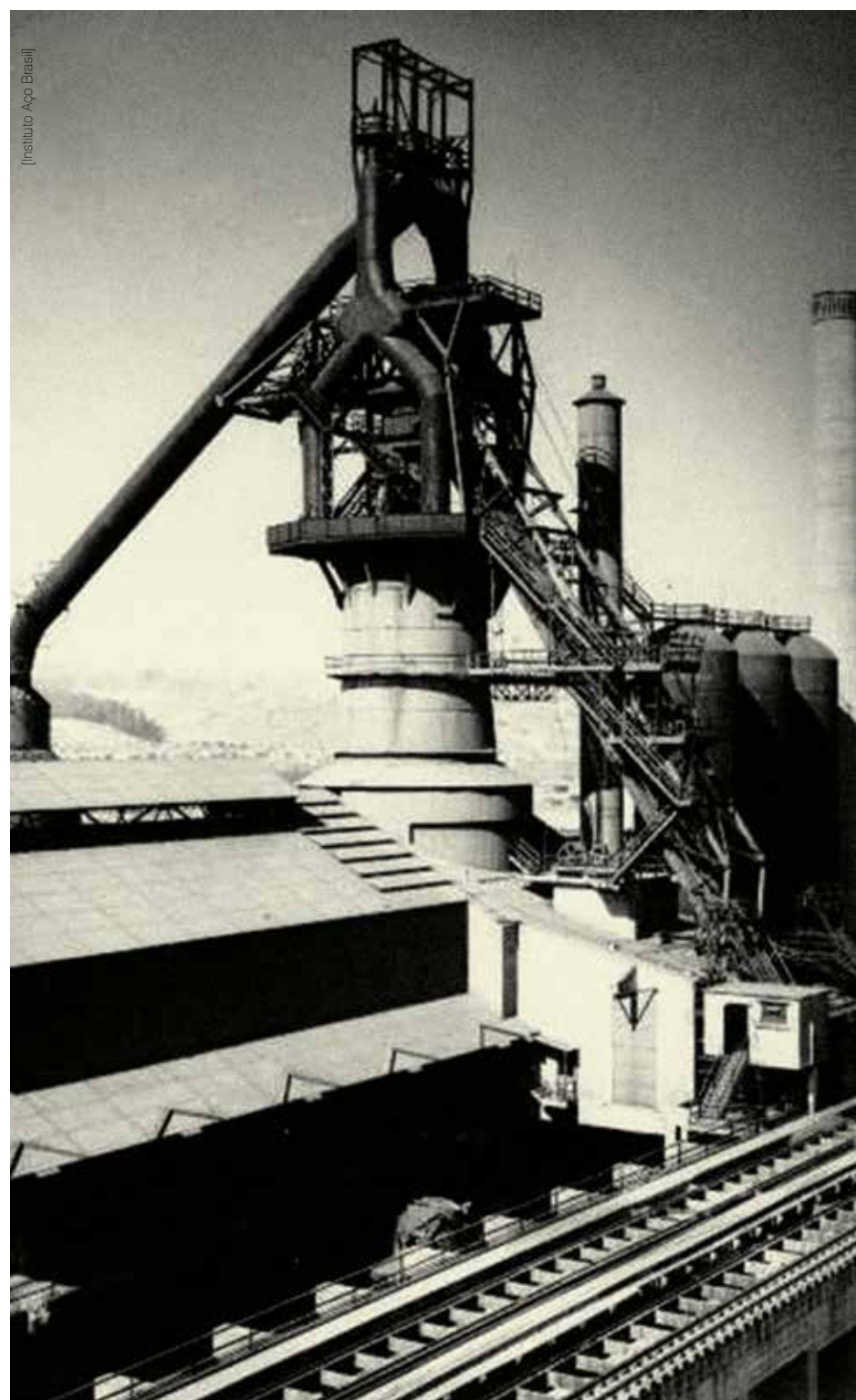
Para viabilizar a construção da Usina de Monlevade, foi necessária a construção, ao seu redor, de uma infraestrutura adequada. Houve, então, a construção de residências, ruas, escola e hospital. A cidade de João Monlevade desenvolveu-se consideravelmente e um grande contingente de pessoas foi atraído pelo desenvolvimento emergente, formando assim bairros representativos no entorno da usina.

O Estado Novo (1937 – 1945) e o desenvolvimento da siderurgia brasileira

Enquanto a economia brasileira e o crescimento da indústria caminhavam, em 1937, Getúlio Vargas decretou Estado de Sítio e passou a exercer um governo ditatorial no Brasil, alegando haver uma ameaça comunista de dominar o país. Estava em vigor o chamado Estado Novo, que perdurou até 1945. Durante esse período, Getúlio dissolveu o Congresso Nacional, aboliu o Poder Legislativo e os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira (AIB), e determinou o fim da divisão federativa. Em seguida, Vargas instaurou a chamada Constituição Polaca, assim denominada por sua provável inspiração na carta magna vigente na Polônia, que propunha determinações fascistas e autoritárias para gerir o Estado. A diminuição da autonomia dos governadores visava elevar o poder intervencionista de Vargas. Eram permitidas ao presidente a nomeação e demissão de interventores estaduais e a demissão sumária de qualquer servidor público. Foi reinstaurada a pena de morte e instituído o estado de emergência, que permitia ao governo a suspensão de imunidades parlamentares, o exílio e a invasão de domicílios. Além do mais, o mandato presidencial foi ampliado para 6 anos. O Brasil passou, assim, a viver uma nova fase política, que influenciou fortemente a economia e o desenvolvimento industrial do país.

Criação do Plano Siderúrgico Nacional

Na economia, o cenário de permanente dependência brasileira de produtos siderúrgicos importados começou a mudar após o início do Estado Novo. Era uma das metas de Getúlio Vargas fazer com que a indústria de base brasileira crescesse e se nacionalizasse. Gradativamente, o Estado foi assumindo a responsabilidade pela produção de determinados insumos básicos. O in-



Alto-forno da CSN.

vestimento no processo de industrialização era uma necessidade evidente e o foco, naquele momento, estava voltado para a resolução da ausência de produção siderúrgica em grande escala no país. Por isso, Vargas traçou alguns planos e metas em meados da década de 1930, todavia muitos deles foram mal concebidos e o Governo caminhava indeciso quanto à questão siderúrgica. Enquanto isso as Forças Armadas o pressionavam, a fim de que houvesse um plano voltado para o surgimento de uma grande usina siderúrgica integrada.

De diversos lados, a pressão ganhava corpo. No início de 1938, para estabelecer a grande usina siderúrgica almejada, Getúlio considerava três opções possíveis: promover o projeto operado pelo Estado, porém com financiamento estrangeiro, através da exportação de minério de ferro; construir uma empresa brasileira mista, com participação governamental e privada; ou criar uma empresa privada sob controle estatal, mas com participação estrangeira. Vargas tendeu ao desenvolvimento simultâneo da exportação de minério de ferro em grande escala e o estabelecimento de uma usina siderúrgica integrada.⁶¹ Assim, através do Decreto-lei nº 2.054, assinado em 4 de março de 1940, foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, diretamente subordinada ao Presidente da República.

O decreto era coerente com os regimentos do Código

de Minas, que vedava a exploração do subsolo brasileiro por estrangeiros e, dessa forma, o Governo Federal efetivou a política da exploração mineral. Além do mais, o decreto previa a elaboração de estudos técnicos que visavam a criação de uma usina siderúrgica voltada para a produção de trilhos, perfis comerciais e chapas, que seria construída com o financiamento do Estado e do setor privado. O decreto previa também a formação de quadros nacionais que objetivassem a organização e a direção de grandes projetos industriais. Através da nova comissão, presidida pelo empresário Guilherme Guinle, o projeto foi detalhado e a região de Volta Redonda foi escolhida para sediar a futura usina siderúrgica.

Até 1939, os números da indústria siderúrgica eram os seguintes: entre 1921 e 1939 foram fundadas 25 empresas do ramo siderúrgico. A maior delas era a Belgo-Mineira. Essas organizações empregavam, em 1939, mais de 11 mil pessoas, produziam mais de 160 mil toneladas de ferro gusa, 114 mil de aço e mais 100 mil toneladas de laminados. O consumo de ferro gusa e de lingotes parecia equilibrado, ou seja, o que era produzido era também consumido no mercado interno. Com os laminados, a questão era diferente, a produção ainda era pequena e não supria a cadeia do consumo e, por isso, as importações de laminados chegavam a 76%.⁶²



CSN - Usina Presidente Vargas

61 BAER, Werner. Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 96.

62 Id. p. 86, 87 e 90.

Criação da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

No dia 9 de abril de 1941, foi fundada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Ainda no final da década de 1930, sua criação havia sido elaborada pelo governo no intuito de atender às necessidades da economia e da soberania brasileira. Para Vargas, o desenvolvimento da produção siderúrgica em grande escala era primordial para o processo de industrialização do país.



Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

*A nossa produção siderúrgica atual é reduzida, cara e antieconômica, devido aos processos adotados. Trabalha com pequenos altos-fornos a carvão de madeira. Ainda mais, o seu crescimento depende de reservas florestais, que vão diminuindo com o tempo e cuja reconstituição é demorada e custosa, sobretudo se considerarmos que só pode ser utilizado o carvão de madeira de lei. Admitindo-se mesmo a possibilidade de um reflorestamento regular, a siderurgia explorada nessas bases se tornará cada vez mais onerosa e precária, pelo consumo crescente de reservas florestais.*⁶³

⁶³ Apud GOMES, Francisco Magalhães. História da Siderurgia no Brasil. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; USP, 1983. p. 246. Veja texto original em: COU-TO, R. M. A. A questão do ferro. Rio de Janeiro: Olímpica, 1938. p. 8-9.



Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Para a construção da moderna siderurgia, o governo brasileiro buscou atrair a empresa norte-americana United States Steel, uma das principais do ramo. O então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt,⁶⁴ atento à questão, estava propenso a financiar e a fornecer tecnologia necessária para a construção da siderúrgica no Brasil. Dessa maneira, a criação da CSN foi resultado de um acordo diplomático entre os governos do Brasil e dos EUA, com a finalidade de suprir as necessidades de desenvolvimento industrial brasileiras e a demanda de aço dos Aliados⁶⁵ na Segunda Guerra Mundial. Diante do acordo, o Brasil tinha o compromisso de exportar 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro por ano aos EUA e à Inglaterra.

Antes mesmo da fundação da companhia, a localização da usina já havia sido decidida. A Comissão Siderúrgica, em julho de 1940, havia escolhido Volta Redonda, situada no estado do Rio de Janeiro. O lugar estava a cerca de 100 km da cidade do Rio de Janeiro e de 350 km de São Paulo. Para justificar a escolha do local, alegava-se que Volta Redonda tinha a capacidade de reunir as matérias-primas a um custo relativamente baixo e que, a partir dali, os produtos poderiam ser encaminhados com facilidade para os dois principais mercados consumidores do país. Durante a escolha do lugar, certos espaços foram desconsiderados, porque havia a possibilidade de gastos inesperados para a construção de instalações portuárias e de ramais ferroviários.

64 Foi o 32º Presidente dos Estados Unidos da América. Ocupou o cargo durante 4 mandatos, entre os anos de 1933 e 1945.

65 Os principais países que compunham o grupo dos "Aliados" na 2ª Guerra Mundial eram: China, França, Grã-Bretanha, União Soviética e Estados Unidos.

Porto de Sepetiba - CSN.

Além disso, Volta Redonda, situada no desvalorizado Vale do Paraíba, demandava salários, à época, aproximadamente 30% menores que os vigentes no Rio de Janeiro.

Havia argumentos positivos a favor do local, porém algumas questões começaram a aparecer anos depois da construção da usina. Até o início da década de 1940, o sistema de transportes parecia adequado para a demanda local; contudo, anos mais tarde, com o crescimento industrial do pós-guerra, o transporte se mostrou ineficiente, o que acarretou diversos problemas para a região. Inicialmente, o argumento da mão de obra barata era válido, mas logo se percebeu a falta de especialização dos funcionários, o que acarretou gastos com treinamento de pessoal, uma vez que a maioria dos trabalhadores não sabia operar máquinas. Os gastos também foram grandes na construção de uma cidade industrial, até então inexistente, o que seria desnecessário se o local escolhido fosse próximo a uma cidade com infraestrutura pronta e adequada ao empreendimento.

Apesar dos percalços enfrentados, a concretização da usina foi um importante passo para a criação da indústria de base no Brasil. A propaganda do governo tratou de transformar a CSN no símbolo do progresso e num marco industrial do Estado Novo. Depois de sua inauguração, a Usina de Volta Redonda passou a produzir chapas de aço, com a utilização de processos tecnologicamente apropriados. Pela primeira vez no Brasil, em abril de 1946, foi produzido o coque metalúrgico e, no mesmo ano, os altos-fornos e a aciaria da CSN foram ativados. Ademais, em 1948, a siderúrgica começou a produzir laminados, o que consolidou o início da autonomia brasileira na produção de ferro e aço. A produção objetivava acompanhar o crescimento no consumo de produtos planos em todo o mundo. Estava ativa a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina, que viria a ser uma das maiores do mundo.

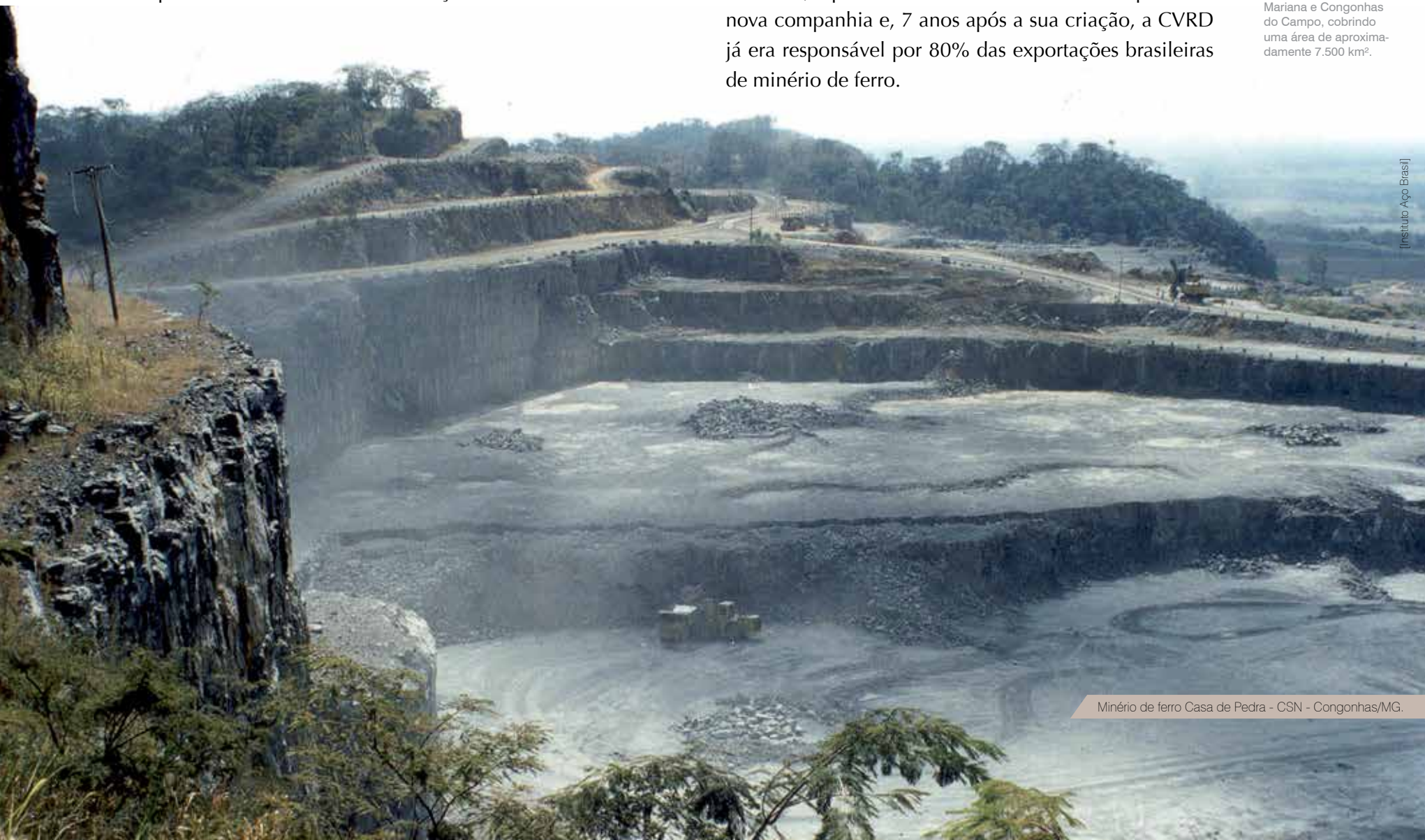
Criação da Companhia Vale do Rio Doce

Na década de 1940, quando no Brasil se pretendia substituir o modelo político-econômico de importações pela criação de grandes siderúrgicas estatais, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com o intuito de reduzir a dependência de manufaturados vindos do exterior. Por meio do Decreto nº 4.352 de 1º de junho de 1942, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas, foi instituída a empresa de capital misto, que objetivava explorar as jazidas de minério de ferro da região de Itabira, conhecida como Quadrilátero Ferrífero,⁶⁶ em Minas Gerais. Sua criação fez parte de um projeto de desenvolvimento econômico que visava à industrialização do país e estava relacionada à criação da CSN. Ambas se

fortaleceram ao longo dos anos 1940 e, na década de 1950, consolidaram suas posições no mercado mundial. A criação da Companhia Vale do Rio Doce também tinha como objetivo garantir o suprimento da demanda de minério de ferro da recém-criada CSN. Por consequência do decreto de criação da Vale do Rio Doce, designou-se um superintendente responsável por gerir os bens incorporados à União, explorar as jazidas de minério de ferro de Itabira, como também administrar a estrada de ferro Vitória-Minas, que foi agregada aos bens da companhia.

A concepção da CVRD teve a colaboração dos governos dos EUA e da Inglaterra, diante da aproximação do Brasil com as potências Aliadas na Segunda Guerra Mundial. Logo depois de um entendimento com o governo britânico, o patrimônio da Itabira Iron foi incorporado à nova companhia e, 7 anos após a sua criação, a CVRD já era responsável por 80% das exportações brasileiras de minério de ferro.

66 Região de Minas Gerais, cujos vértices estão nas cidades de Sabará, Santa Bárbara, Mariana e Congonhas do Campo, cobrindo uma área de aproximadamente 7.500 km².



Minério de ferro Casa de Pedra - CSN - Congonhas/MG.

A Companhia Vale do Rio Doce tinha sua área de atuação concentrada, a princípio, em torno das jazidas de minério de ferro existentes em Minas Gerais. Com o tempo, a companhia passou a atuar também em Carajás, na região amazônica, situada no sul do estado do Pará. Em 1997, quando Fernando Henrique Cardoso⁶⁷ cumpria seu segundo mandato como presidente do Brasil, a Vale do Rio Doce deixou de ser uma empresa estatal e passou a ser uma empresa de capital privado. Com a privatização, os lucros aumentaram consideravelmente e, em 2008, a Companhia Vale do Rio Doce parou de usar a sigla CVRD e adotou a palavra Vale, nova referência da empresa.

Criação da Acesita

No povoado de São Sebastião do Alegre, atualmente conhecido como “Ribeirão do Timóteo”, à beira da estrada de ferro Vitória-Minas, foi fundada a Acesita – Companhia de Aços Especiais Itabira, em 31 de outubro de 1944 – pelos engenheiros Amyntas Jacques de Moraes, Percival Farquhar e Athos Lemos Rache. O empreendimento integrado de siderurgia e aços especiais foi pioneiro na América Latina e tinha sua produção voltada para o abastecimento do mercado interno.

O local de sua instalação foi escolhido pelos engenheiros considerando a disponibilidade de recursos, como florestas, rios e minério de ferro. A estrada de ferro Vitória-Minas muito colaborou para o desenvolvimento da Acesita. Era preciso construir a usina, assim como estabelecer infraestrutura de apoio para seu adequado funcionamento. Os empregados careciam de moradias próximas e o local dependia da abertura de estradas para o acesso. Obras, como a construção da hidrelétrica de Sá Carvalho, foram feitas, visando também ao abastecimento da nova usina. Durante o período em que foi preciso investir na recém-criada companhia, o engenheiro à frente do empreendimento, Percival Farquhar, teve dificuldades para conseguir financiamentos externos e buscou empréstimos no Banco do Brasil.

Logo nos primeiros anos de atividade, sob mandato do primeiro presidente da usina, João Vieira de Macedo, o alto-forno nº 1 entrou em operação. Era o maior alto-forno a carvão vegetal do mundo, com capacidade para 200 t/dia. Em 29 de abril de 1949, foi realizada a primeira corrida de gusa na usina e, em agosto do mesmo ano, inaugurou-se a forja responsável pelo faturamento da empresa. Posteriormente, em 1951, o Banco do Brasil converteu os créditos do financiamento em participação societária, passando a ser sócio majoritário, com 79% do capital social da companhia. Dessa forma, naquele ano, a Companhia de Aços Especiais Itabira se tornou uma empresa estatal.

67 33º Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, conhecido também como FHC, ocupou o cargo durante 2 mandatos, entre os anos de 1995 e 2003.





[Foto: Flávio Luiz Russo]

Gerdau

No ano de 1992, a Acesita foi privatizada. A partir daí teve início a expansão da capacidade produtiva da empresa, por meio de investimentos em treinamento, produtividade e rendimento dos equipamentos. Atualmente a antiga Acesita pertence à Aperam, empresa independente criada por meio do desmembramento do setor de inox do grupo ArcelorMittal ocorrido em 2011.

Criação da ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração

Com o crescimento da siderurgia no Brasil tornou necessária a criação de uma associação que estimulasse o desenvolvimento siderúrgico, seja permitindo a troca de experiência entre os metalurgistas, seja principalmente estimulando e favorecendo a formação de novos profissionais na área. Assim, em uma viagem aos Estados Unidos, ocorreu ao engenheiro Miguel Siegel a ideia de formar uma associação brasileira voltada para a metalurgia e para a siderurgia. Miguel, que também foi fundador do setor de metalurgia do IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, teve contato com diferentes associações profissionais americanas em sua viagem e, assim que chegou ao Brasil, expôs a ideia ao Superintendente do IPT, Adriano Marchini. Este acolheu a proposta e prometeu o apoio do Instituto no que fosse necessário. Miguel foi um dos responsáveis pela idealização e fundação da ABM e o engenheiro, ainda nos EUA, conversou a respeito de sua ideia com Renato Wood, então diretor técnico da Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas e futuro fundador da ABM.

Após a sondagem de vários setores metalúrgicos, constituiu-se uma comissão responsável pelo projeto, composta por Miguel Siegel juntamente com os líderes industriais Luiz Dumont Villares e Jorge de Souza Rezende. A comissão fez um convite aos metalurgistas de São Paulo, Rio de Janeiro, inclusive de Volta Redonda,

e Minas Gerais para uma reunião no IPT, marcada para os dias 27, 28 e 29 de novembro de 1943. Na reunião, foi nomeada uma “Comissão Executiva” e a proposta de criação da ABM foi aprovada por unanimidade. Foram três dias de reunião, apresentação e discussão de trabalhos técnicos, além de algumas conferências sobre assuntos ligados aos negócios. Em seguida, Tarcísio Damy de Souza Santos, que fazia parte da equipe de metalurgia do IPT, passou a integrar a Comissão Executiva e se tornou o seu secretário.

O principal objetivo da ABM era promover uma melhoria no cenário metalúrgico e siderúrgico brasileiro. Assim, no dia 10 de outubro de 1944, 43 sócios assinaram a Ata da Assembleia Geral de Constituição da Associação Brasileira de Metais, finalmente era fundada a ABM. Logo na primeira reunião, a ABM já contava com jovens engenheiros entusiasmados, vindos das principais siderúrgicas e fundições brasileiras. No início de seu funcionamento, a associação se instalou nas dependências do IPT e, à medida que a associação foi crescendo, tornou-se necessária a instituição de uma sede própria. Diante disso, em 1975, foi adquirido um escritório em um edifício na Av. Paulista, em São Paulo, e lá a ABM funcionou até demandar um espaço ainda maior. Em 1979, um terreno situado à Avenida dos Bandeirantes foi doado à associação pelo seu então presidente Antônio Ermínio de Moraes, lá ela se instalou em 1984 e permanece até os dias de hoje.

Os seminários e cursos promovidos pela ABM serviram para melhorar o conhecimento acerca da metalurgia e da siderurgia brasileira, papel fundamental da associação. Essa instituição foi decisiva no desenvolvimento metalúrgico, promovendo a troca de ideias nos congressos e simpósios por ela realizados. Era indispensável haver um meio de comunicação eficaz, a fim de levar a metalurgia e a siderurgia adiante no país. Essa missão continua sendo realizada com muita eficácia pela ABM. Atualmente a sigla ABM significa Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração.

A entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e a deposição de Vargas

A carta constitucional de 1937 vigorou até a deposição do presidente Getúlio Vargas em 1945. Ao longo desses anos, diversos episódios sucederam e desencadearam, posteriormente, a deposição de Vargas. Em 1938, os integralistas invadiram o Palácio Guanabara, insatisfeitos com a ilegalidade da AIB. Eles desejavam depor o presidente, mas não obtiveram êxito. No ano seguinte, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o governo passou a exercer uma política ambígua, marcada pela indefinição entre o apoio ao Eixo⁶⁸ ou aos Aliados, denominada “política pendular”.

68 Os principais países que compunham o “Eixo” na 2ª Guerra Mundial eram: Alemanha, Itália e Japão.



Alfredo Ceschiatti, escultura em homenagem aos pracinhas brasileiros. Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, Rio de Janeiro/RJ, 1957.

Por volta de 1940, Vargas demonstrou simpatia com os valores representados pelos países do Eixo em diversas situações. Uma delas ocorreu em dezembro de 1940, quando o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) proibiu seus cinejornais de veicularem notícias sobre a Inglaterra, em uma explícita demonstração de simpatia ao Eixo. Porém, em 1941, o mesmo DIP proibiu qualquer crítica aos Estados Unidos na imprensa brasileira, o que simbolizou a aproximação de Vargas com o presidente Roosevelt e os Aliados. Vargas ainda prestou solidariedade aos EUA, quando os aviões japoneses bombardearam Pearl Harbor⁶⁹ em 1941. Apesar disso, o Brasil se declarava neutro.

Em 1942, o Brasil finalmente entrou na guerra ao lado dos Aliados e os membros do governo simpáticos ao Eixo sofreram queda de prestígio. Pouco antes de Vargas decidir-se quanto à posição na guerra, os chefes militares – o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra⁷⁰ e outros oficiais – ameaçaram renunciar aos seus postos, se o Brasil rompesse relações com as potências do Eixo. Eles afirmavam que os EUA não haviam cumprido a promessa de enviar material bélico ao Brasil e, além do mais, as Forças Armadas Brasileiras (FAB) não estavam aparelhadas para defender o território nacional. Getúlio, no entanto, já havia autorizado os EUA a instalar bases militares no litoral do país, em troca do financiamento para a construção da CSN. Por intermédio de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Internacionais à época, Vargas cedeu ao apelo pessoal de Roosevelt, a fim de atender a outras demandas americanas, como a prioridade para a fabricação dos equipamentos da indústria siderúrgica e o fornecimento imediato de material bélico.

A partir de 1943, as sucessivas derrotas do Eixo puseram em xeque as formas ditatoriais de governo. À época, a mentalidade dominante na quase totalidade dos países era a da democracia contra o fascismo. A opção por lutar contra o nazi-fascismo, feita por Vargas, era contraditória com a manutenção de uma ditadura no país. Assim, diante desse quadro de redefinições, o Estado Novo entrou em crise. A partir desse momento, a oposição começou a se movimentar com maior desenvoltura. Durante todo o ano de 1943, passeatas de estudantes, promovidas pela UNE⁷¹ contra o nazi-fascismo, sucederam no país. À medida que se tornava claro o fim da guerra, aumentava a rejeição ao governo de Getúlio. O presidente acabou então permitindo a liberdade de organização partidária, convocou uma nova Assembleia Nacional Constituinte e marcou novas eleições. Um movimento de apoio ao presidente surgiu, o chamado Queremismo, cujo slogan era “Queremos Getúlio”. Sua imagem, todavia, já se encontrava bastante desgastada, o que culminou em sua deposição no dia 29 de outubro de 1945. Naquela primavera, as tropas militares que compunham seu ministério invadiram o Palácio do Catete e forçaram a renúncia do presidente. Era o fim do Estado Novo e do governo Vargas que, desde 1930, liderava a nação. Com a sua queda, o presidente interino José Linhares assumiu o poder até que, em 1946 por meio de eleições, foi empossado no cargo de presidente o marechal Eurico Gaspar Dutra.



A Belgo-Mineira e a Segunda Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil enfrentou grandes problemas com a manutenção e a ampliação da malha ferroviária. Até então, o país nunca havia produzido trilhos. Diante desse cenário, Getúlio Vargas convocou a Belgo-Mineira para assumir essa produção. Em menos de um ano, a empresa desenvolveu um laminador especialmente para essa função. O equipamento utilizado foi todo construído nas unidades de Monlevade e Sabará, em parceria com a Marinha Brasileira, que possuía instalações de usinagem no Rio de Janeiro. A produção do primeiro trilho aconteceu em 1943 e foi o primeiro na história da Belgo-Mineira, do Brasil e também da América Latina.

⁶⁹ Base militar americana situada no Havaí.

⁷⁰ Eurico Gaspar Dutra foi, posteriormente, o 16º Presidente do Brasil, ocupando o cargo entre os anos de 1946 e 1951.

⁷¹ União Nacional dos Estudantes.



Obra de Amílcar de Castro localizada na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Licenciado por inARTS.com.



Parte 2

Impulso
Desenvolvimentista:
de Dutra ao golpe

“

O avião presidencial VC66, o primeiro de uma série, aterrissa na Base Aérea do Aeroporto da Pampulha. O presidente Getúlio Vargas e sua pequena comitiva descem discretamente. O que se vê é o retrato de um homem atormentado, abatido, diferente do comandante que, pela segunda vez, ocupa o maior posto executivo do país. Sua presença em Belo Horizonte é aguardada com ansiedade, especialmente pelo Governador mineiro Juscelino Kubitschek e pelos dirigentes da Mannesmann, uma empresa de tubos sem costura, instalada em 1952, que seria inaugurada naquele 12 de agosto de 1954. Jornalistas também estão à espreita, aguardam alguma declaração bombástica ou esclarecimentos sobre a crise por que passa o ocupante do Palácio do Catete, denominada pela imprensa de “mar de lama”.

Entretanto o que se vê é a habilidade de JK amainando os ânimos, evitando entrar nos assuntos que desagradam ao presidente. Ambos se dirigem à Usina da Mannesmann no Barreiro, para acompanhar a inauguração. JK faz em seu discurso um elogio a Getúlio e ao seu projeto de industrialização. Vargas objetivamente saúda a instalação da fábrica de tubos especiais, que será suporte importantíssimo para a recém-criada Petrobras. JK põe a hospitalidade mineira a serviço de Getúlio, que contraria seus assessores do Rio e pernoita no Palácio das Mangabeiras, residência oficial do governo de Minas. Contam que, na manhã seguinte, ao acordar, o presidente sorriu e elogiou o clima da serra, o silêncio que ela impõe foi o que lhe permitiu uma boa noite de sono.

”

A gestão de Eurico Gaspar Dutra

Estudiosos e críticos afirmam que, no Brasil, o primeiro período democrático ocorreu entre 1946 e 1964. A rigor, o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), eleito com 55% dos votos, não deveria ser considerado democrático. Sua gestão foi marcada pelo desrespeito à Constituição promulgada durante a sua administração. Entre seus desmandos destaca-se a perseguição política aos adversários, sobretudo ao Partido Comunista, que mais uma vez teve sua atuação proibida e seu registro cancelado. As greves foram proibidas, houve intervenção nos sindicatos e os políticos eleitos pelo PCB tiveram seus mandatos cassados.

Dutra foi uma apagada continuação do governo Vargas. Não tinha o carisma do ex-presidente e muito menos a dinâmica de um grande realizador. Havia sido Ministro da Guerra de Getúlio, combatera os tenentes em 1922, esteve ao lado dos legalistas em 1932, promoveu um expurgo da esquerda nas Forças Armadas e,



[Arquivo Público Mineiro]

Eurico Gaspar Dutra em homenagem na Vale do Rio Doce.

como anticomunista ferrenho, ajudou a colocar o partido na clandestinidade. Durante o segundo conflito mundial, assim como Vargas, Eurico Gaspar Dutra foi um admirador dos países do Eixo e, somente depois das negociações de Oswaldo Aranha com os Estados Unidos, que decidiu apoiar os Aliados, ajudou o Brasil a se preparar para a guerra e a ingressar no confronto.

Durante sua gestão como presidente da República, as exportações brasileiras cresceram e atingiram, em 1950, o patamar de 1,4 bilhões de dólares, com a balança comercial fechando com um saldo positivo de 413,6 milhões de dólares⁷². Por outro lado, a onda de importações de bens de toda espécie, favorecida pela valorização da moeda brasileira, levou praticamente ao esgotamento

das divisas. Para controlar os gastos do país, Dutra editou o Plano SALTE, que significava S (Saúde), AL (Alimentação), T (Transporte) e E (Energia). O Plano não obteve êxito, nem continuidade, sendo abandonado no início do governo seguinte. No período Dutra, o PIB cresceu durante 4 anos, chegando a 93,2 bilhões de dólares em 1950, um aumento de 29% em relação a 1945. A inflação permaneceu alta, mas obteve queda considerável, de 22,2% em 1946, foi para 12% em 1950⁷³.

Talvez o fato mais importante do governo do general Dutra tenha sido a promulgação da Constituição, a quinta do Brasil, que reestabelecia direitos, modernizava as leis brasileiras e acenava para a independência dos três poderes.

Outra marca distintiva da Constituinte de 1946, em comparação com as anteriores, foi sua heterogeneidade político-ideológica. Dela participaram deputados e senadores eleitos na legenda de nove partidos, ou seja, representativos de todo o espectro político e donos de diferentes trajetórias políticas até aquele momento. No mesmo plenário estiveram presentes, incumbidos da elaboração da nova Carta, o ex-presidente Artur Bernardes, do Partido Republicano (PR), e Luís Carlos Prestes, do Partido Comunista do Brasil (PCB), que como líder tenentista fora perseguido ferozmente por Bernardes na década de 1920; os udenistas Otávio Mangabeira e Afonso Arinos, notórios opositores do Estado Novo, mas também Gustavo Capanema e Agamenon Magalhães, importantes ministros do antigo regime; o próprio Getúlio Vargas, que, apesar da notoriedade, teve uma participação discreta e inconstante.⁷⁴

Para a indústria do aço, durante o governo Dutra, aconteceram fatos importantes como a inauguração da CSN em Volta Redonda (RJ) em 1946, a maior usina integrada a base de coque da América Latina; e o início da operação da primeira instalação produtora de sinter de

minério de ferro na Belgo-Mineira em João Monlevade (MG). Em 1947, a Belgo-Mineira passou a fabricar tubos de aço galvanizados para a construção civil na mesma usina, que tinha capacidade instalada de 24 mil toneladas/ano de tubos.⁷⁵

72 Economia Brasileira, 23 indicadores interativos. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/economia-brasileira>. Acesso em 25 de julho de 2013.

73 Id., 2013.

74 Entre dois governos (1945-1950): A Constituição de 1946. FGV, Cpdoc. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>. Acesso em 22 de julho de 2013.

75 Memória Belgo – Quadro de avisos – Assuntos gerais – maio de 2006.

Os primeiros anos da década de 1950

O Brasil urbano começava a ganhar corpo, sobretudo com o crescimento das capitais, que cada vez mais funcionavam como polo de atração, devido as oportunidades que ofereciam. Símbolos de conforto e progresso, como luz elétrica, cinema, teatro, empregos com carteira assinada levavam para os centros urbanos uma parte considerável daqueles que desejavam deixar as atividades rurais, trocando-as por empregos nas indústrias e no comércio. A possibilidade de cursar faculdades e de viver a modernidade que se desenhava também levava, para as capitais, um contingente de jovens com alto poder aquisitivo. A força do rádio e dos jornais impressos contribuiu para aguçar esses desejos, ao forjar imagens positivas das capitais e de seus atrativos, como a beleza urbana, o conforto e a agitação tão distantes da vida no interior do país. Rio de Janeiro, capital da República, fazia parte do sonho de inúmeras pessoas Brasil afora. Lá tudo acontecia, desde as decisões políticas, até o lazer invejável nas belas praias, as novidades expostas nas casas de comércio, as apresentações teatrais, espetáculos musicais, exposições de arte, cinema, entre outras atividades culturais somadas às paisagens exuberantes.

A cidade de São Paulo acelerava sua vocação industrial iniciada em 1880. A cada dia uma nova indústria surgia e mais pontos comerciais eram abertos. A imigração, ocorrida no final do século XIX e início do século XX, formou grandes comunidades

que trouxeram consigo, além da cultura, a competência profissional e as mãos habilidosas, dispostas a trabalhar, a fim de construir um futuro no país que escolheram para viver. A presença dos imigrantes, sobretudo italianos, contribuiu sobremaneira para formar a alma paulista e, mais que isso, ajudou a criar um parque industrial moderno e de alta competência. Há inúmeros exemplos de imigrantes que fundaram empresas com capital trazido do país de origem, e outros que, com sua força de trabalho e persistência, conseguiram montar negócios duradouros.



Eletricidade, carro e rádio: presença dos novos tempos.



[SXC]



A Segunda Guerra trouxe dinheiro e enormes créditos comerciais para o país. São Paulo comia, bebia, vestia e andava com marcas importadas. São Paulo ganhou luzes, estradas, cultura e até televisão. Mas não perdeu de vista a sua vocação industrial. Esse período (1946-1954) foi a base para o segundo surto industrial. Saímos da condição agroindustrial e passamos para a industrial-agrária. Foi incentivada a indústria de transformação, firmou-se o setor de peças para veículos, foram construídas as primeiras refinarias, desenvolveu-se o setor de eletrodomésticos... Tornávamo-nos progressivamente fornecedores de nossas próprias fábricas.⁷⁶

Mesmo com o desenvolvimento industrial impulsionado por São Paulo, a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento continuava atrasada e caminhava a reboque da indústria. Uma nota publicada no jornal *O Estado de*

São Paulo, em fevereiro de 1951 e intitulada “Ferro gusa em falta”, dava o tom de como a indústria crescia, mas carecia de ferro e aço para continuar produzindo e encontrava pela frente o gargalo dos meios de transporte.

Para tratar do problema de escassez de ferro-gusa segue hoje, dia 1º, para o Rio, uma comissão de industriais paulistas. Segundo consta nos meios produtores, as usinas de Minas Gerais, que são as maiores e mais tradicionais produtoras de ferro gusa, possuem grandes reservas desse produto sem, contudo, poder entregá-lo aos consumidores paulistas em virtude da falta de transportes ferroviários.⁷⁷

76 ÂNGELO, Ivan. São Paulo – 110 anos de industrialização – 1946-1954 – Fascículo da Revista Isto é. Editora três. p.97.

77 Id., p. 116

Essa nota era o atestado de que a indústria brasileira finalmente ganhava fôlego e cavava espaço para marcar sua presença, ao mesmo tempo em que procurava se fazer ouvir, ainda que essa representação estivesse focada em assuntos pontuais.

O período que vai de 1946 a 1950 foi a base do segundo surto de industrialização do Brasil e, principalmente de São Paulo, na década de 50. As fábricas puderam importar equipamento novo, a frota de veículos foi renovada, foi criado o setor estatal de siderurgia (a CSN começou a produzir em 1946), a Vale do Rio Doce ganhou sua batalha contra a Exibamk em 50, foi incentivada a indústria de transformação, firmou-se o setor de peças para veículos, foram construídas as primeiras refinarias, inclusive particulares, o cinema voou alto, nasceu a televisão, desenvolveu-se o setor de eletrodomésticos. (...) A marca “Indústria Brasileira” passou a ser gravada em centenas de produtos. (...) A partir de 1947 nos tornávamos progressivamente fornecedores de nossas próprias fábricas.⁷⁸

A empresa Aços Villares, fundada em 1944 na cidade paulista de São Caetano do Sul, se modernizava, ampliando a sua linha de produção “celebrou acordo de assistência técnica com a empresa austríaco-alemã Gebrüder Böhler & Co. A. G., tendo em vista o aperfeiçoamento de técnicos brasileiros e a colaboração de técnicos estrangeiros.”⁷⁹ Depois de tornar-se uma empresa de capital aberto na Bolsa de Porto Alegre em 1947, a Gerdau deu início, no ano seguinte, à produção de aço na usina Riograndense, na época conhecida como usina Farrapos, em Porto Alegre, a qual operava no modelo “mini-mill”, que permitia ter custos mais competitivos.⁸⁰

78 ÂNGELO, Ivan. São Paulo – 110 anos de industrialização – 1946-1954 – Fascículo da Revista Isto é. Editora três. p.104. 1990.

79 Disponível em: http://www.villaresmetals.com.br/portuguese/34_PTB_HTML.htm. Acesso em 17 de julho de 2013.

80 Disponível em: <http://www.gerdau.com.br/relatoriogerdau/2012/ra-br/download/RelatorioAnual2012LinhaDoTempo.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2013.

O retrato de Vargas de volta à parede

Depois do autoexílio em sua fazenda em São Borja (RS), de participar da Constituinte de 1946 e de exercer o mandato como deputado até 1949, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República e, como ficou registrado na memória popular, “voltou nos braços do povo”. A marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto, interpretada por Francisco Alves, o Rei da Voz, tornou-se um ícone da sua campanha, ao demonstrar o apreço que o povo tinha por ele.

*Bota o retrato do velho outra vez
Bota no mesmo lugar
Bota o retrato do velho outra vez
Bota no mesmo lugar
O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar.*

No segundo mandato, Getúlio Vargas retomaria o nacionalismo impresso em sua gestão à frente do executivo desde a tomada do poder em 1930. Insistiria para que o país tivesse uma indústria nacional forte e, implantaria o monopólio do estado sobre o petróleo. Ao tomar posse, em 1951, Getúlio teve de enfrentar problemas na economia do país, entre eles o aumento da inflação, que estava na casa de 12% ao ano, e o desequilíbrio na balança comercial, que começava a cair, ficando negativa, em 1952, em mais de 300 milhões de dólares. O PIB, todavia, estava em ascensão, a população brasileira ultrapassava 50 milhões de pessoas e a taxa de fecundidade era bem alta, 6,2.⁸¹ O presidente pretendia estabelecer uma estratégia de investimentos que eliminasse da pauta de importações produtos semielaborados, como laminados de aço e metais não ferrosos, e principalmente combustíveis para automotores, que absorviam parte das divisas brasileiras, limitando a capacidade do país em importar equipamentos.

Getúlio adotou medidas incentivadoras à industrialização, assim como fez em seu primeiro governo. Uma delas foi a fundação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁸², diretamente orientado para promover o processo de aceleração do desenvolvimento industrial. Seu primeiro superintendente



Benedito Valadares, Getúlio Vargas e o presidente da Belgo em João Monlevade/MG.

81 Economia Brasileira, 23 indicadores interativos. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/economia-brasileira>. Acesso em 25 de julho de 2013.

82 Em 1982 o BNDE passou a se chamar BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

foi José Soares Maciel Filho, nomeado por indicação expressa do presidente da República. Com a criação desse banco, a siderurgia brasileira passou a contar com um importante agente financeiro, o que impulsionou o desenvolvimento do setor. O BNDE, com base em diagnósticos do governo e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos⁸³, atribuiu prioridade de investimentos ao setor siderúrgico, devido a seu importante papel estratégico para independência industrial do país.

Afora a criação do BNDE, o governo Vargas desenvolveu uma série de projetos e planos em outras áreas, com o intuito de promover a expansão industrial e agrícola do país, entre eles o Plano do Carvão Nacional, enviado ao Congresso em agosto de 1951. Essa iniciativa previa aplicações no total de 735 milhões de cruzeiros para a transformação nos processos de mineração e de beneficiamento do carvão, construção de portos e melhoria de ferrovias. O Plano visava solucionar a crescente demanda desse combustível, provocada pela expansão de numerosas indústrias, como a usina siderúrgica de Volta Redonda. Ademais, o início da eletrificação das ferrovias em escala apreciável estimulava também o uso do carvão para a produção de energia termelétrica. O Plano do Carvão Nacional só entrou em vigência em junho de 1953, após permanecer quase dois anos em tramitação no Congresso Nacional. Foi também em 1953 que a Companhia Siderúrgica Nacional inaugurou o seu segundo alto-forno.

Outro projeto importante desenvolvido no mesmo ano, durante o governo Vargas, foi a criação da Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, exceto a distribuição do petróleo e de seus derivados.

83 Essa Comissão pretendia estabelecer uma política de cooperação entre os dois países. Enquanto os EUA emprestariam dinheiro para promover um programa de industrialização e de obras públicas, o Brasil se comprometeria a facilitar a remessa de matérias-primas estratégicas para América do Norte.

A criação da Petrobras

Em 1938 o presidente Getúlio Vargas decidiu criar o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), encarregado de encontrar possíveis reservatórios, como o de Lobato, no litoral da Bahia, poço que deu origem a exploração da matéria-prima no Brasil, em 1939.

Apelidado de ouro negro por sua exploração altamente rentável, o petróleo desencadeou acalorados debates que marcaram a década de 1940. Em pauta, estavam as medidas que permitiam a participação da iniciativa privada no setor e propostas visando aumentar a produção nacional, indispensável ao desenvolvimento industrial. O ponto mais polêmico, em que estiveram envolvidos vários grupos sociais, ganhando inclusive repercussão na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, dizia respeito ao grau de participação do Estado e de investidores particulares, nacionais e estrangeiros, nessa atividade econômica. Em oposição ao Estatuto do Petróleo, anteprojeto que permitia a atuação de empresas estrangeiras na exploração, foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional (Cedpen), que priorizava a defesa das indústrias de base nacionais.

Em 1947, as inflamadas discussões sobre o monopólio da exploração do petróleo invadiram o Senado, as assembleias legislativas e as câmaras municipais, estampavam páginas de jornais e revistas e fizeram crescer um grande movimento popular que levou milhares de brasileiros às ruas, na campanha que ficou conhecida como “O Petróleo é Nosso”. Em agosto de 1951, tentando driblar os adversários políticos que eram favoráveis à internacionalização, Getúlio Vargas, astutamente, propôs a criação de uma empresa de capital misto controlada pelo Estado que, ainda assim, assegurava a participação do capital privado internacional. Com forte apoio popular a favor da criação do monopólio estatal, a medida foi rechaçada de imediato e, em dezembro do mesmo ano, Vargas concluiu sua estratégia ao enviar para a Câmara o anteprojeto que instituía o monopólio do petróleo no Brasil e a criação de uma empresa estatal. Assim, através da Lei nº 2004 de 3 de outubro de 1953 foi criada a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, que teve como primeiro presidente o coronel Juracy Magalhães.

Rapidamente, a Petrobras tornou-se uma das mais importantes empresas do Brasil uma vez que, no ano de sua criação, o petróleo e seus derivados já representavam 54% das fontes de energia consumidas no país. A empresa também foi a responsável pela implantação de um grande centro de pesquisas aplicadas que, em parceria com universidades e instituições internacionais, buscou atender às demandas tecnológicas que consolidaram a expansão das indústrias de base nacionais. Com a Petrobras, o setor siderúrgico passou a consumir produtos que anteriormente eram importados, como o óleo combustível e o gás natural, geradores de calor utilizados em caldeiras e altos-fornos, além do carvão coque, subproduto do petróleo usado na produção de ferro e aço. Em contrapartida, a Petrobras tornou-se um dos maiores clientes da siderurgia nacional, passando a demandar grandes quantidades de aços especiais utilizados nos processos de extração do petróleo, tanto no continente quanto no oceano, e também na construção de gasodutos e oleodutos. Atualmente, a Petrobras produz mais de 1 milhão e 900 mil barris de petróleo por dia e figura entre as 10 maiores empresas do mundo.

Os investimentos do governo federal em indústrias de base desde a década de 1940 haviam criado no mercado empresarial uma onda de investimentos em novas unidades produtivas, notadamente em São Paulo. Nos anos 1950, surgiu a Metal Leve, mais uma empresa de autopeças que, somada às outras, totalizavam 350 empresas de fabricação de peças para veículos. Nesse cenário ocorreu ainda o nascimento de empresas como a Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA. “A Cosipa foi fundada em 1953 e começou a operar em 1954, por um grupo de empresários paulistas, depois o governo do Estado de São Paulo entrou no circuito.”⁸⁴

Mesmo diante das dificuldades cambiais, do aumento da inflação e do agravamento das tensões políticas e sociais,

acentuadas em 1953, Vargas insistia em apoiar e trabalhar pelo desenvolvimento industrial do país. Nesse ano, com a mudança de governo nos Estados Unidos, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi suspensa e o Brasil sentiu a diminuição dos investimentos americanos no país. Somados a isso, veio o aumento do custo de vida em 1953 e começaram a acontecer as manifestações populares. No mês de janeiro, irrompeu no Rio de Janeiro uma série de greves de trabalhadores. Getúlio Vargas perdia o apoio dos populares e seu governo começava a enfrentar uma séria crise. Diversos grupos faziam oposição ao governo, como a maioria dos integrantes da UDN – União Democrática Nacional e de partidos menores, assim como grande parte da imprensa. Além dos adversários civis, também faziam oposição a Vargas os oficiais militares.



⁸⁴ Horácio Leal Barbosa Filho, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias, no dia 12 de abril de 2013. Texto editado.



A instalação da Mannesmann em Belo Horizonte

Ainda que a pacata capital de Minas tivesse sua vocação orientada para o setor de serviços, pequenas indústrias eclodiram em seu município desde a sua fundação e, dentro da política industrialista do governo federal, o estado era estratégico não só do ponto de vista de insumos como minério e carvão, mas, também politicamente por ser governado por JK, também comprometido com a industrialização e o desenvolvimento da infraestrutura do país. Fazia parte do investimento em Belo Horizonte a instalação de uma grande usina em seus arredores, encomendada diretamente pelo Presidente da República, a Companhia Siderúrgica Mannesmann.

Belo Horizonte, em meados dos anos 1950, vivia um período de crescimento populacional. O tráfego na cidade era intenso para a época, mais de sete mil veículos por dia. A população vivia em clima de euforia com o novo estádio Independência, construído para a Copa do Mundo daquele ano. Para abastecer a população crescente, existiam fazendas no entorno da capital, que vendiam seus produtos hortifrutigranjeiros nos mercados da cidade. Um dos exemplos eram as fazendas na região do Barreiro, onde ficava o Palácio dos Governadores, utilizado com frequência para reuniões políticas e administrativas, por se tratar de local afastado e tranquilo. A área era distante do centro, o seu acesso era complicado, por meio de ruas de terra, e o abastecimento de água e de energia elétrica era precário.

Foi no Barreiro, bairro mais antigo que a própria cidade de Belo Horizonte, que, em 1952, foi instalada a Companhia Siderúrgica Mannesmann, a pedido do governo brasileiro, para atender à necessidade do fornecimento de tubos de aço sem costura à indústria petrolífera nacional em crescente desenvolvimento. O local foi escolhido pela empresa alemã, porque era uma região com disponibilidade de recursos energéticos e de minério de ferro, além da sua posição central entre os principais mercados consumidores dos produtos siderúrgicos, os campos petrolíferos da Bahia e a cidade de São Paulo, em franca fase de industrialização. Durante a construção da usina, a Mannesmann enfrentou diversos problemas, como falta de água e de energia, assim como o despreparo da mão de obra local para o trabalho industrial, visto que a região era tradicionalmente agrícola. Para sanar essas dificuldades, a Companhia cuidou da abertura de estradas, do abastecimento de água e energia, da implantação de uma rede de esgoto, além de trazer da Alemanha mais de 300 técnicos. A região do Barreiro foi modificada após a instalação da usina e, no ano da sua inauguração, já podiam ser vistas as primeiras ruas pavimentadas.



igrejinha da Pampulha, Belo Horizonte/MG.



[Foto: Osias Ribeiro Neves]

E, foi em meio a uma difícil e complicada conjuntura política, que Getúlio Vargas foi convidado a comparecer, em agosto de 1954, à inauguração da usina da Companhia Siderúrgica Mannesmann, atual Vallourec, no Barreiro. Na solenidade, Juscelino Kubitschek e

Getúlio Vargas simbolicamente produziram o primeiro tubo Mannesmann sem costura em território brasileiro, fabricado na prensa de extrusão instalada na usina. Esse foi o último evento a que Getúlio Vargas compareceu antes da sua morte.

A Mannesmann foi o primeiro investimento de uma empresa alemã fora da Alemanha depois da Segunda Guerra. A indústria alemã estava destruída e, naquele momento, o Governo brasileiro, na época Getúlio Vargas, teve a visão de criar a Petrobras para explorar o Petróleo, mas percebeu o seguinte: “Para explorar petróleo, precisaremos de tubos”. E então convidou a Mannesmann para se estabelecer no Brasil e fabricar os tubos destinados à Petrobras. Então a Mannesmann tem uma história paralela à história da Petrobras. Ela veio para o Brasil para atender à Petrobras.⁸⁵



[Foto: Bruno Lavorato]

Vallourec.

85 Alexandre Campos Lyra em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 24 de maio de 2013, na cidade de Belo Horizonte (MG). Texto editado.

Da Companhia Siderúrgica Mannesmann à Vallourec

Em 1977, a Companhia Siderúrgica Mannesmann teve o seu nome alterado para Mannesmann S.A. Foi incorporada, em 1994, pela Mannesmann-rohren-Werke AG, da Alemanha, responsável por 13% do faturamento global do conglomerado. No ano 2000, ocorreu um processo de fusão entre a Mannesmann e a empresa francesa Vallourec, sendo criada a Vallourec & Mannesmann Tubes (V&M Tubes), que posteriormente, no Brasil, passou a ser a V&M do Brasil S.A. Em julho de 2013, a V&M do Brasil passou a se chamar Vallourec, um dos complexos siderúrgicos mais modernos e bem equipados do mundo, líder mundial na fabricação de tubos de aço sem costura e em soluções tubulares Premium. No Brasil, além da unidade Tubos, em Belo Horizonte, a empresa tem controle da unidade Florestal, da unidade Mineração e da Tubos Soldados Atlântico (TSA). A unidade Florestal garante a autossuficiência de carvão vegetal para a unidade Tubos, pois possui aproximadamente 232.000 hectares de propriedades distribuídas em 22 fazendas localizadas em 22 municípios mineiros. A unidade Mineração, complementarmente, opera a extração e o refino de cerca de 5 milhões de toneladas de minério de ferro de alta qualidade, na Mina Pau-Branco, localizada em Brumadinho. Já a TSA situada no município de Serra (ES), produz tubos de aço com solda helicoidal de grande diâmetro. “Hoje a situação da Vallourec é diferente do restante da indústria siderúrgica graças à Petrobras e aos desafios do pré-sal. Ela demanda, além dos tubos, conexões para as extremidades dos tubos e para acoplar um tubo ao outro. São demandas no limite da tecnologia. Hoje a planta da Vallourec, que tem o mix mais nobre de produção para indústria de óleo e gás, é a do Barreiro.”⁸⁶

⁸⁶ Alexandre Campos Lyra em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 24 de maio de 2013, na cidade de Belo Horizonte (MG). Texto editado.

⁸⁷ FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 418.



Usina do Barreiro, Belo Horizonte/MG.

Nesse período, o presidente se equilibrava no poder como podia. Um acontecimento se tornou o estopim da crise do seu governo quando, numa emboscada, tentaram matar a tiros o jornalista Carlos Lacerda. O episódio, conhecido como atentado na Rua Toneleros, causou um leve ferimento no jornalista e provocou a morte do major da Aeronáutica Rubens Vaz. Getúlio foi imediatamente acusado de ser o mandante do crime. Após esse episódio, o movimento a favor da renúncia do presidente ganhou grandes proporções. Vargas se recusou a renunciar e a pressão sobre ele foi tamanha que, no dia 24 de agosto, em seus aposentos do Palácio do Catete no Rio de Janeiro, cometeu suicídio, desferindo um tiro no peito. Deixou como legado uma carta-testamento, que acabou por atingir a seus adversários.

O suicídio de Vargas causou enorme comoção popular. Em todas as grandes cidades do país, um vasto número de pessoas foi às ruas manifestar sua tristeza e revolta perante a situação. Caminhões do jornal antigetulista *O Globo* foram queimados e houve tentativas de invasão a representação diplomática dos Estados Unidos no Rio de Janeiro⁸⁷. Em meio a um clima nebuloso, o vice Café Filho assumiu o comando do governo e assegurou a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955.

“ 10 de novembro de 1956. O avião Douglas aterrissa na pista improvisada de terra e estaciona junto à casa que seria o ponto de apoio do Presidente JK, enquanto a construção de Brasília acontecia. Juscelino chega ao Catetinho, depois de sobrevoar o canteiro de obras da futura capital do país que começava a sair do chão. Em terra, seus companheiros Oscar Niemeyer, Bernardo Saião e Israel Pinheiro o recebem e JK se encanta com o que encontra: um verdadeiro palácio feito de tábuas e construído em apenas 10 dias. O nome Catetinho foi sugerido por Dilermando Reis, ao fazer uma analogia com o Palácio do Catete do Rio de Janeiro.

O Catetinho, idealizado por Niemeyer, chamaria a atenção de qualquer político dos dias atuais pela modéstia e simplicidade da construção, em madeira em meio aos arvoredos mais altos do cerrado goiano, edificado para ser a casa do presidente durante a construção de Brasília.

Depois de um dia de trabalho no canteiro de obras, o grupo se reúne no estreito avarandado do Catetinho. Ali conversam ao som de curiangos, grilos e sapos que fazem a festa no noturno do cerrado. Dilermando Reis apanha o violão, pontua uma serenata quase diamantinense e, em seguida, apresenta ao Presidente a música “Exaltação a Brasília”, samba que ele compusera sobre a letra de Bastos Tigre. O uísque e a cachaça abrem o tom da comemoração. Afinal, a partir daquele momento, o Catetinho seria a casa do Presidente da República pelos próximos anos em suas idas do Rio à futura capital federal.

Na sua simplicidade e sabedoria de homem do interior, JK sabia que fazia história e que, com seu Plano de Metas “Cinquenta anos em cinco”, simbolizado pela meta síntese que era construção de Brasília, colocava definitivamente o Brasil no mapa do desenvolvimento. E como estrategista sabia também que, com tão pouco tempo para levantar a cidade, seria preciso utilizar aço, muito aço para forjar a Brasília dos seus sonhos.

”

Juscelino Kubitschek, presidente desenvolvimentista

Depois de 14 meses da morte de Getúlio Vargas, era grande a expectativa da população brasileira para a realização de novas eleições presidenciais, marcadas para 3 de outubro de 1955. Juscelino Kubitschek, candidato pelo PSD, com o apoio do PTB de Vargas, derrotou os adversários Juarez Távora (UDN), Ademar de Barros (PSP) e Plínio Salgado (PRP), e foi eleito com 34% dos votos, o menor percentual até então verificado em uma eleição presidencial no país⁸⁸.

JK chegava à presidência da República com um currículo invejável. Era um político fazedor. Conhecido por *prefeito furacão* ao ocupar o cargo executivo em Belo Horizonte e, por *governador a jato* quando esteve à frente de Minas Gerais, ele deixou um legado de desenvolvimento na capital mineira e no estado, cujo slogan foi o binômio “Energia e Transporte”.

*Dois mil quilômetros de estradas anunciados durante a campanha eleitoral, em 1955, quando deixou o cargo para disputar a Presidência da República, JK havia concluído mais de três mil – na verdade, 16 grandes estradas que passaram a ligar a capital às principais regiões do Estado. (...) A questão energética, o outro ícone do binômio, JK priorizou logo após a posse, em janeiro de 1951, iniciando a construção de usinas de Itutinga e da barragem de Cajuru e iniciou as usinas de Salto Grande e do Paredão. (...) Em 1952, criou a Cemig que concretizava o seu programa energético.*⁸⁹

Ao assumir a presidência, JK já preparava planos de governo com sua equipe. “Cinquenta anos em cinco”, era a sua proposta para desenvolver o país, uma ousadia, mas nem tanto para quem até o momento havia superado as metas estabelecidas nos níveis municipal e estadual.

O Brasil vivia uma onda de otimismo ancorada nas propostas do novo governante e no processo cultural que emergia. O nacionalismo brasileiro, ensaiado por movimentos culturais que procuravam forjar a identidade nacional, dava sinais de maturidade. O principal deles até então havia sido a Semana de Arte Moderna de 1922, em que pintores, críticos, músicos, escritores e artistas se reuniram em São Paulo, para se manifestarem por uma arte genuinamente brasileira. Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Menotti del Picchia, Pagu, entre outros, pretendiam dar um tom de bra-

88 Saudades do Brasil, a era JK. Rio de Janeiro: Memória Brasil; CPDOC, 1992. p. 23.

89 O governador a Jato. In: JORNAL HOJE EM DIA. Os governadores: história de Minas Gerais. Edição em fascículo do Jornal Hoje em Dia. Belo Horizonte (MG) p. 153-154, 2008. Edição Especial.

silidade às artes e à cultura do Brasil. Nos anos 1930, mesmo fazendo um governo controvertido, o nacionalista Getúlio Vargas conseguiu levar para a pasta da Educação e da Saúde o intelectual mineiro Gustavo Capanema e ele arrebanhou para junto do governo nomes de peso do meio intelectual, como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Anísio Teixeira, Manuel Bandeira, Fernando de Azevedo,

entre outros. Esses artistas e intelectuais conseguiram criar eventos populares, realizar pesquisas na tentativa de aproximar a arte e a cultura ao povo. Um dos eventos mais marcantes foi um coral com 40 mil vozes, regido por Villa-Lobos, no Estádio do Vasco da Gama em 7 de setembro de 1940. Foi também no governo Vargas que a Capoeira, a luta-dança com origens africanas, mas genuinamente brasileira, foi reconhecida como dança e teve liberada a sua prática.



Capoeira, expressão cultural reconhecida no Governo Vargas.

Nos anos 1950, o nacionalismo brasileiro nas artes estava maduro. O Samba desceu dos morros cariocas, ganhou espaço no asfalto e sofisticação com a Bossa Nova, que se apropriou dos seus compassos sincopados, revestindo-os com uma harmonia dissonante, moderna e bela. A poesia dos livros incorporou-se às melodias que revelaram ao país artistas da estirpe de Antônio Carlos Jobim, Vinicius de Moraes, João Gilberto, Elizeth Cardoso e os jovens Nara Leão, Roberto Menescal e Carlos Lira. O cinema, que no início da década contava com os modernos estúdios da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, produziu inúmeros filmes e ensaiava novos voos. O futebol, que havia deixado escapar a copa do mundo em pleno Maracanã em 1950, daria a volta por cima e conquistaria o campeonato mundial com o futebol arte revelado nos pés de Mané Garrincha e Pelé em 1958.

Em Minas Gerais, o ano de 1956 foi mais significativo. Na gestão do JK, era criada a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), na região do Vale do Rio Doce. Com o apoio desse governante, a Usiminas foi instituída e teve, entre seus acionistas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com 26,64%; o governo de Minas, 23,95%; a Companhia Vale do Rio Doce, 9%; a Companhia Siderúrgica Nacional, 1,52% e grupos privados, com apenas 1%. Coube ao grupo japonês Nippon-Kabushiki Kaisha fornecer a maior parte dos equipamentos e supervisionar sua construção, concluída em 1962.

O apoio de JK à criação da Usiminas ia ao encontro de sua política econômica definida por meio do Plano de Metas, que abrangia 31 objetivos agrupados em cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de

base e educação. O plano concentrou-se diretamente no crescimento econômico acelerado, obteve resultados impressionantes, sobretudo no setor industrial, especialmente com a criação do setor automotivo, que gerou uma cadeia de empresas no seu entorno. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%)⁹⁰. A meta síntese desse plano era a construção de uma nova capital, Brasília, localizada no centro-oeste do país e que seria responsável pela integração nacional. A Constituição de 1891 já previa a mudança para o planalto central da capital do país e JK havia prometido, num palanque em Jataí, Goiás, durante sua campanha presidencial, que iria realizar essa transferência.



90 FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 427.

Brasília de aço, concreto e arte

Para construir Brasília, foi preciso muito aço. Afinal, para erguê-la em menos de quatro anos, foi necessário utilizar uma tecnologia nova, pois as construções tradicionais, com moldes de madeira e recheadas de cimento e ferro, demandavam muito tempo. Optou-se então pelo aço, utilizado com frequência em edificações americanas e que raríssimas vezes havia sido empregado no Brasil. O material, por vezes fornecido pela CSN, era

transportado de trem de Volta Redonda (RJ) até Anápolis (GO) e de lá chegava de caminhão até a futura capital. Outras vezes o aço era importado de empresas norte-americanas e transportado do Rio de Janeiro até Brasília de caminhão, por meio de estradas muito precárias. Calcula-se que foram utilizadas cerca de 15 mil toneladas de aço importado que, combinado com o concreto, permitiu a construção de grandes vãos livres.⁹¹

A Belgo (atual ArcelorMittal Aços Longos), então maior produtora de aços para concreto armado do país, contribuiu com dezenas de milhares de toneladas de ferro para a nova capital. O governo federal recomendou à Belgo “o atendimento preferencial” aos pedidos dos empreiteiros de Brasília. O primeiro embarque de produtos partiu em fevereiro de 1957. A partir daí, a empresa ficou praticamente sem estoque disponível, vendendo toda a produção antes mesmo de fabricá-la totalmente. Com o aumento da demanda por aço, a Belgo passou por um período de notável expansão.⁹²

91 REVISTA VEJA.
Brasília 50 anos, nov.
2009, p. 107. Edição
Especial.

92 JK, Brasília e a
Belgo. ArcelorMittal,
Memória em cartaz.
Quadro de avisos, 6 de
outubro de 2008.



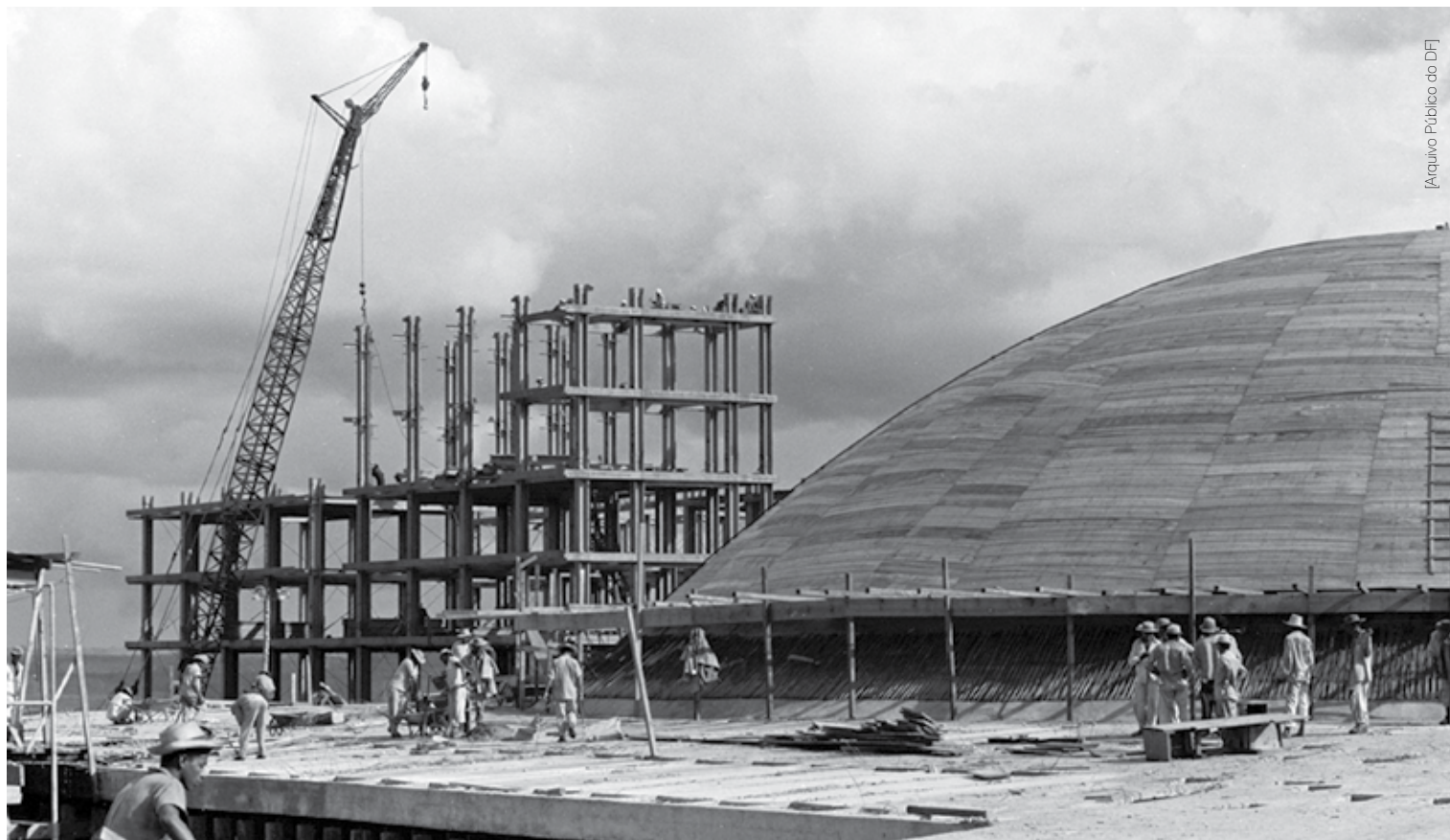
Catedral Metropolitana, Brasília/DF.



[Arquivo Público do DF]

Candango na Cidade Livre.

Um grande obstáculo para o uso do aço nas construções, naquele tempo, era a falta de mão de obra especializada. Logo, o manejo das edificações com aço foi delegado a uma empresa americana, a Reymond Pill, estabelecida no Brasil como Construtora Planalto. No entanto, a maior parte dos trabalhadores empregados na construção de Brasília era oriunda das regiões Norte e Nordeste do país. Chamados de “candangos”, a população que migrou para Brasília no período das obras somava cerca de 20.000 pessoas. A maioria se aglomerou na Cidade Livre, em residências erguidas com madeira e telhas de amianto. A denominação “livre” foi usada, porque lá não se cobravam impostos, como nas zonas francas. Acreditava-se que, no fim das obras, os moradores retornariam para as suas cidades e a Cidade Livre seria extinta, fato que não ocorreu, pois a população permaneceu no local após o término da construção. O que mudou foi o seu nome, de Cidade Livre passou a ser Núcleo Bandeirante.



[Arquivo Público do DF]

Construção do Congresso Nacional, Brasília/DF.

Em 21 de abril de 1960, Brasília foi inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek, mesmo dia da comemoração da morte de Tiradentes, conhecido por ter sido o herói da Inconfidência Mineira.



Ciente da importância histórica do dia 21 de abril, JK acordou bem cedo para iniciar o dia de celebração, no qual a capital seria transferida oficialmente do Rio de Janeiro para Brasília. Logo pela manhã, o presidente ouviu o toque da alvorada pela Banda do Batalhão de Guardas, e, depois hasteou a Bandeira Nacional em frente à nova sede do Governo, o Palácio do Planalto⁹³.

Palácio do Planalto, Brasília/DF.

Usou-se traje a rigor, apesar da poeira e da não finalização de todas as obras na nova capital. O dia mereceu uma festa de arromba, com muito entusiasmo e alegria. Foi com pompa que a capital se mudou do Rio de Ja-

neiro para Brasília e a festa contou com a presença de muita gente, todos ansiosos para ver de perto a transformação ocorrida no interior do país.

Brasília aí está. Hoje praticamente não tem adversários. Até aqueles que mais veementemente combateram sua edificação renderam-se à capacidade de trabalho e arrojo de um punhado de brasileiros de boa vontade. Brasília aí está, recebendo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Terminada a fase pioneira, começando a segunda, a das realizações, para colher os frutos que estão sendo sazoados, em benefício de mais de 60 milhões de brasileiros, que aguardavam cérebro, pulso e braços para a concretização da secular aspiração: A capital colocada no coração do Brasil. (Revista Brasília – Edição especial de 21-4-1960)⁹⁴

93 JORNAL DO BRASIL. Brasília é feita capital., 21 de abril 1960.

94 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/brasilia/conteudo/historia/1960/inauguracao-de-brasilia>. Acesso em 16 de agosto de 2013.

Usiminas

Em 1956, com o aval do presidente Juscelino Kubitschek um importante projeto viabilizou as obras de uma grande indústria em Minas, que receberia o nome de Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas).

Desde o princípio, ficou decidido que a nova siderúrgica deveria contar com a participação do capital estatal brasileiro e com os acionistas estrangeiros, permitindo um estilo de gestão compartilhada. Coube ao grupo Nippon-Usiminas fornecer a maior parte do equipamento, supervisionar a construção da nova siderúrgica e firmar um acordo de treinamento que enviou engenheiros brasileiros ao Japão para atuar na usina. Em dezembro de 1956, Minas recebeu a comitiva de engenheiros japoneses que deu início aos estudos técnicos para implantação da siderúrgica. O local a ser escolhido deveria levar em conta a facilidade na obtenção de matérias-primas, recursos hídricos e energia elétrica, além do fácil escoamento da produção.

O pequeno vilarejo de Horto de Nossa Senhora, que em 1956 contava com 60 casas e aproximadamente 300 habitantes, chamou a atenção dos engenheiros japoneses em visita ao Brasil. Na região, já havia uma pequena usina siderúrgica e uma hidrelétrica nas quedas do rio Piracicaba, na confluência com o rio Doce. Além da topografia favorável, disponibilidade hídrica e energética, o vilarejo encontrava-se próximo à estrada de ferro, em funcionamento na região desde 1902. A ferrovia atraía milhares de viajantes vindos de todo o Brasil e escoava grande parte da produção de minério de ferro encontrada nas jazidas da região, e que serviria de matéria-prima para a nova usina.

Definidos os planos iniciais, em 1958, em uma cerimônia que contou com a presença do presidente Juscelino Kubitschek, iniciaram-se as obras da usina Intendente Câmara. Paralelamente, a Usiminas assumiu um plano de urbanização para a região, que contou com investimentos nas áreas de saúde, educação, lazer, transportes e comunicação para milhares de trabalhadores e moradores que se dirigiram para a localidade, tão logo a notícia da construção da usina se espalhou. Apesar das dificuldades para a construção de um empreendimento desse vulto, no dia 26 de outubro de 1962 o então presidente João Goulart inaugurou o alto-forno da Usiminas com uma tocha que veio diretamente de Ouro Preto, simbolizando os ideais de liberdade dos inconfidentes mineiros.

A empresa logo começou a exportar sua produção e seu primeiro contrato foi com a Techint, na Argentina. Nos anos 1970, com o crescimento da demanda no período do “milagre brasileiro”, a empresa voltou-se para o mercado interno. Nesse momento, seu controle acionário passou a ser totalmente estatal, por meio da Siderbras, e um grande plano de expansão na usina foi empreendido. Sua capacidade de produção passou de 500 mil toneladas/ano para 3,5 milhões de toneladas/ano de aço. Entraram em funcionamento diversas linhas de operação e a Usiminas delineou aquele que seria um de seus principais diferenciais competitivos: o foco em produtos de maior valor agregado. Na década de 1980, com a recessão vivenciada no Brasil, o mercado externo foi novamente priorizado e a Usiminas chegou ao final da década com índices recordes de produtividade. Em 1991, a Usiminas foi a primeira grande empresa brasileira a ser privatizada. Desde então, novos investimentos foram realizados e a Usiminas se tornou a maior produtora de aços planos da América Latina. Atualmente, seus principais acionistas são o grupo Nippon, Grupo Techint e a Caixa dos Empregados da Usiminas.⁹⁵

95 Revista do Aço. A história de um gigante. Ano 1, n. 5, p. 30, dez. 2012.

O início dos anos 60 e as mudanças no Brasil

Em novembro de 1958, Juscelino Kubitschek afirmou a jornalistas que “a iniciativa privada construirá Brasília. O gasto previsto será coberto largamente pela venda de 80 mil lotes, representando um capital de 24 bilhões”⁹⁶. Contudo o que ocorreu foi um grande gasto governamental, que culminou com o aumento da dívida pública e o crescimento da inflação, que no final do governo JK alcançava a cifra de 30,5% ao ano⁹⁷. Juscelino certamente sabia que o aumento da inflação era um grande mal a ser combatido, mas ele se empenhava em algo que acreditava ser maior, isto é, avançar cinquenta anos em cinco, fazer nascer outro Brasil, mais moderno e desenvolvido. Isso teve um custo e JK tentou recorrer ao FMI, trocou o ministro José Maria Alkmin, mas diante das condições impostas ao país para um empréstimo da ordem de 300 milhões de dólares, acabou por romper com o Fundo e, com isso, ganhou apoio até mesmo de seus mais duros opositores. Os problemas acarretados por esse acelerado desenvolvimento ficariam para seu sucessor.

JK deixou um legado maior que sua própria obra. Foi o conciliador de que o Brasil precisava naquele período. Perdoou os golpistas de plantão, ouviu políticos opositores e estudantes, negociou com todos, referendando o clima de otimismo que tomou conta do país. A juventude estava nas ruas com um novo visual e os mais abastados se equilibravam sobre as lambretas. A indústria nacional ganhava musculatura, sobretudo em São Paulo, com a instalação das montadoras de automóveis e já estavam nas ruas das capitais do país os Simcas, os Willys e o Volkswagens.

96 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. A marcha do amanhecer. Rio de Janeiro: Best Seller, 1962. p. 77.

97 Saudades do Brasil, a era JK. Rio de Janeiro: Memória Brasil; CPDOC, 1992. p. 12.



Fusca, refrigerador e lambreta:
ícones dos anos 60.

A cultura dava um novo colorido com o advento da Bossa Nova, o teatro de Cacilda Becker, Walmor Chagas, Paulo Autran, Ziembinski e a modernidade de Augusto Boal, Guarnieri e José Celso Martinez, assim como a literatura de Guimarães Rosa, Antonio Candido, Ferreira Gullar, Carlos Heitor Cony, Clarice Lispector, Nelida Piñon e os cronistas e poetas Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Manuel Bandeira, Paulo Mendes Campos, entre outros.

Ao final do mandato de JK, os carros já eram 60% nacionais e isso significava mais empresas fabricantes de autopeças e mais empregos na indústria. Para abastecer essa cadeia produtiva, era fundamental produzir aço. Entre as siderúrgicas, estava a Acesita, cuja forjaria passou a produzir peças para a indústria automotiva. Entre 1949 e 1960, a produção industrial brasileira cresceu 264,8%, um aumento expressivo em praticamente 10 anos. A produção de aço teve um desenvolvimento ainda mais robusto: o ferro gusa cresceu 342%, o aço em lingotes, 299,6% e a produção de laminados alcançou 368,1%.⁹⁸ Nesse período, grande parte do que foi produzido pela indústria do aço foi consumido internamente e isso era

um indicador de aceleração da industrialização brasileira e do consumo de bens duráveis, como geladeira, fogões, automóveis, máquinas e equipamentos.

Quando comparamos os dados de 1949 a 1960, temos o seguinte quadro: o PIB saiu de 87 bilhões de dólares em 1949 para 190 bilhões em 1960, o que fez com que o PIB *per capita* saísse de 1,7 mil dólares e chegasse a 2,7 mil. O setor industrial, que representava 24,7% de toda a riqueza produzida no país, passou para 32,2% em 1960.⁹⁹ O Brasil se tornava um país mais industrializado. O setor de serviços manteve-se no mesmo patamar, 50% do PIB e a agricultura recuou quando comparada com o crescimento da indústria. No mesmo período, a quantidade de automóveis nas ruas, que era de 193 mil, em 1960 chegou a 502 mil unidades. Todavia a inflação fazia acender o sinal amarelo da economia. Ela havia saído de 3,7%, no final da primeira metade do século XX, para 32,2% no último ano do governo JK. Na logística do transporte, as ferrovias deixaram de ter prioridade, cresceram apenas 2 mil quilômetros no período de 10 anos e, depois de 1960, começaram a ser desativadas.



Ferro gusa. Usina Presidente Vargas, Volta Redonda/RJ.

98 BAER, Werner. Siderurgia e desenvolvimento brasileiro: dados extraídos do quadro 19. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 115.

99 Economia Brasileira, 23 indicadores interativos. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/economia-brasileira>. Acesso em 25 de julho de 2013.

Jânio Quadros e a crise político-institucional

Eleito para a presidência em outubro de 1960, com 48% dos votos e empossado no dia 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros prometera à população “varrer” do país a corrupção e colocar as finanças em ordem. No entanto não foi o que realmente ocorreu. Seu governo teve curta duração, apenas sete meses, e o presidente se ocupou de questões pouco relevantes para a sociedade, como a proibição do lança-perfume, do uso de biquíni e das brigas de galo. Já em relação à política externa, Jânio adotou uma postura independente da própria coligação que o elegera e provocou a ira dos conservadores, quando condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Em agosto de 1961, o presidente renunciou ao cargo, o que provocou uma crise institucional no país, já que o vice João Goulart era visto como aliado dos comunistas.

No momento da renúncia, João Goulart estava em visita à China comunista e o governo foi assumido, provisoriamente, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Raniery Mazzilli. Os três ministros militares do governo Jânio se manifestaram contrários à posse de Goulart e imediatamente o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiado pelo comandante do III Exército, José Machado Lopes, formou a Cadeia da Legalidade, dispondo-se a lutar pela posse do vice-presidente. Diante do impasse, a solução encontrada foi a adoção provisória do parlamentarismo e João Goulart tomou posse, com seus poderes diminuídos, no dia sete de setembro de 1961.

Foi nesse contexto de conturbação político-institucional que a Siderúrgica Riograndense, hoje Gerdau, pôs em marcha, em 1961, na cidade de Porto Alegre, a primeira máquina de lingotamento contínuo de aço.

Os problemas no país eram muitos, como o aumento da inflação, o crescimento do déficit operacional das empresas públicas e as dificuldades de abastecimento



[Arquivo Público do DF]

João Goulart.

de gêneros alimentícios e, para tentar enfrentá-los, o governo lançou, em 30 de dezembro de 1962, o Plano Trienal, que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação. O plano previa a reforma agrária, considerada essencial para o desenvolvimento político, social e econômico do país, além de reformas administrativas e fiscais. Sua premissa central era o combate à inflação a partir do controle do déficit público e das emissões de títulos da dívida pública. Foi fixado como objetivo a redução da taxa inflacionária para 10% ao ano em 1965, com meta parcial de 25% para o ano de 1963. A proposta era reduzir os gastos públicos, exceto os investimentos, pois estes eram essenciais para a promoção do crescimento econômico. Os recursos seriam obtidos através do corte dos subsídios às importações de determinados produtos e às indústrias estatais, além do aumento dos impostos para os contribuintes de renda mais alta. Porém o plano fracassou e, em cinco meses, a inflação alcançara 25% e a economia dava sinais de declínio. O PIB, que em 1962 foi de 5,3%, caiu para 1,5% em 1963¹⁰⁰.

100 FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 456.

Criação do IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia



Ata de constituição do IBS, 1963.

No ano de 1963, diante de tantas incertezas econômicas, as empresas siderúrgicas brasileiras sentiram a necessidade de se associarem a uma entidade que defendesse seus interesses. No Brasil, apesar da atuação da Associação Brasileira de Metais (ABM), ainda não existia um órgão que considerasse as necessidades siderúrgicas do país e que promovesse um acompanhamento efetivo da indústria de forma harmônica. Inicialmente as empresas brasileiras associaram-se ao Instituto Latinoamericano del Fierro y el Acero (ILAFA), hoje chamado de Associação Latinoamericana do Aço (ALACERO). Fundado em 1959, a entidade foi uma das primeiras a agrupar os produtores de ferro e aço da América Latina, buscando maior integração e cooperação da indústria em níveis regionais. Coube ao Brasil nomear o primeiro presidente do Instituto, cargo ocupado pelo General Edmundo de Macedo Soares. Findada a gestão inicial, o ILAFA fixou-se no Chile e instalou seus escritórios na capital Santiago, gerando certo descontentamento de algumas empresas brasileiras, que decidiram se desligar do órgão.

Ao mesmo tempo, a ABM não poderia substituir o ILAFA, nem atuar como órgão representativo das empresas siderúrgicas nacionais, pois suas finalidades eram diversas, o que estimulava a criação de uma instituição que priorizasse estritamente a indústria siderúrgica nacional. Alguns dos membros da comissão mista Brasil – Estados Unidos, entre os quais o professor Robert Mehl, incentivaram a

criação do “Brazilian Iron and Steel Institute”, a exemplo do que ocorria em países como Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, que dispunham de institutos análogos.

Com certa antevisão do crescimento e da importância da siderurgia no quadro econômico nacional, em maio de 1963, foi criado o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), hoje Instituto Aço Brasil, ano em que a produção de aço atingiu quase 3 milhões de toneladas. Sua assembleia de constituição ocorreu no Clube de Engenharia

do Rio de Janeiro e elegeu a primeira diretoria e o primeiro conselho deliberativo, reunindo os representantes das mais importantes empresas siderúrgicas do país, contando também com a colaboração da ABM e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que apresentaram importantes contribuições para a elaboração do anteprojeto dos estatutos. Naquele momento, foram criadas secretarias regionais nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, e a capital paulista foi escolhida como sede do instituto, por congregar os grandes dirigentes do setor. Em 1969, entretanto, o IBS mudou sua sede para o Rio de Janeiro.

Como era uma entidade sem fins lucrativos e congregava as empresas produtoras de aço brasileiras, estatais e privadas, o IBS foi instituído para atuar em prol do desenvolvimento e da competitividade, participando do planejamento global do setor e na representação das indústrias siderúrgicas junto aos órgãos governamentais e entidades no Brasil e no exterior. Além disso, ficou responsável também por realizar estudos relacionados

à normalização de produtos siderúrgicos, produção, equipamentos, tecnologia, matéria-prima e energia, mas também por coletar dados, preparar, coordenar e divulgar pesquisas e estatísticas sobre o setor.

Logo após a sua criação, uma das primeiras iniciativas do IBS foi coletar dados, informações e experiências técnicas, até então desconhecidos, visando ao aumento da produtividade, bem como à melhoria na qualidade dos produtos siderúrgicos brasileiros. O Instituto investiu nas primeiras pesquisas, para descobrir novas aplicações para o aço. Seu primeiro presidente, Lúcio Martins Meira, presidente concomitantemente da CSN, levou o IBS a atuar na área de normalização e enviou seus técnicos para um congresso no Chile, com o intuito de discutir os esquemas de recomendações pan-americanas de produtos tubulares de aço. Uma das preocupações do setor, no princípio da década de 1960, era justamente instituir um programa de normas e técnicas de produtos siderúrgicos e industriais. O objetivo principal desse programa era ampliar as exportações brasileiras para o



[Instituto Aço Brasil]

Mercado Comum Latino Americano. Naquele momento, a indústria nacional sentia dificuldades em seguir as especificações técnicas para exportação, pois vigoravam diversas normas estabelecidas em vários países. Foi então realizado um convênio entre IBS, ABDIB e ABNT para instituir um Programa Especial de Normas Técnicas de Produtos Siderúrgicos e de Construção Mecânica e Eletrônica, a fim de atingir aquele objetivo.

Em seu segundo ano de atuação, a credibilidade e a representatividade do Instituto cresceram, e o número de empresas associadas passou de 27 para 36. No quadro técnico, o IBS passou a acompanhar as atividades do Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET), que iniciava as primeiras pesquisas para a elaboração do futuro Plano Siderúrgico Nacional.¹⁰¹ A questão do carvão utilizado nas usinas foi outro ponto em que o IBS teve destacada atuação. A comissão do carvão enviou, em julho de 1964, um memorial ao Ministro das Minas e Energia, Antônio Ferreira de Oliveira Brito, que dispunha sobre a obrigatoriedade do uso de, no mínimo, 40% do carvão nacional nas usinas e da construção de coqueiras nas siderúrgicas, operando exclusivamente com coque. Com o aumento da produção nacional, fruto dos primeiros resultados de pesquisa obtidos pelo Instituto, em 1964, pela primeira vez, figuraram nas exportações brasileiras produtos como ferro cromo, ferro manganês, barras de aço comuns, bobinas de ferro, bobinas de aço comuns e vergalhões.¹⁰² O IBS acompanhava atentamente as exportações brasileiras e iniciava o levantamento dos dados estatísticos sobre a mão de obra nas indústrias, os insumos utilizados, a venda e o estoque de produtos. “O IBS foi criado num período em que o governo interferia pouco na siderurgia, mesmo nas estatais. O IBS era uma associação de empresas privadas e estatais.”¹⁰³

O ano de 1963 também foi importante para a siderurgia, pois em dezembro foi inaugurada pelo presidente João Goulart, após dez anos da sua criação, a usina da Cosipa em Cubatão (SP). Na ocasião, o semblante de Jango, durante o evento, era de tensão. Tensão que crescia dadas

Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA – Atual Usiminas

Fundada em 1953 como sociedade anônima de capital privado, fruto dos investimentos de quatro empreendedores paulistas, Martinho Prado Uchoa, Plínio de Queiroz, Alcides da Costa Vidigal e Herbert Levi, a Cosipa esteve por quase dez anos em fase de projeto e preparação. A inauguração da usina José Bonifácio de Andrade e Silva, em Cubatão, só ocorreu em 18 de dezembro de 1963, dando início à laminação de tiras a quente. Devido à necessidade de recursos típica do setor siderúrgico, o BNDE e Governo Federal efetuaram crescentes aportes de capital e, por meio da Siderbras, a União chegou a atingir 99,98% de participação em seu capital votante.

Aproveitando o canal do estuário de Cubatão, a Cosipa construiu um terminal portuário privativo com alfândega própria, para receber minério de ferro e carvão. A capacidade inicial da Cosipa era de 500 mil toneladas de aço líquido por ano, mas passados três grandes planos de expansão industrial, durante os anos 1970 e 1980, sua capacidade aumentou para mais de 2,8 milhões de toneladas de aço bruto no ano de 1988¹⁰⁴.

Na década de 1970, a Cosipa tornou-se uma das maiores usinas siderúrgicas do país. Mas, na década de 1980, a Cosipa passou a enfrentar vários problemas advindos da recessão econômica brasileira e, internamente, teve de lidar com deficiências administrativas impostas por sucessivas diretorias indicadas pelo governo federal. No princípio da década de 1990, a Companhia registrava um dos maiores prejuízos verificados entre as siderúrgicas brasileiras.

Em 1993, a siderúrgica foi privatizada e 80% de suas ações ordinárias foram transferidas para um consórcio liderado pela empresa Brastubo. A busca por suporte tecnológico e financeiro, promovida pelo novo grupo controlador, logo após a concretização do leilão em 1993, ensejou a participação da Usiminas, que então adquiriu 49,8% do capital votante e 32% do capital total da Cosipa. A modernização do parque industrial, finalizada em 2001, levou a Cosipa a operar com capacidade máxima¹⁰⁵. Em 2005, o capital da Cosipa foi fechado para, quatro anos depois, ser incorporada definitivamente como Usiminas. Juntas, a Usina de Cubatão-SP (ex-Cosipa) e a Usina de Ipatinga-MG fazem da Usiminas a maior produtora de aços planos da América Latina.

as oposições ao seu governo, as principais forças eram os proprietários de terra, os industriais, parte da classe média e das forças armadas. Nesse momento o futuro do governo parecia incerto e o presidente não sabia o que esperar do ano vindouro. Em Minas, o governador Magalhães Pinto conspirava e, com ele, parte importante de empresários ligados à siderurgia, banqueiros, construtoras e setores da sociedade civil organizada, entre eles a ala mais conservadora da Igreja Católica.

101 e 102 IBS: Instituto Brasileiro de Siderurgia. Anuário: 1973. p. 24 e 25.

103 Ethienne Vidaurre Poubel em entrevista concedida ao Escritório de Histórias, no dia 12 de junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Texto editado.

104 IBS: Instituto Brasileiro de Siderurgia. Anuário Estatístico da Indústria Siderúrgica Brasileira: 1989. p. 10.

105 IBS: Instituto Brasileiro de Siderurgia. Anuário Estatístico: 2005. p. 7.

As cidades que se desenvolveram em torno do aço

João Monlevade (MG)

Em Minas Gerais, a indústria do aço se desenvolveu no Vale do Rio Doce, desde o seu afluente Piracicaba, onde se concentraram as principais empresas do segmento. A primeira cidade a se formar em torno de uma indústria siderúrgica no Estado foi João Monlevade, na década de 1930, quando suas terras ainda faziam parte do município de Rio Piracicaba. Naquela região, em 1817, o engenheiro francês Jean Antoine Felix Dissendes de Monlevade, havia instalado uma forja catalã para produzir ferro. À época, o francês adquiriu uma vasta extensão de terras na região, onde além da forja, construiu uma fazenda e uma bela sede. Seu empreendimento trocou de mãos diversas vezes, inclusive pertenceu à empresa do Barão de Mauá até que, na década de 1930, foi adquirido pela Cia Siderúrgica Belgo-Mineira, por intermédio do engenheiro Louis Jacques Enschedé.

A empresa construiu casas para seus empregados, dotou o local de uma infraestrutura necessária ao seu funcionamento, com a edificação de escolas, hospital e área de lazer. A comunidade cresceu no entorno da Companhia, superando as cidades próximas em população. Isso levou à sua emancipação em 1964, quando a empresa doou ao município parte dos bens que havia construído, e recebeu o nome de João Monlevade em homenagem ao siderurgista francês.



[Fundação ArcelorMittal]

Louis Jacques Enschedé.



Usina de Ipatinga/MG.

[Instituto Aço Brasil]

Ipatinga e Timóteo (MG)

Outras cidades também se desenvolveram no mesmo Vale do Rio Doce com a chegada de duas siderúrgicas, a Acesita e a Usiminas. Ambas estão localizadas próximas ao Rio Piracicaba. Quando houve a instalação dessas duas importantes siderúrgicas brasileiras, a Acesita em 1944 e a Usiminas, em 1956, a região era formada por pequenas comunidades sem muitos recursos. A Acesita construiu sua usina no povoado de Timóteo, enquanto a Usiminas optou por se instalar na localida-

de de Horto de Nossa Senhora, ambas no município de Coronel Fabriciano, cujo núcleo se transformou aos poucos em cidade dormitório e de serviços de apoio, especialmente voltada a caminhoneiros.

Na mesma região, hoje denominada Vale do Aço, tanto Usiminas quanto Acesita passaram a funcionar como polo de atração para novos empreendimentos. Outras indústrias chegaram, dos mais diversos ramos. A Usiminas criou a Usiminas Mecânica e, mais tarde, chegaria também a Cenibra, empresa formada com a participação da Companhia Vale do Rio Doce,

localizada no caminho de Ipatinga para Governador Valadares. A região era abundante em florestas e quedas d'água, onde essas empresas construíram hidroelétricas para suprir suas unidades fabris de energia elétrica, entre elas, a Usina de Sá Carvalho. Na década de 1970, o que se via às margens da rodovia 381, desde Monlevade até Belo Oriente, onde se localiza a Cenibra, era um mar de eucaliptos plantados pela CAF, atual ArcelorMittal BioEnergia, pertencente à Belgo-Mineira, atual ArcelorMittal Brasil e pela Acesita, atual Aperam.

Um fator importante que pesou na escolha desses locais, além das facilidades para a obtenção dos insumos, foi a existência da Estrada de Ferro Vitória-Minas, cujo primeiro trecho data de 18 de maio de 1904. Ela liga essas usinas siderúrgicas, desde a ArcelorMittal em Sabará, passando pelas instalações de João Monlevade e por Timóteo e Ipatinga, onde ficam as plantas da Aperam e da Usiminas.

Volta Redonda (RJ)

No estado do Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas escolheu a pequena Volta Redonda, situada no Vale do Paraíba, antiga região por onde as fazendas de cafeicultura se espalharam no século XIX e início do século XX, para instalar a maior planta siderúrgica brasileira da época. Da localidade denominada Sertão Bravio em 1764, local onde mais tarde seria erguida a usina da Companhia Siderúrgica Nacional e a vila operária, ficou apenas o registro histórico. A usina começou a ser construída em 1941, entrou em operação cinco anos depois como a primeira produtora integrada de aços planos no Brasil e se tornou o mais importante marco da indústria siderúrgica brasileira. De uma localidade predominantemente rural, Volta Redonda foi transformada, na virada dos anos 1950, em uma cidade tipicamente industrial, em que tudo passou a girar em torno da Cia Siderúrgica Nacional. Um contingente de pessoas de



Laminação - Usina Ipatinga/MG.

fora chegou à cidade para trabalhar na construção da usina, ainda que muitos dos operários da região se ocupassem na edificação das obras. Para colocar a fábrica em marcha, entretanto, foi necessário trazer do exterior profissionais especializados em siderurgia. Essa mobilização populacional trouxe mudanças significativas para a cidade, fez crescer sua economia, formou uma nova classe social, melhorou a estrutura urbana, fez nascer escolas e ampliou o horizonte daqueles que até então precisavam migrar para a capital à procura de empregos mais bem remunerados. A CSN também trouxe para a cidade de Volta Redonda novas indústrias ligadas à sua cadeia produtiva. Gerou riquezas que impulsionaram e diversificaram o comércio local, ampliou o leque de opções profissionais, principalmente para os jovens em formação, e transformou a cidade num importante centro urbano industrial.

Cubatão (SP)

Até o início do século XX, Cubatão era um pequeno povoado pertencente à cidade de Santos que vivia basicamente, da cultura da banana. Apesar da proximidade com o porto de Santos, inaugurado em fevereiro de 1892, e de dispor de uma estrada de ferro, denominada ferrovia bananeira, por onde se transportavam os carregamentos de banana da região, a paisagem do município só começou a alterar-se em 1912, quando foi instalado um grande curtume, cujos dirigentes pretendiam que fosse o maior do Brasil. O município, porém, só começou a sonhar com um futuro promissor, quando em 1947 foi construída a Via Anchieta, uma das mais modernas rodovias da época, que ligava a cidade de São Paulo à Baixada Santista. Naquele momento o Brasil buscava crescer, industrializar-se e substituir as importações por meio da implantação de indústrias de base, assim o pequeno povoado pareceu um lugar privilegiado para receber tais indústrias, bem próximo à cidade de São Paulo e ao maior porto do Brasil, o porto de Santos.

Devido ao crescimento da localidade, em 1949, Cubatão foi emancipada de Santos. Mas o maior impulso

transformador da cidade ocorreu a partir dos anos 1950, com o início da operação da refinaria Presidente Bernardes, pertencente à Petrobras, em 1955 e, anos depois, com a inauguração de usina da Cosipa. Essas duas empresas abriram caminho para outras, ao implantar a estrutura necessária para a chegada de mais fábricas na localidade, atraindo inclusive as petroquímicas. Com o passar dos anos, Cubatão foi se transformando, ganhando novas indústrias, fruto do desenvolvimento industrial, bem como dos investimentos federais. No entanto nenhum plano orientou a instalação do parque industrial cubatense, as fábricas foram se estabelecendo ao sabor das vantagens imobiliárias, sem terem sido estabelecidos pré-requisitos necessários às suas operações. No decorrer dos anos, começaram então a surgir sérios problemas ambientais, como a poluição do ar, da água e do solo. Nos anos 1980, o município foi avaliado pela ONU como a cidade mais poluída do mundo. Desde então, a prefeitura, juntamente com as empresas e o governo do estado de São Paulo, começou a trabalhar para alterar esse quadro. O resultado não demorou a aparecer e hoje Cubatão é considerado pela ONU o município símbolo mundial de recuperação ambiental¹⁰⁶.

106 Informações retiradas do site do município de Cubatão. Disponível em: <http://www.cubatao.sp.gov.br>. Acesso em 27 de agosto de 2013.



Parte3

Golpe civil-militar,
crescimento
e crises



[Foto: Ricardo Avelar]

Obra de Amílcar de Castro
localizada na Praça Alaska.
Licenciado por inARTS.com.



“ 9 de abril de 1964. Sai o Ato Institucional nº 1 e, a partir dele, a lista dos 100 primeiros cidadãos cassados pelo regime militar. Na abertura do Ato, uma frase chama a atenção e dá o tom do que seriam os próximos 20 anos. “É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.”¹⁰⁷

19 de março de 1964. Uma multidão caminha pelas ruas da capital paulista, pedindo a cabeça do presidente João Goulart e o slogan entoado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, “Um, dois, três, Brizola no xadrez! E, se tiver lugar, põe também o João Goulart”¹⁰⁸, era o apoio popular de que os militares precisavam para tomar o poder.

1º de abril. O Brasil acordou perplexo. Os militares destituíram o presidente João Goulart e se instalaram no poder.

107 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em 24 de agosto de 2003.

108 Os militares no poder, o povo vai às ruas festejar: 1959-1964. Revista 100 anos de República, São Paulo, vol. VII p. 52, Editora Nova Cultural. p.52.

O ano de 1964



[Fotos]

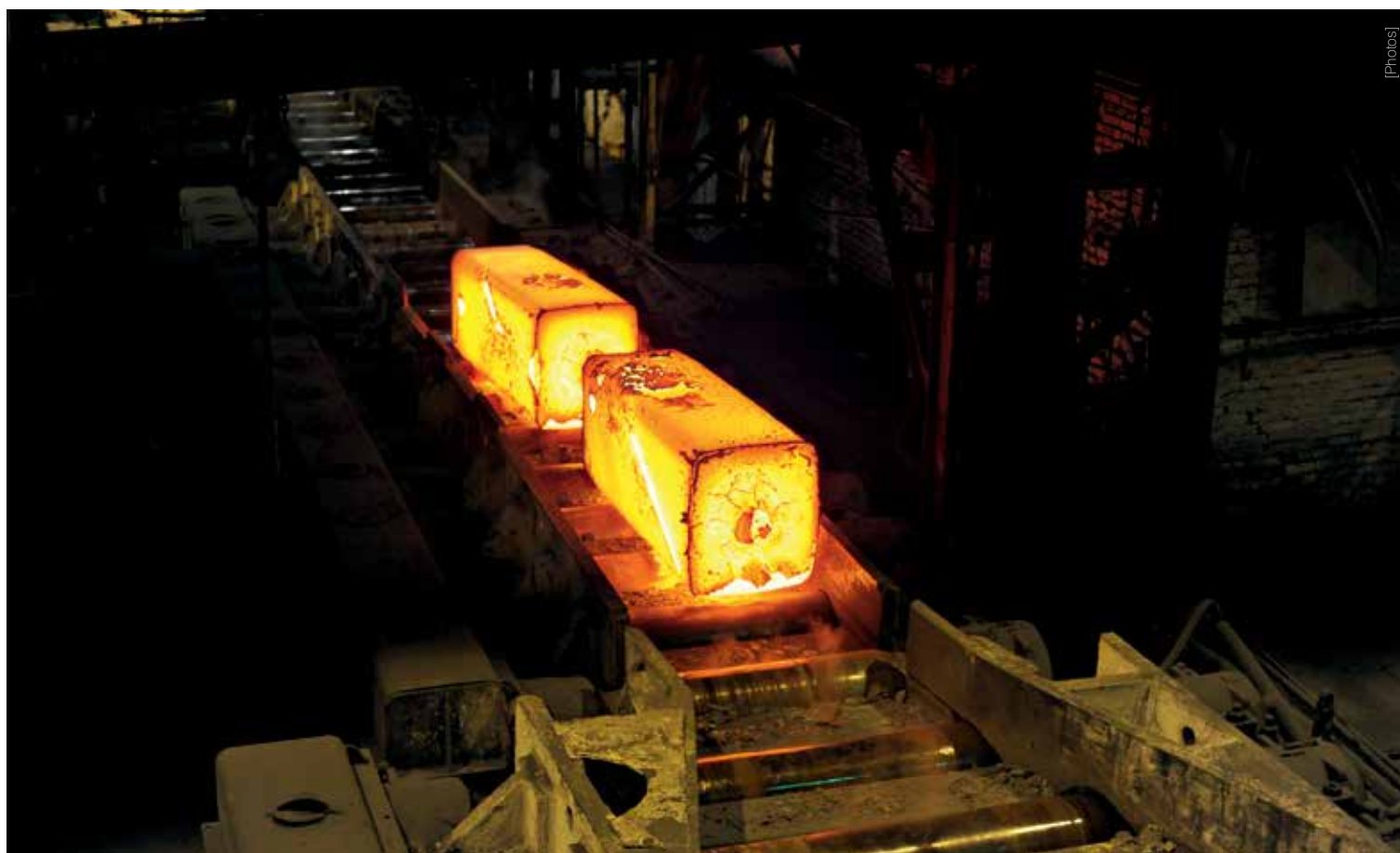
Catedral da Sé, São Paulo/SP.

O ano de 1964 começou em meio a um clima de tensão no país. Nos seus primeiros meses, João Goulart procurou mobilizar as massas para a implementação, ainda naquele ano, das chamadas reformas de base - agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral - bloqueadas pelo Congresso, e para a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, assim como a elegibilidade para todos os eleitores. Com esse intuito, convocou um comício no Rio de Janeiro para o dia 13 de março, que contou com a presença de cerca de 150 mil pessoas, conhecido como Comício da Central do Brasil. Durante o evento, Jango assinou dois decretos. O primeiro previa a desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobras. O segundo, conhecido como decreto da SUPRA (Superintendência de Política Agrária), declarava sujeitas à desapropriação áreas rurais compreendidas em um raio de dez quilômetros às margens das rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União, em obras de irrigação, drenagem e açudagem. As repercussões do comício foram imediatas. Alguns dias depois, em 19 de março, foi organizada, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, liderada pelas associações das senhoras católicas ligadas à ala conservadora da Igreja. Durante a marcha, que contou com a presença de cerca de 300 mil pessoas, foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a população a reagir contra o governo Goulart.

Nesse momento, o golpe já estava sendo articulado pelos militares com o apoio de grande parte da sociedade civil e, em 31 de março, João Goulart foi deposto do cargo. O presidente optou por não resistir e, em 1º de abril, rumou do Rio de Janeiro para Brasília, de Brasília para Porto Alegre e depois para o exílio no Uruguai. O Brasil assistiu de modo ordeiro à deposição do presidente da República, não houve grandes resistências e confrontos com a polícia.

Os reflexos da mudança de regime na economia e na indústria do aço

Logo após a tomada do poder pelos militares, começaram a ser adotadas as primeiras medidas. Em 9 de abril de 1964, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica editaram o primeiro Ato Institucional que posteriormente ficou conhecido como AI-1. Esse manteve formalmente a Constituição de 1946, inserindo várias modificações e preservando o funcionamento do Congresso. No entanto cancelou as imunidades parlamentares, autorizou a suspensão de direitos políticos pelo prazo de dez anos e permitiu a cassação de mandatos em todos os níveis – municipal, estadual e federal. O ato criou ainda as bases para a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMS), contudo ainda existia a possibilidade de utilização do recurso de *habeas corpus* perante os tribunais, eliminada em 1968 com o advento do AI-5.





Posse de Arthur da Costa e Silva.

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional. Foi eleito o general Humberto de Alencar Castelo Branco para um mandato que se iniciou em abril de 1964. Logo que assumiu o comando, Castelo Branco lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de conter a inflação, acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, além de atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais existentes no país¹⁰⁹. O programa alcançou seus objetivos, a alta inflação, de 92%¹¹⁰ em 1964, passou a ceder gradativamente e o PIB voltou a crescer a partir de 1966¹¹¹. A indústria também sentiu os efeitos do PAEG e obteve um crescimento de 11,7% em 1966, em relação ao ano anterior. Nesses anos, a produção siderúrgica também cresceu e era quase toda consumida internamente. Essa expansão foi suficiente para que, em 1966, o Brasil consolidasse sua posição como o maior produtor de aço da América Latina.

Nesse período, o parque siderúrgico brasileiro era composto por 42 usinas pertencentes a 36 empresas produtoras de aço. Dessas, cinco possuíam a maior parte do seu capital em poder da União ou de seus agentes financeiros, como o BNDE e o Banco do Brasil. Essas cinco empresas eram responsáveis por mais de 60% da

produção de aço do país, o que levava ao controle estatal da siderurgia brasileira¹¹².

Em outubro de 1965, ocorreram eleições diretas para a escolha de governadores em onze Estados brasileiros e a oposição venceu em cinco deles. A insatisfação do governo federal foi grande e, no mesmo mês, foi promulgado o AI-2, que extinguiu os partidos políticos e estabeleceu a realização de eleições indiretas para a escolha do novo presidente da República. Essas ocorreram em outubro de 1966 e o eleito pelo Congresso Nacional foi Artur da Costa e Silva, ministro do Exército durante o governo Castelo Branco. Costa e Silva tomou posse em março de 1967 com a promessa de restaurar o regime democrático, restabelecer a ordem jurídica e empreender reformas na estrutura socioeconômica do país¹¹³.

109 ASSUNÇÃO, Matheus. PAEG: O Programa de Ação Econômica do Governo e a economia brasileira dos anos 1960. Brasília: UnB, 2010. p. 7.

110 Disponível em: <http://veja.abril.com.br/multimedia/infograficos/economia-brasileira>. Acesso em 24 de agosto de 2013.

111 FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004. p. 472.

112 Em 1966 o governo militar encomendou estudo para mapear o parque siderúrgico nacional, e os dados expostos no texto foram retirados desse estudo. Informação disponível no site <http://www.abmbrasil.com.br>. Acesso em 13 de agosto de 2013.

113 Revista 100 anos de República, São Paulo, vol. VII p. 52, Editora Nova Cultural. p. V.VIII

Junto com a posse do novo presidente, entrou em vigor a nova Constituição do país. A sexta constituição brasileira institucionalizou o regime militar, deixando o Poder Executivo em posição soberana em relação aos outros poderes. Como foi debatida e votada pela Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição de 1967, muito embora tenha sido amplamente elaborada de acordo com os interesses de quem estava no poder, pode ser considerada uma Carta Constituinte “semi-outorgada”. Dessa forma, foi mantida a imagem do Brasil na política internacional. Era importante manter uma aparência democrática, assim eram realizadas eleições e o Congresso Nacional permanecia em funcionamento, embora apenas para sacramentar as ordens do executivo.

Apesar da expectativa de que Costa e Silva poderia restabelecer a democracia no campo político, o governante acabou por adotar medidas que aumentaram o poder do presidente e restringiram as liberdades individuais. Foi, por meio do AI-5, que o presidente fechou o Congresso Nacional, interveio nos Estados e municípios, nomeando interventores e restabeleceu o poder para cassar mandatos, suspender direitos políticos e demitir ou aposentar servidores públicos.¹¹⁴

Na área econômica, Costa e Silva procurou fortalecer o setor industrial e determinou o alongamento transitório dos prazos para o recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), as empresas passaram a dispor de 30 a 45 dias para a dedução do imposto, em vez de ser feita no ato do faturamento.¹¹⁵ Além disso, no campo siderúrgico, com o objetivo de promover a expansão da indústria brasileira do aço, o presidente promulgou, em abril de 1967, o Decreto nº 60.642, que criou o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (GCIS), ligado ao Ministério da Indústria e do Comércio. O Grupo tinha o prazo de 60 dias para sugerir um programa de expansão da siderurgia nacional e era composto pelos seguintes membros: Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; Presidente do Banco do Brasil; Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional; Presidente da Companhia Vale do Rio Doce; Presidente do Plano do Carvão Nacional; um Representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e três técnicos, designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio, que exerciam as funções executivas do Grupo, um deles seria o Secretário Geral e os dois outros os Secretários-Adjuntos. As recomendações propostas pelo GCIS forneceram as diretrizes para a criação do Consider em 1968.

114 FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004. p. 480.

115 MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, p. 460, set./dez. 2006.



A atuação do Consider

Instituído em março de 1968, por meio do Decreto nº 62.403, o Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica (Consider)¹¹⁶ tinha por objetivos estabelecer as diretrizes básicas do desenvolvimento da indústria siderúrgica nacional, coordenar e complementar os estudos, visando ao estabelecimento de um sistema de administração integrada das empresas siderúrgicas, nas quais o governo possuía participação majoritária, além de supervisionar os programas de expansão e a política de comercialização e de preços da indústria siderúrgica nacional¹¹⁷.

Órgão ligado ao Ministério da Indústria e do Comércio, o Consider era presidido pelo Ministro de Estado da Indús-

tria e do Comércio, integrado pelos presidentes do BNDE, do Banco do Brasil e por representantes das indústrias de mineração, do carvão e da siderurgia privada e tinha como membro assessor o IBS. Inicialmente o Consider foi criado como um conselho assessor, mas em pouco tempo passou a ter funções executivas e se transformou, nos anos 1970, no principal responsável pela formulação e coordenação da política siderúrgica nacional.

Em 1970, o Consider se transformou em conselho deliberativo e se denominou Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica. Anos depois, em 1974, foi intitulado Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia. Entre os anos 1970 e 1974, o Consider foi chefiado pelo então Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, que a respeito da atuação do órgão se recorda:

Nós transformamos o Consider em um órgão operacional cuja primeira prioridade foi, justamente, implantar o programa de desenvolvimento da siderurgia, sem construir novas usinas estatais. Nós priorizamos a construção de altos-fornos na Cosipa, Usiminas e CSN, mas também bloqueamos, naquele momento, a ideia de construir novas empresas estatais e esse programa foi inteiramente realizado.¹¹⁸



Alto-forno Cosipa.

116 Esse órgão foi extinto durante o governo de José Sarney por meio do Decreto nº 96.056 de 19 de maio de 1988, Artigo 13.

117 Trecho do Decreto nº 62.403 de 14 de março de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em 19 de agosto de 2013.

118 Marcus Vinicius Pratini de Moraes, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 03 de junho de 2013. Texto editado.

No ano de 1971, o Consider elaborou o Plano Siderúrgico Nacional, que objetivava expandir a capacidade de produção de aço no Brasil de 6 milhões de toneladas em 1970 para 20 milhões de toneladas em 1980. O Plano também preconizava que as usinas de aços planos e perfis médios e pesados deveriam permanecer sob o controle do governo, considerando que o setor privado não possuía a capacidade financeira necessária para desenvolver esse segmento; a produção de perfis leves e demais laminados longos continuaria sob a responsabilidade da iniciativa privada. Definiu-se ainda que 20% da capacidade instalada deveria ser direcionada ao mercado externo. O plano pretendia, assim, atender ao mercado interno e ainda exportar o excedente.

O plano passou a ser implementado e, no que diz respeito aos aços não planos ficou estabelecido que o governo não investiria nessa área e que isso seria inteiramente reservado para o setor privado. Naquela época, a produção começou a se expandir com o programa de apoio do governo, sobretudo para a importação de equipamentos sem similares nacionais. Foi feito também um programa de apoio, para que a tecnologia fosse desenvolvida no país. Por exemplo, a Villares fez a primeira unidade de transporte de aço líquido dentro das usinas e a construção daqueles cadinhos enormes e carro-torpedo etc., tudo isso começou a ser fabricado no Brasil. O objetivo era aumentar a produção de aço e ao mesmo tempo estimular o desenvolvimento da tecnologia, da engenharia e das máquinas aplicadas à siderurgia para estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro. No que diz respeito aos aços especiais, o Brasil passou a ter muito mais matéria-prima aplicável, sobretudo para a indústria automotiva e para a chamada linha branca. Basicamente, o plano siderúrgico tinha por objetivo aumentar a capacidade de produção que era de pouco mais de três milhões, para vinte milhões e hoje está em mais de quarenta milhões¹¹⁹.

No ano seguinte à criação do Plano Siderúrgico Nacional, o Consider baixou a Resolução nº 15 com o objetivo de regular o segmento de longos e orientar a implantação de usinas de grande porte (mínimo de 1 milhão de toneladas/ano), adquirindo altos-fornos de dimensões compatíveis com a tecnologia a coque. A referida resolução também vedava a expansão de usinas à base de sucata, dada à escassez desse material. Apenas em 1976 o Consider, nas Resoluções nº 48 e nº 57, admitiu a expansão de unidades à base de sucata e a implantação de altos-fornos unicamente a carvão vegetal.

Nesse mesmo período, o Consider idealizou a Central do Aço, que tinha por objetivo construir uma grande usina para produzir semiacabados e vendê-los para as siderúrgicas privadas.

Naquela época, a produção total do aço no Brasil era em torno de 6 ou 7 milhões de toneladas. Mais da metade era produto plano. A produção de não planos, ou longos, vergalhão, barra etc. era muito pequena, 2 ou 3 milhões de toneladas. Havia o entendimento de que, para uma usina siderúrgica ser econômica, deveria ser uma usina grande, de no mínimo 1 milhão a 1,5 milhão de toneladas de aço. No setor privado não havia quem tivesse condições de fazer uma usina desse tamanho. Não havia tampouco interesse, porque não valia a pena. Então a ideia que ocorreu foi fazer uma usina grande para produzir o tarugo, algo em torno de 1,5 milhão de toneladas por ano, ou até mais, e vender o semi acabado para as empresas privadas.¹²⁰

119 Marcus Vinicius Prati de Moraes, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 03 de junho de 2013. Texto editado.

120 Ethienne Vidaurre Poubel, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 12 de junho de 2013. Texto editado.

A Central do Aço não obteve êxito e acabou permanecendo apenas no papel. Todavia, com o apoio do Consider, a indústria siderúrgica brasileira, nos primeiros anos da década de 1970, conseguiu se expandir e viu sua produção aumentar consideravelmente. Nesse pe-

ríodo, o Brasil se tornou o 17º maior produtor de aço, com o equivalente a 1% do total produzido no mundo, sendo as três grandes siderúrgicas estatais - CSN, Usiminas e Cosipa - responsáveis por mais da metade da produção nacional.

Companhia Siderúrgica de Tubarão - Grupo ArcelorMittal Brasil

O Plano Siderúrgico Nacional previa a implantação de uma usina voltada para o mercado externo e essa seria a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) a ser construída em Vitória (ES).¹²¹ Para criar a companhia, o governo brasileiro elaborou diversos estudos de viabilidade, entre os quais se destacava o “Projeto Tubarão”, concluído em 1973. Para viabilizar o projeto, o governo contou com a parceria da japonesa Kawasaki Steel Corporation e da italiana Finsider. Em 1974, a CST foi constituída como empresa estatal, controlada pela Siderbras e associada à Kawasaki e à Finsider. Sua finalidade era a produção de placas de aço a serem adquiridas pelos sócios na proporção de suas participações. A sua criação oficial só ocorreu em 1976, com a assinatura do presidente Geisel nos atos legais de implantação da empresa. As obras de conclusão da siderúrgica só foram finalizadas em 1983, quando a usina entrou em operação. Em 1992, a CST foi privatizada e passou a ser controlada por grupos nacionais e estrangeiros. Em 2005, como resultado da união da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, da CST e da Vega do Sul, foi criada a Arcelor Brasil¹²², que já nasceu como um dos maiores grupos industriais do país, com capacidade anual de produção de 11 milhões de toneladas de aço. No ano seguinte, a Arcelor¹²³ e suas subsidiárias passaram a fazer parte do grupo ArcelorMittal, como consequência da fusão entre a Arcelor e a Mittal, tornando-se o maior produtor mundial de aço. Em 2007, a ArcelorMittal Tubarão teve a sua usina expandida, o que elevou a capacidade de produção de 5 para 7,5 milhões de toneladas de aço por ano. Além disso, em 2002, a empresa instalou laminador de bobinas a quente.¹²⁴

121 Na época, após a crise do petróleo, acreditava-se que a solução do futuro seria produzir semiacabados para que o mercado final fizesse a laminação.

122 MOYEN, François, A história da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, uma trajetória de crescimento consistente (1921/2005). Belo Horizonte: Arcelor Brasil S/A, 2007. p. 147

123 A Arcelor foi criada em 2001 pela união da luxemburguesa ARBED, da francesa Usinor e da espanhola Aceralia.

124 Informações extraídas da publicação Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST (1973-2004): sonho brasileiro, realização capixaba escrita por Francisco Aurelio Ribeiro, e também do site <http://www.cst.com.br>. Acesso em 21 de agosto de 2013.



Usina de Tubarão, Vitória/ES.



O período do Milagre Econômico

O crescimento da siderurgia não foi um fato isolado, ele ocorreu dentro do contexto de desenvolvimento econômico, ocorrido no país entre os anos de 1969 e 1973, conhecido como “milagre brasileiro”. Em 1969, o presidente Costa e Silva foi vítima de um derrame que o afastou do cargo. Os ministros militares decidiram substituí-lo, mas sem dar posse ao vice-presidente Pedro Aleixo. Desse modo, por meio de mais um Ato Institucional, os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica assumiram temporariamente o poder. Eleições foram marcadas pelo Congresso Nacional para o dia 25 de outubro de 1969, para um mandato presidencial que começaria em 30 de outubro daquele ano e terminaria em 15 de março de 1974. O escolhido foi o general Emílio Garrastazu Médici, seu governo foi considerado um dos períodos mais repressivos da história do Brasil. No entanto, no campo econômico, o Brasil viveu um período de grande crescimento. Entre 1968 e 1973, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 11,2%. Nesse período, os índices de expansão da atividade industrial variavam, conforme o setor, entre 12% e 18% e a inflação média anual não passou de 18%. Além disso, cresceu também o investimento de capital estrangeiro no Brasil. Um dos setores mais importantes que recebeu investimentos estrangeiros foi o da indústria automobilística, liderando o crescimento industrial com taxas anuais acima de 30%.¹²⁵

Nesse momento, foi particularmente notável a expansão do crédito, especialmente ao consumidor e à agricultura. A concessão de isenções fiscais e de juros favoráveis ao setor agrícola, aliada a um maior volume de crédito, tinha, entre outros objetivos, o de assegurar uma oferta adequada de alimentos, cujo impacto sobre os índices de inflação era significativo. O governo destinou também consideráveis recursos para a construção de residências e aquisição de moradias através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Criou ainda subsídios adicionais, facilidades creditícias e reduziu os entraves burocráticos para aumentar as exportações e diversificar o mercado. Formava-se, assim, um clima favorável para o investimento estrangeiro e para um acesso mais fácil do país a empréstimos externos.

Nesse momento de intensa intervenção do Estado nas atividades econômicas, foi criada em 1973, pelo governo federal, a Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbras), *holding* responsável pelo controle e coordenação da produção siderúrgica estatal. A Siderbras incumbiu-se de procurar financiamento externo que atendesse à indústria nacional em sua necessidade de investimentos para aumentar a sua capacidade e o seu desenvolvimento tecnológico.

125 FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 485.

*A ideia era que deveria haver no Brasil uma indústria siderúrgica extremamente eficiente. O mercado interno estava sendo criado, o complemento seria externo. Era preciso ter dimensão para poder ter economia de escala e produzir para o mercado externo. Foi isso que deu a ideia da criação da Siderbras. A siderurgia nacional produziria com a melhor tecnologia possível, de tal jeito que não só abastecesse o mercado interno, mas tivesse oportunidade de expandir para o setor externo e, para conseguir o limite mínimo de custo, era preciso ganhar as economias de escala do setor.*¹²⁶

Também no ano de 1973, o governo federal anunciou a construção da Ferrovia do Aço, que tinha por objetivo ligar Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e a São Paulo. A ferrovia deveria escoar o minério de ferro extraído em Minas Gerais, requerido pela Cosipa e pela CSN, bem como assumir potencialmente parte do volume destinado à exportação. Naquela época, a demanda por transporte era grande, o que fez com que o Governo temesse pelo estrangulamento do transporte de minério de ferro, ameaçando o abastecimento de parte das usinas siderúrgicas do sudeste do país e o cumprimento dos compromissos assumidos com a exportação dessa matéria-prima. Diante disso, ele decidiu investir na construção da ferrovia.

Vários meses se passaram entre o anúncio do governo e as ações efetivas. Durante esse período, foi cancelada a construção do trecho entre Itutinga (MG) e São Paulo, já que o ramal de São Paulo da Central do Brasil tinha capacidade ociosa entre Volta Redonda e a capital bandeirante. Apenas em outubro de 1974 foram iniciadas as obras no trecho entre Belo Horizonte e Jeceaba (MG). Em 14 de março de 1975, era assinado um dos maiores contratos da época entre a Engefer - Engenharia Ferroviária S.A.¹²⁷ e 25 empresas da área ferroviária, e essa operação envolveu o desenvolvimento dos projetos finais de engenharia e a construção do primeiro trecho da Ferrovia do Aço: Belo Horizonte-Itutinga-Saudade. O governo apelidou a obra de Ferrovia dos Mil Dias, uma vez que as obras deveriam ficar prontas dentro desse prazo.

126 Antônio Delfim Neto, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 20 de junho de 2013 na cidade de São Paulo (SP). Texto editado.

127 A Engefer era uma empresa estatal, ligada à R.F.F.S.A., incumbida de administrar a construção da Ferrovia do Aço.

Usina Charqueadas (Aços Finos Piratini) – Gerdau

Fundada em 12 de dezembro de 1961, a usina Charqueadas, conhecida, na época, como Aços Finos Piratini, tinha como o objetivo estimular a indústria metal-mecânica no Rio Grande do Sul. Em 1964, tiveram início as obras de construção da usina integrada à base de redução direta a carvão, na cidade de Charqueadas, à beira do rio Jacuí, para a produção de aços especiais. A Aços Finos Piratini, entretanto, só foi inaugurada, no dia 27 de junho de 1973. Dois anos depois, ela foi integrada à Siderbras. Em 1992, a Aços Finos Piratini foi privatizada e passou a fazer parte da Gerdau, marcando o início da atuação da empresa no segmento de aços especiais, voltados principalmente para o atendimento a indústria automotiva. Atualmente, a Gerdau é a maior produtora de aços especiais do Brasil, a qual também incorporou as atividades da Aços Villares (São Paulo) nas décadas seguintes.¹²⁸

Usina Usiba – Gerdau

Instalada no Distrito Industrial de Aratu, no município de Simões Filho, junto à baía de Todos os Santos, a Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba) foi fundada em 1963 como uma usina integrada de redução direta, aproveitando o gás natural dos poços petrolíferos da região para a produção de aços longos para a construção civil. Com essa vantagem competitiva, esperava suprir a limitada demanda local e vender boa parte da sua produção ao mercado externo. No entanto, a aciaria só começou a produzir dez anos mais tarde e a laminação, em 1977. Em outubro de 1989, a Gerdau assumiu o controle acionário da Usiba em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em 1995, a empresa inaugurou a chamada Fase II da Usiba, elevando sua capacidade original de 350 mil para 450 mil toneladas.¹²⁹



Gerdau: Aços Especiais Piratini.

No entanto não foi isso o que ocorreu. Em 1977, o ritmo da construção, que anteriormente era bastante intenso, foi reduzido e, em 1978, as obras foram suspensas. Viadutos inacabados, túneis inúteis e acampamentos de empreiteiras repletos de máquinas foram abandonados. Esses exemplos de desperdício pontilharam a paisagem no sul de Minas por vários anos ao longo das décadas de 1970 e 1980, ilustrando o fracasso do empreendimento. Em 1986, a direção da R.F.F.S.A. (Rede Ferroviária Federal S.A.) desenvolveu um plano para tornar viável a Ferrovia do Aço, mais especificamente o trecho entre Jeceaba (MG) e Saudade, em Barra Mansa (RJ), com 319 quilômetros de extensão, onde a infraestrutura estava praticamente finalizada. Mas foi com dinheiro da iniciativa privada, principalmente da antiga Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), posteriormente comprada pela Vale, que parte da ferrovia foi finalizada. Privatizada em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a ferrovia está hoje sob a concessão da MRS Logística.

Ainda na década de 1970 entraram em operação duas usinas siderúrgicas, uma no sul do país e outra na Bahia. Elas tinham algo em comum, ambas trabalhavam com a redução direta, tecnologia que, na época, pareceu uma alternativa adequada para a ampliação de produção de aço em fornos elétricos limitados a disponibilidade de sucata. A escolha dos locais de instalação também tinha algo em comum, baseava-se na ocorrência de um dos insumos básicos que era o redutor. No Rio Grande do Sul a Aços Finos Piratini foi instalada em Charqueadas, local de incidência de carvão mineral e na Bahia, a Usiba se instalou onde havia disponibilidade de gás natural. Mais tarde, com a privatização, essas plantas seriam adquiridas pela Gerdau.

¹²⁸ e ¹²⁹ TEIXEIRA, Francisco M. P. Chama empreendedora a história e a cultura do Grupo Gerdau: 1901-2001. São Paulo, 2001.

A atuação do IBS

Em 1965, dois anos após a criação do IBS, entrou em vigor o novo código florestal brasileiro que, limitava a ação de indústrias cujos altos-fornos eram abastecidos com carvão vegetal. Após sugestões feitas pelo Instituto, foi apresentado um protocolo de defesa da fauna e da flora. Os fabricantes de carvão regulamentaram o transporte de madeira e a produção sustentável de carvão vegetal, iniciando um diálogo com o governo, que veio a se tornar permanente. O IBS também foi convidado a colaborar com o governo na discussão sobre os problemas referentes ao abastecimento de sucata no país, como também participou como membro-assessor do Consider na formulação de soluções para os problemas referentes à comercialização do aço no Brasil. Em 1968, o IBS chegou a ceder engenheiros ao Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (Geimet), para elaboração de exames técnicos sobre os pedidos de isenção dos direitos aduaneiros referentes a equipamentos sobressalentes e a algumas matérias-primas.



Estande do IBS no 10º Congresso Brasileiro de Siderurgia. Rio Palace Hotel, Rio de Janeiro, 1980.

Por sua representação junto ao governo e com a tarefa de assessorar as empresas siderúrgicas em variadas questões, o IBS ampliou seu prestígio, sendo reconhecido por um número ainda maior de organizações. No final da década de 1960, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nomeou o IBS como responsável técnico pelo levantamento estatístico da siderurgia, e o Conselho de Política Aduaneira o convidou para colaborar na fixação de novas tarifas brasileiras para produtos como arame farpado e aços especiais. No mesmo período o IBS foi convidado a participar formalmente das negociações no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), assessorando o governo no posicionamento e nos pronunciamentos oficiais sobre a siderurgia na América Latina. Além disso, em 1967, foi fundado o International Iron and Steel Institute, hoje Worldsteel Association, com sede em Bruxelas, na Bélgica e, em cuja formação, estavam as brasileiras Cosipa,

Usiminas e Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. O IBS ficou encarregado de secretariar todos os trabalhos referentes à participação dessas empresas junto àquele Instituto, de forma a estender os seus benefícios a todas as demais empresas associadas. Uma das iniciativas da diretoria do IBS na gestão 1968/1969 foi assinar um protocolo em que se estabelecia que a compra de material necessário à construção da ponte Rio-Niterói, vinculada ao financiamento estrangeiro, só poderia ser efetivada se comprovada a inexistência de similar nacional, num claro incentivo à indústria brasileira.¹³⁰

Em março de 1971, o IBS concretizou uma antiga aspiração e promoveu o seu I Congresso Brasileiro de Siderurgia, a exemplo de eventos congêneres que ocorriam em outros países. A iniciativa, que deu origem à realização de encontros anuais, passou a abordar temas específicos voltados à produção e comercialização de



[Instituto Aço Brasil]

130 IBS: Instituto Brasileiro de Siderurgia. Anuário: 1963-1973, p. 26

Participantes do 9º Congresso Brasileiro de Siderurgia. Sheraton Hotel, Rio de Janeiro, 1979.

aço no Brasil. Além da padronização da nomenclatura nas funções da indústria siderúrgica, o grande desafio do setor naquele momento era ampliar as exportações. O nível da produção brasileira de aço, que era de 2 milhões e 900 mil toneladas em 1963 chegou, ao final de 1972, a 6 milhões e 500 mil toneladas¹³¹.

Em 1972, o IBS e seus associados realizaram o primeiro estudo completo sobre o mercado brasileiro de aço, dimensionando a demanda e a capacidade de oferta para os anos seguintes, números que se tornaram referência para o Plano Siderúrgico Nacional. Naquele período, o Instituto debatia com as empresas os possíveis investimentos para ampliar a capacidade de produção. Além de exportar mais, era preciso substituir as importações, que já chegavam a 40% do mercado. Nesse contexto, a expectativa, quando houve a realização do I Congresso do IBS em 1971, era de que a produção brasileira chegaria a 20 milhões de toneladas até 1980, 4 milhões além do previsto em pesquisas realizadas anteriormente¹³².

Com o Congresso Brasileiro de Siderurgia passando a marcar o calendário oficial do setor, tornando-se o maior e mais importante evento da siderurgia nacional, o IBS atuou como parceiro em outros encontros como o Latino-Americano de Ferro e Aço e o Simpósio Inter-regional de Siderurgia, que discutiam sobre as matérias-primas, as relações industriais, a energia, a produtividade na indústria siderúrgica e temas mais abrangentes, como a comercialização interna e externa de laminados de aço. Em 1974, houve queda nos índices de crescimento da produção de aço e laminados em relação a anos anteriores. Apesar dos planos de crescimento, as siderúrgicas brasileiras operavam próximas ao limite máximo de sua capacidade instalada e a expansão das usinas acabava interferindo no ritmo operacional. Além disso, o país começou a ter problemas de abastecimento de matérias-primas básicas, como carvão mineral, gusa, sucata e carvão vegetal.



[Instituto Aço Brasil]

131 IBS: Instituto Brasileiro de Siderurgia. Anuário: 1963-1973, p. 24.

132 INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. 25 anos do IBS: 1963-1988. p. 23.

Naquele momento, o IBS tinha sua capacidade de atuação restrita devido às políticas conduzidas pelos governos militares, que priorizavam o trabalho das empresas estatais. A Siderbras passou a gerir os interesses da União sobre os empreendimentos siderúrgicos e atividades afins, programar as necessidades dos recursos financeiros de suas subsidiárias e executar atividades relacionadas à indústria siderúrgica no Brasil e no exterior.

Devido à atuação da Siderbras, as siderúrgicas privadas sentiram necessidade de se reunirem para defender seus interesses mais específicos, muito embora permanecessem associadas ao IBS. Assim, em 1978, foi criada a Associação das Siderúrgicas Privadas (ASP).

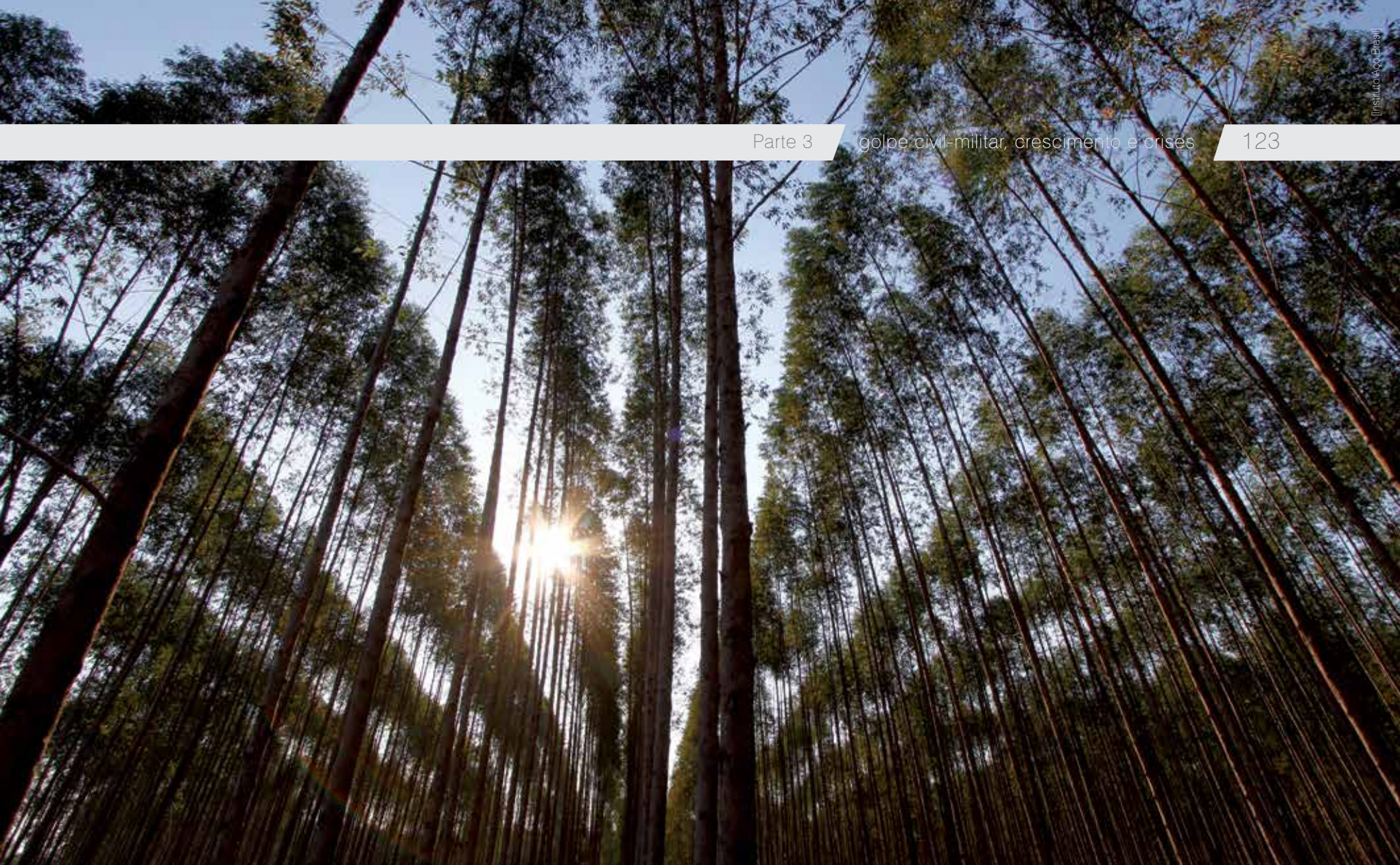
Uma das saídas encontradas pelo setor, para enfrentar a retração do mercado foi aprimorar sua capacitação para lidar com novos desafios. Na área de Recursos Huma-



nos, em 5 de março de 1975, o IBS assinou, em Brasília, um convênio entre o Ministério do Trabalho, a Siderbras e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para a realização de pesquisas sobre as necessidades de mão de obra, formação e treinamento para disponibilizar recursos humanos mais qualificados.



10º Congresso Brasileiro de Siderurgia. Rio Palace Hotel, Rio de Janeiro, 1980.



Plantação de eucaliptos reflorestados.

Como consequência da primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, emergiram novas demandas nessa área. O IBS então passou a dar maior importância a esse quesito e, ao longo da década de 1970, a entidade promoveu diversas reuniões entre produtores, especialmente aqueles localizados em São Paulo, para discutir os problemas atinentes à poluição atmosférica e, internamente, designou a sua comissão de tecnologia para tratar das questões ambientais.

Outra exigência das empresas siderúrgicas relacionava-se às crescentes questões de qualidade e produtividade. Como resposta foi desenvolvido no IBS o Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF) que padronizava os requisitos para a certificação dos fornecedores das usinas e estabelecia um esforço cooperativo das empresas para racionalização do sistema.

Uma questão central era o controle de preços praticado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), criado em 1968 e que fixava os preços do aço brasileiro no mercado interno, o que comprometia consideravelmente os resultados do setor. O acompanhamento desse processo exigiu também esforços do IBS na defesa do interesse das empresas, compreendendo não só o assessoramento técnico ao CIP como também um estreitamento de relações com toda a cadeia produtiva do aço.

Os anos 1980, as crises econômicas e os movimentos pela redemocratização do país

Antecedentes

No final do ano de 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) declarou o embargo do fornecimento de petróleo para os Estados Unidos e para a Europa, o que gerou o primeiro choque do petróleo. O aumento do preço do barril foi imediato e afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total de seu consumo. Para evitar a crise no abastecimento e equilibrar a balança comercial, o governo brasileiro incentivou a exportação de matérias-primas, grãos e manufaturados. O resultado foi o aumento das exportações, mas em contraponto começaram a faltar produtos nas prateleiras dos supermercados. Era o fim do “milagre brasileiro”. Em mensagem de ano-novo, o presidente Médici anunciou que não havia conseguido manter a inflação na meta estabelecida em 12%¹³³. O que se via era uma deterioração gradativa da economia nacional.

Em março de 1974, era empossado, no cargo de presidente da República, o general Ernesto Geisel. Nesse mesmo ano, preocupado em ajustar o país depois da crise do petróleo e também sentindo a necessidade de desacelerar gradualmente a economia, para que não houvesse uma queda abrupta, ou mesmo uma recessão, o novo presidente enviou ao Congresso o projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O plano previa¹³⁴ investimentos na prospecção e produção de petróleo; no setor elétrico; de insumos básicos; transportes; ferrovias e comunicações¹³⁵. A preocupação do II PND com o problema energético era evidente e o governo propunha, além de incentivar a pesquisa na área petrolífera, desenvolver um programa nuclear, substituir parcialmente a gasolina pelo álcool e construir hidrelétricas. Entretanto, apesar dos investimentos feitos, o II PND não obteve o êxito que pretendia e a dívida externa do Brasil aumentou consideravelmente no período de vigência do Plano. Em fins de 1978, a dívida externa brasileira era de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do valor computado em 1975¹³⁶.

133 Revista 100 anos de República um retrato ilustrado da história do Brasil, volume VIII, 1965-1973, p.59.

134 “Síntese do programa de investimentos do II PND, em bilhões de Cruzeiros: 267 em Desenvolvimento de Recursos Humanos; 384 em Integração Social; 110 em Desenvolvimento Social-Urbano; 439,4 em Infraestrutura Econômica; 22 em Desenvolvimento Científico e Tecnológico; 255 em Indústrias Básicas; 105 em Agropecuária; 165 em Integração Nacional.” Total de Cr\$1.747.4 trilhões. Fonte: II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979), Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF, acesso em 15 de outubro de 2013.

135 Revista 100 anos de República um retrato ilustrado da história do Brasil, volume IX, 1974-1981, p.11.

136 FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004. p. 497.



Esse cenário levou a indústria do aço a buscar o mercado externo e, em 1978, pela primeira vez a exportação de aço brasileiro ultrapassou, em volume, a importação.¹³⁷ Nesse mesmo ano, em meio à crise econômica, o Brasil assistiu ao fim do AI-5, promovido por Ernesto Geisel com o objetivo de facilitar, para o futuro presidente do país, a abertura do regime, que deveria ser “lenta, gradual e segura”. Ainda em 1978, foram realizadas eleições indiretas para escolha do último presidente militar, João Batista Figueiredo, que tomou posse em março de 1979 e anunciou que pre-

tendia “fazer deste país uma democracia”. Em agosto do mesmo ano, o presidente sancionou a Lei 6.683, que anistiava os punidos por atos de exceção durante o regime militar e os atores envolvidos com a repressão política.

O Brasil vivia a expectativa do fim do período militar, quando se iniciava uma nova década, os anos 1980, que marcaram profundamente o país pelas dificuldades econômicas enfrentadas e pelos movimentos de luta pela redemocratização.



Posse de João Batista Figueiredo.

137 FURTADO, Murilo. A indústria do aço no Brasil e no mundo: BRICS. Instituto Aço Brasil, out. 2012. Belo Horizonte. p. 4.

A crise: PIB negativo e inflação crescente

No Brasil, os anos 1980 ficaram popularmente conhecidos como a “década perdida” por terem sido marcados por uma profunda crise, caracterizada por inflação alta, aumento da dívida externa e esgotamento do modelo de desenvolvimento, que se notabilizava pela intervenção do Estado na economia¹³⁸. Em 1981, pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado foi negativo, assinalando queda de 3,1%. De 1981 a 1983, o PIB teve um declínio médio de 1,6%, e os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do país. O desemprego tornou-se um grande problema e calcula-se que a queda da renda foi mais grave do que a ocorrida nos anos seguintes à crise de 1929¹³⁹.

Nesse cenário de queda do crescimento, o país começou a vivenciar a escalada da inflação que saiu de 99% em 1980, e alcançou 242% em 1985. Não bastasse a inflação crescente, a dívida externa complicava ainda mais a situação econômica do país que precisou recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse órgão estipulou uma receita que previa cortes de despesas e compressão dos salários, com o objetivo de melhorar as contas externas do país. Os esforços deram resultados e as exportações cresceram, com destaque para os produtos industrializados, porém a inflação continuava fora de controle.

Barras laminadas de aço inoxidável - Villares Metals

No plano externo, a situação não era diferente. Os países latino-americanos tinham se endividado a juros flutuantes e, em agosto de 1982, o México quebrou e não conseguiu pagar a sua dívida externa. Nos Estados Unidos, a crise do petróleo tinha levado a inflação, na virada dos anos 1970 para os anos 1980, a um nível nunca visto por lá: 12%¹⁴⁰.

Essa crise atingiu em cheio a siderurgia e os grandes produtores mundiais lançaram-se a enormes esforços de adaptação, o que não ocorreu no Brasil. A crise encontrou o país com atrasados planos de investimentos, pois coincidiu com a decadência do papel do Estado brasileiro na liderança do processo econômico. Enquanto os produtores estrangeiros procuravam se adaptar ao desaquecimento da economia mundial e à sua crescente competitividade, no Brasil, principalmente no período de 1984 a 1989, a siderurgia permaneceu estagnada¹⁴¹.

138 NEVES, Osias Ribeiro; NEVES, Isabella Verdolin; CAMISASCA, Marina Mesquita. GMMLE: 50 anos da história da metalurgia e da mineração em Minas Gerais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2011. p. 100.

139 FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2004. p. 502.

140 LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 93.

141 VICENTE, Luiz André Rico. A siderurgia no Brasil e sua evolução tecnológica. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Informe da Siderurgia: julho de 1992. Texto editado.

O setor siderúrgico na década de 1980

Em 1981, o crescimento anual do setor siderúrgico variava entre 4% e pouco mais de 7%, com o estado de Minas Gerais liderando a produção, seguido por São Paulo. Ainda em 1981, foi assinado um acordo de exportação para aços especiais entre o governo e empresas siderúrgicas, estabelecendo uma cota para exportação, atraindo para o Brasil um fluxo suplementar de divisas em torno de 306 milhões de dólares¹⁴². Nesse período, o IBS esteve intensamente envolvido em derrubar barreiras de exportação do mercado internacional, com os acordos de restrição voluntária Brasil – Estados Unidos e outros, menos formais com a Europa e o Japão. O acordo com os Estados Unidos era o chamado *Voluntary Restraint Agreement* (VRA).¹⁴³ O mercado interno estava bastante retraído e a solução foi buscar o mercado externo, num período em que praticamente todos os países produtores detinham excedentes e começavam a praticar políticas protecionistas mais enérgicas.



[Instituto Aço Brasil]

Antiga COSIPA, Cubatão/SP

Villares Metals S.A.

Tutora de uma marca centenária, a Villares Metals já possuía em seu DNA a vocação para ir muito além do aço. Iniciou suas atividades fornecendo serviços de montagem e manutenção de elevadores. Visionário, Luiz Dumont Villares passou a comercializar barras, chapas e peças fundidas de aços especiais.

Com a fusão dos negócios de aços de alta liga da Aços Villares e a Eletrometal, nasceu em 1996 a Villares Metals, situada na cidade de Sumaré, SP.

Em 2000 a Villares Metals passou a ser controlada pelo grupo espanhol Sidenor. O Grupo Böhler-Uddeholm AG adquiriu a empresa em 2004 que por sua vez foi incorporada ao grupo austríaco voestalpine AG em 2007.

Siderúrgica semi-integrada, conta com uma moderna aciaria elétrica, equipada com dois fornos elétricos a arco, fornos-panela, desgaseificadores, fornos de refusão e de fusão de indução a vácuo, lingotamentos convencional e contínuo, prensas hidráulicas de forjamento, laminadores de desbaste e acabamento, além de completas instalações para tratamento térmico, acabamentos a frio e inspeção. Dispõe de Centros de Distribuição nas cidades de Sumaré - SP e Joinville - SC, que somados tornam-se os maiores da América Latina em aços para ferramenta.

A Villares Metals atua no ramo de aços e ligas especiais longos em segmentos da indústria que exigem alta tecnologia e desempenho. Sua essência é seu know how técnico especializado que permite oferecer soluções que agreguem valor a cadeia produtiva em que está inserida.

142 INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. 25 anos do IBS: 1963-1988. p. 46

143 Houve dois momentos nessa negociação: o VRA I, de 1984 a 1989 com cotas de 0,8% do mercado norte-americano e o VRA II, de 1989 a 1992 em que as cotas passaram a 1,8%.

Mesmo tendo êxito em exportações em 1981, a segunda crise do petróleo e a dívida externa derrubaram a demanda interna por aço. Naquele ano, projetos de expansão e de implantação de novas usinas foram atrasados por falta de recursos e esperava-se o apoio do governo para estimular a produção do setor. Em 1982, o então Ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, repassou a informação de que o governo não estimularia novos empreendimentos siderúrgicos, mas continuaria apoiando as empresas e o IBS, apesar da forte crise mundial.

O relativo otimismo do governo se contrapunha à preocupação dos empresários e de todo o sistema produtivo. Em 1982, como reflexo da crise que se instalou globalmente, a produção mundial de aço bruto caiu de 716 milhões de toneladas em 1980 para 625 milhões de toneladas. No Brasil, os lucros e investimentos sofreram queda significativa devido à menor disponibilidade de crédito externo e aos baixos preços, fruto da política governamental de combate à inflação. Os investimen-

tos na siderurgia brasileira, que eram de 2,3 bilhões anuais entre 1980 e 1983, caíram para apenas 500 milhões anuais entre 1984 e 1989¹⁴⁴. Frente ao excesso de produção e à necessidade de dar continuidade às operações nas usinas, as siderúrgicas brasileiras passaram a exportar com lucros menores, de forma a garantir o mercado internacional.

O setor siderúrgico brasileiro tornou-se mais vulnerável e menos capaz de competir com o aço estrangeiro. Se anteriormente a participação estatal se mostrava fundamental, nos anos 1980 o controle do governo reduzia a velocidade e a capacidade de resposta das empresas ante as exigências do mercado, dificultando ou impedindo a sua capitalização e comprometendo a sua modernização. Algumas expansões já haviam sido iniciadas no período anterior à crise. Assim foram inauguradas duas novas siderúrgicas estatais. Em 1983, entrou em operação a Companhia Siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo e, em 1986, a Açominas, em Minas Gerais.



Instituto Aço Brasil

Placas Ouro Branco - Gerdau.

144 ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. O setor siderúrgico. In: BNDES 50 anos: Histórias Setoriais dezembro de 2002.

Em 1984, coube ao IBS promover e coordenar uma campanha nacional do setor siderúrgico, “Acredite. O Brasil é de Aço”, com a finalidade de demonstrar a necessidade de uma política de preços adequada ao setor, ressaltando a importância da siderurgia para a retomada da economia e do crescimento nacional.

Ao final da década de 1980, ficava claro que, para realizar investimentos em tecnologia, evitar o déficit de oferta praticamente imediato no mercado interno, elevar a capacidade produtiva das usinas para cerca de 24 milhões de toneladas até os últimos anos da década de 1990 e, principalmente, consolidar uma participação estratégica no mercado internacional do aço, a única saída seria a desestatização das siderúrgicas.

“Acredite. O Brasil é de aço”

“O aço lava, passa, cozinha, congela, toca música, serve refeições. O aço martela, prega, aparafusa, cerca com arame. O aço transporta, faz compras, trata a saúde, constrói. O aço desenvolve a agropecuária, movimenta a indústria, extrai petróleo, transmite energia, emprega milhares de brasileiros, defende o país, trás milhões de dólares em divisas. O aço brasileiro impulsiona o desenvolvimento industrial, fortalece a independência econômica e melhora a qualidade de vida. Siderurgia forte constrói um país de aço.”¹⁴⁵

Usina Ouro Branco (Açominas) – Gerdau

Nos primeiros anos da década de 1980, os planos para ampliação da capacidade instalada e de criação de novas usinas produtoras de aço foram praticamente abandonados. Uma das exceções foi a inauguração, em 1986, da usina Ouro Branco, chamada na época de “Presidente Arthur Bernardes”, por parte da Aço Minas Gerais S.A (Açominas). A usina integrada, localizada entre os municípios de Ouro Branco e Congonhas, ocupava uma área de cerca de mil hectares.

A produção de aço tinha como meta levar progresso à região, que era uma das menos desenvolvidas em um raio de 100 quilômetros de Belo Horizonte. A aquisição das terras representou economia, uma vez que nas capitais ou nas proximidades dos grandes centros urbanos os custos dos terrenos eram mais elevados. Além das facilidades para o transporte, que compreendia grande parte dos custos finais de produção, a região ainda dispunha de matérias-primas como minério de ferro, calcário e dolomita.

Em 1993, a Açominas foi privatizada e o seu controle acionário passou para o Grupo Mendes Júnior e para a Central Empresarial do Aço, no consórcio que ainda contava com os bancos Econômico, BEMGE/Credireal, Banco de Crédito Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Aços Villares. Em 1995, ocorreu uma reestruturação societária com a saída do Grupo Mendes Júnior e adesão da Gerdau e da NatSteel, que iniciaram a recuperação financeira da empresa e deram início ao processo de modernização de suas instalações. Mais tarde, a Gerdau adquiriu as ações da NatSteel e, em 2003, a Açominas e a Gerdau anunciaram a integração de seus ativos, criando a Gerdau Açominas S/A. Atualmente, a usina Ouro Branco, produz perfis estruturais, fio-máquina, placas, blocos e tarugos. Além disso, em 2013, a Gerdau inaugurou um novo laminador de bobinas a quente na usina, com capacidade instalada de 800 mil toneladas por ano, dando início a sua produção de aços planos no Brasil.

145 Trecho extraído da campanha publicitária “Acredite. O Brasil é de aço”, promovida pelo IBS em 1984, atual Instituto Aço Brasil.



O movimento pelas “Diretas Já” e o fim do regime de exceção

Nesse cenário de crise econômica, ocorreu um importante fato político: a saída dos militares do poder e a retomada do controle do Estado pelos civis. Nos anos de 1983 e 1984, uma intensa campanha ganhou as ruas do país, clamando pela realização de eleições diretas para a escolha do novo presidente da República. No entanto a eleição direta dependia de uma alteração constitucional, pelo voto de dois terços do Congresso. A emenda Dante de Oliveira, por eleições diretas, foi votada sob grande expectativa popular, mas não foi aprovada, faltando somente 22 votos, o que causou enorme frustração nacional. Foi então por meio de eleições indiretas, realizadas em 15 de janeiro de 1985, que o político mineiro Tancredo Neves foi escolhido para chefiar o país, tendo como vice José Sarney. O seu adversário foi Paulo Maluf, que havia sido indicado pelo

Partido Democrático Social (PDS) para ocupar o cargo. Apesar de ser candidato em uma eleição indireta, antes da escolha do novo presidente, Tancredo apareceu na televisão e nos comícios, reforçando o seu prestígio e a pressão popular favorável à sua candidatura.

A expectativa dos brasileiros para a posse de Tancredo era grande. Entre 15 de janeiro e a posse marcada para 15 de março, o político desenvolveu uma série de contatos no país e realizou uma viagem para o exterior. Nesse momento já se sentia doente, mas deixou a doença de lado, para cuidar de todos os preparativos para assumir o cargo. Fato que não chegou a ocorrer, pois Tancredo foi internado às pressas em um hospital de Brasília. O político foi operado e nesse ínterim Sarney subiu a rampa do Planalto, tomando posse no lugar do presidente eleito, em uma situação que se acreditava transitória. Todo o Brasil acompanhou a agonia de Tancredo, que foi transferido para São Paulo e se submeteu a uma série de operações, entretanto ele não resistiu e faleceu em 21 de abril em decorrência de complicações de uma diverticulite.



Deputado Dante de Oliveira, autor da Emenda para as eleições diretas, 1984.

O governo Sarney e o Plano Cruzado



[Arquivo do Senado]

Posse de José Sarney.

Com a morte do presidente, José Sarney assumiu seu posto, dando início a uma sequência de planos econômicos, que objetivavam tirar o país da séria crise em que se encontrava. Durante todo o ano em que iniciou o seu governo, a inflação permaneceu alta e bateu o recorde em novembro, 16% ao mês. Foi nesse contexto de inflação alta que Sarney lançou, em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, que cortou três zeros do Cruzeiro e mudou seu nome para Cruzado. Os preços foram congelados, assim como o câmbio e os salários. A correção monetária futura foi retirada dos contratos via “tablita”, uma tabela de desindexação progressiva¹⁴⁶. No dia 30 de março de 1986, *O Globo* publicou uma reportagem que retratava a mudança de hábitos dos brasileiros logo após a implantação do Plano.

146 XAVIER, Aline; MACHADO, Gabriela; CAMISASCA, Marina; NEVES, Osias Ribeiro. Relatório FDC 35 anos. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2011. p. 28.



De tabelas e máquinas de calcular em punho, os brasileiros completaram, em plena Sexta-Feira da Paixão, o primeiro mês de convivência com o Cruzado. Foram dias agitados de muita solidariedade, dúvidas, esperanças. A economia do país virou de cabeça para baixo. Tudo passou a ser relacionado com o antes e o depois do dia 28 de fevereiro, data em que o programa de estabilização econômica ganhou vida¹⁴⁷.

Os primeiros meses após a implementação do Plano Cruzado foram marcados por um intenso otimismo da população que começou a consumir mais, afinal os preços pararam de subir devido ao congelamento e o dinheiro podia comprar mais itens nos supermercados. As donas de casa foram aliadas do governo e ajudavam a fiscalizar a remarcação de preços, que estava proibida. A economia pareceu entrar nos eixos. Em 1986, o PIB cresceu aproximadamente 7,5% e, até o mês de outubro, a inflação permaneceu baixa, contudo começou a ocorrer falta de produtos nas prateleiras dos supermercados, principalmente a carne. Com a escassez, o governo decidiu importar: foi um fracasso. “O milho veio de trem da Argentina, e foi sendo retido em certos trechos pela diferença de bitolas das ferrovias dos dois países. Grande parte se perdeu. A carne que chegou da Europa tinha prazo de validade esgotado. A carne que

veio da Itália tinha suspeita de ter sido de gado doente por febre aftosa”¹⁴⁸. O desabastecimento continuou e as filas para a compra de produtos de primeira necessidade eram cada vez maiores. O governo resolveu então acabar com o congelamento dos preços, além de aumentar todas as tarifas de serviços públicos. O resultado foi um novo aumento da inflação.

Em dezembro de 1986, o governo atravessava um momento delicado diante dos sinais de esgotamento do Plano Cruzado, do aumento da dívida externa e da inflação que também afetavam o mercado interno do aço. Diante desse cenário o presidente Sarney sancionou a Lei 7.554 que autorizou a destinação de parte do IPI das empresas siderúrgicas para ser investido no aumento da produção conforme constou no artigo primeiro da Lei.

147 LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 61.

148 Id., p. 70.

As empresas siderúrgicas que preencham as condições previstas nesta lei poderão creditar-se, a título de incentivo ao aumento da produção, de importância igual a 95% (noventa e cinco por cento) da diferença, em cada período de apuração, entre o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, incidente sobre as saídas dos produtos referidos no art. 3º desta lei, que promoverem, e o de crédito do referido imposto, correspondente às entradas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos para emprego na industrialização e acondicionamento dos mesmos produtos. O crédito correspondente ao incentivo será deduzido do montante do imposto devido, em cada período de apuração.¹⁴⁹

Em 1987, Sarney decretou a moratória da dívida externa e, no ano seguinte, a inflação atingiu a marca de 980%, enquanto o PIB ficou negativo em quase 1%. No mesmo ano a moratória caiu. No ano de 1989, o presidente lançou o Plano Verão, a moeda perdeu três zeros e passou à denominação de Cruzado Novo, num ambiente tipicamente recessivo e de instabilidade econômica. O Plano durou menos que um verão, teve início em 15

de janeiro e, em março, a inflação foi de 6% e, quando foi anunciada pelo IBGE, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, já sabia que havia fracassado¹⁵⁰. Nos meses seguintes, o Brasil conheceu a mais descontrolada inflação da sua história e o país depositou as suas esperanças no novo presidente da República, que seria escolhido por meio de eleições diretas marcadas para outubro de 1989.



[Foto: Osias Ribeiro Neves]

149 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7554.htm#art8. Acesso em 30 de setembro de 2013.

150 LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 119.

Obra de Amilcar de Castro
localizada na Pampulha.
Licenciado por inARTS.com.





Parte 4

Mudanças
político-econômicas
e o setor de aço

“Outubro de 1989: o Brasil estava em festa pela realização de eleições diretas para a escolha do novo presidente da República. Havia 29 anos que os brasileiros não votavam diretamente para eleger o seu governante e boa parte do eleitorado votava pela primeira vez. Bandeiras de diversos candidatos coloriam as ruas das grandes cidades e o país podia escolher, entre 22 nomes, aquele que seria o novo presidente. As opções eram muitas, mas os candidatos que mais se destacavam eram Fernando Collor de Mello, que se apresentava como um político jovem, ousado e que prometia cassar os “marajás”, Luiz Inácio Lula da Silva, que, com a sua vinheta “Lula lá brilha uma estrela” contagiava o país, e Leonel Brizola, antigo conhecido dos brasileiros. No primeiro turno, o resultado confirmou o previsto na pesquisa pré-eleitoral. Saíram vitoriosos Collor e Lula que, em segundo turno, se confrontariam. As pesquisas eleitorais indicavam que Lula diminuía a diferença que o separava de Collor e a disputa se acirrava a cada dia. No mundo dos negócios, onde as altas do dólar no mercado paralelo eram associadas automaticamente às idas e vindas das intenções de votos nos candidatos, era grande a aflição. Temia-se que o resultado da eleição pudesse desorganizar de vez a economia e mergulhar o país na hiperinflação. Nos preparativos para a batalha final, os dois candidatos faziam uso pleno de suas máquinas partidárias para o combate corpo-a-corpo junto ao eleitorado. A disputa foi intensa com grande influência dos meios de comunicação e, no dia 17 de dezembro, 82 milhões de eleitores decidiram quem seria o novo governante: ganhou Fernando Collor de Mello com 42,75% dos votos¹⁵¹.

”

151 Fonte: verbete sobre Fernando Collor, disponível no site: www.fgv.br/cpdoc. Acesso em 27 de agosto de 2013.

O desastroso Plano “Brasil Novo”

Ao tomar posse em março de 1990, Fernando Collor tinha um grande desafio: tentar conter a inflação exorbitante, que havia ultrapassado a casa dos 1.900% ao ano¹⁵². Essa hiperinflação era devastadora principalmente para os mais pobres, que viam o pouco dinheiro que recebiam ser rapidamente desvalorizado. A classe média também sofria e tentava estocar o máximo de alimentos que podia, devido ao aumento diário dos preços. Com a posse de Fernando Collor, a população brasileira aguardava ansiosa pelas medidas a serem tomadas para conter a inflação, que chegava a 4% ao dia. Menos de 24 horas depois de subir a rampa do Planalto, o novo presidente decretou o Plano Brasil Novo, popularmente conhecido como Plano Collor. Esse mudou o nome da moeda de Cruzado Novo para Cruzeiro, congelou preços e salários,



[Arquivo do Senado]

Posse de Fernando Collor de Melo.

152 XAVIER, Aline; MACHADO, Gabriela; CAMISASCA, Marina; NEVES, Osias Ribeiro. Relatório FDC 35 anos. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2011. p. 32.

extinguiu 24 empresas estatais, além de bloquear as contas das cadernetas de poupança por 18 meses e as contas correntes, limitando os saques a 50 mil cruzeiros. Os objetivos estratégicos do Plano estavam sintonizados com as recomendações do Consenso de Washington, denominação dada às conclusões do seminário que, em novembro de 1989, reuniu técnicos do governo dos Estados Unidos, do FMI, do Banco Mundial e do BID, além de economistas de países latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas em curso no continente. O seminário aprovou os programas de ajuste então levados a cabo na maioria dos países da região, inspirados nas medidas que o governo norte-americano recomendava para o estabelecimento de cooperação financeira. Tais medidas giravam em torno de três eixos principais: a retirada do Estado das atividades econômicas; a liberalização dos mercados nacionais para a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco; e a obtenção da estabilidade monetária, por meio do combate intransigente à inflação, ainda que à custa de recessão, aumento do desemprego, contenção salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social¹⁵³.

153 Fonte: verbete sobre Fernando Collor, disponível no site: <http://www.fgv.br/cp-doc>. Acesso em 27 de agosto de 2013.

154 CARVALHO, Carlos. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? Revista Anpec: Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia, Niterói, v. 4, n. 2, p. 283, jul./dez. 2003.

155 LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 158.

156 Fonte: verbete sobre Fernando Collor, disponível no site: <http://www.fgv.br/cp-doc>. Acesso em 27 de agosto de 2013.



Nos primeiros meses de vigência do plano, a inflação caiu, mas, no final de 1990, ela voltou a crescer e atingiu quase 20% ao mês¹⁵⁴. Foi um fracasso, o mercado sentiu falta de dinheiro para honrar os compromissos, mas também a falta de crédito e a queda nas vendas levaram empresas a demitir empregados e a reduzir jornadas de trabalho e salários. O desemprego atingiu principalmente a construção civil e a indústria de transformação. Mas as perdas com o plano foram sentidas por toda a sociedade brasileira. “Foi uma devastação na economia e nos lares. O ano terminaria com 4% de recessão, um encolhimento nunca visto, um gigantesco desemprego.”¹⁵⁵

Todos esses problemas levaram o presidente, em janeiro de 1991, a decretar o Plano Collor II, que extinguiu as operações de overnight; criou o Fundo de Aplicações Financeiras (FAF); substituiu o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) pela Taxa Referencial Diária (TRD) como indexador dos preços com juros prefixados; elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a taxa de juros; promoveu novo congelamento de preços e salários; criou um deflator para contratos com vencimento após 1º de fevereiro e iniciou a execução do cronograma de redução das alíquotas de importação. Os resultados não foram os esperados e, às vésperas de completar um ano de governo, a inflação acumulada até março ultrapassava 400%; a taxa de desemprego era de 5,23%; o Produto Interno Bruto (PIB) tinha apresentado uma redução inédita de 4,6% no ano anterior; e a renda per capita regredira a níveis registrados em 1979¹⁵⁶. Era o fracasso de mais um plano econômico e o país continuava mergulhado na recessão, que demoraria a ter fim.



A desregulamentação da economia e a abertura internacional

Ao mesmo tempo que tentava conter a inflação, o presidente também adotava medidas de redução da participação estatal na economia, privatização da indústria de base brasileira e inserção do Brasil no processo de globalização. Até aquele período, o país possuía altas tarifas de importação, além de listas de produtos que eram proibidos de serem importados, entre eles artigos ligados à computação. Acreditava-se que o Brasil alcançaria a independência tecnológica se restringisse a entrada de computadores estrangeiros e começasse a fabricar seus próprios computadores. Contudo, em seu governo, Collor acabou com a reserva de mercado e instituiu o Plano de Abertura Comercial.

*N*inguém sentiu falta da reserva de mercado da informática. Quando ela caiu, viu-se que os nossos fabricantes de computadores eram preguiçosos montadores de peças importadas, que não haviam investido em pesquisa, não haviam desenvolvido produto nacional. Pelo contrário, a política tinha atrasado o país em todas as áreas que precisavam das tecnologias de informação para dar saltos de competitividade¹⁵⁷.

Com a abertura do país, as empresas brasileiras tiveram de se modernizar, para tornarem-se mais competitivas, e passaram a adotar novos modelos de gestão, para aumentar a qualidade e cortar os desperdícios.

*N*o governo Collor, acabou o controle de preços, a indústria passou a trabalhar em um cenário de mercado muito mais realista, quer dizer, as margens da indústria passaram a refletir sua real situação. Então as empresas passaram a ter uma previsibilidade maior e também maior capacidade gerencial, assim, a indústria passou a investir na modernização. A abertura do mercado e a competição internacional também exigiram uma melhora nos padrões de qualidade de produtos e de operação¹⁵⁸.

Além de promover a abertura do mercado, o governo Collor também iniciou o processo de privatização das estatais, que na maioria das vezes, eram ineficientes e deficitárias. Nesse momento, o governo era dono das siderúrgicas produtoras de aços planos e outras de aços não planos, que representavam mais que 60% do mercado nacional, de todas as empresas telefônicas, de todas as distribuidoras de energia, de vários bancos, da maior mineradora do país, a CVRD, de todas as estradas de ferro, além da maior empresa brasileira, a Petrobras, que permanece estatal.

157 LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 234.

158 Rudolf Robert Buhler, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 10 de abril de 2013 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Texto editado.

Assim, foi por meio da Lei 8.031 de 12 de abril de 1990, que o presidente instituiu o Programa Nacional de Desestatização, cujo gestor era o BNDES. O programa tinha por objetivos: reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; contribuir para a redução da dívida pública; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada; contribuir para modernização do parque industrial do país; permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; além de promover o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo na oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital pertencente às empresas integrantes do Programa¹⁵⁹.

Ao mesmo tempo que propunha o início do processo de privatização de empresas estatais, o presidente Collor sancionava a Lei 8.029 de 12 de abril de 1990 que extinguiu órgãos responsáveis por coordenar ações governamentais, tais como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a Por-

tobras (Empresa de Portos do Brasil S.A), a Embrafilme, a Siderbras, entre outras. No mesmo dia assinou a Lei 8.031 que contemplou o Programa Nacional de Desestatização e a partir de então começaram a ocorrer os primeiros estudos para a privatização das siderúrgicas brasileiras.

Durante o governo Collor, treze empresas foram privatizadas, o que não representou um aporte substancial de recursos para o Tesouro, em decorrência de o pagamento ter sido feito, em sua maior parte, com as chamadas “moedas podres” — títulos vencidos e a vencer de dívidas da União. O processo de privatização tampouco foi tranquilo. Desde o anúncio da criação do Programa Nacional de Desestatização, essa iniciativa foi objeto de contestações. Na comemoração do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1990, em Volta Redonda (RJ), entidades sindicais e representantes de partidos de oposição (PDT, PT, PCB e PSB) protestaram contra a recessão, o desemprego e a intenção do governo de vender a Companhia Siderúrgica Nacional, localizada naquela cidade. O medo das demissões em massa e da venda a preços módicos das estatais eram os principais argumentos dos grupos contrários às privatizações.

159 Lei 8.031 de 12 de abril de 1990. Disponível no site: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 28 de agosto de 2013.



No entanto, mesmo com toda a oposição, o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, deu início ao processo de privatização e o primeiro edital foi publicado em 29 de maio de 1991. Em outubro do mesmo ano, ocorreu a primeira privatização, a da Usiminas. Para a siderurgia o objetivo era, segundo o então presidente do IBS, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, aproveitar o momento das privatizações “para acelerar o processo de modernização do setor, com atualização tecnológica e novas práticas gerenciais, a fim de que as usinas sejam mais produtivas e competitivas”.¹⁶⁰ Afinal, a gestão das

empresas siderúrgicas estatais era demasiadamente influenciada por decisões políticas. O controle do Estado reduzia a velocidade de resposta e a liberdade das empresas em relação às exigências do mercado e às mudanças do ambiente. De maneira geral, os investimentos em pesquisa de novas tecnologias de produtos e processos realizados pelas empresas eram insuficientes¹⁶¹. Assim, com as privatizações, as siderúrgicas que eram dispendiosas e, na maioria das vezes, causavam enormes prejuízos ao Estado, começaram a entrar em uma fase de completa reestruturação.

*No início das privatizações, o parque siderúrgico brasileiro era novo e obsoleto ao mesmo tempo. Novo, porque ele era cronologicamente recente, se comparássemos nosso parque industrial na siderurgia com o de outros países, mas por falta de investimento e de atualização, ele estava ficando ultrapassado. O Estado brasileiro não tinha capacidade gerencial e nem recursos para continuar investindo. A década de 1980 tinha sido realmente uma década perdida, o Estado não investia, as usinas estavam sucateadas. Havia um mercado muito fechado e em todas as áreas estávamos muito atrasados, o processo industrial sofria também pela falta de sistemas atualizados, tudo era difícil*¹⁶².



Usina de Ipatinga/MG - Centro de Controle Integrado.

No entanto, a privatização das siderúrgicas não foi privilégio brasileiro. Nos anos 1980, iniciou-se um processo mundial de privatizações, fusões e incorporações na siderurgia, o que contribuiu para a reestruturação e consolidação do setor que além de ser frag-

mentado se encontrava estagnado, devido à crise por que passavam as economias dos países desenvolvidos com reflexos nos países emergentes. Cerca de 70% da produção mundial de aço era estatal, talvez por ser um produto estratégico.

160 SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. Privatização e Produtividade. Informe da Siderurgia. Rio de Janeiro, agosto de 1992, p. 1.

161 ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de. Impactos da privatização no setor siderúrgico. jan. 2001. p. 1. Publicação disponível no site www.bndes.gov.br Acesso em 20 de setembro de 2013.

162 José Armando de Figueiredo Campos, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 31 de maio de 2013. Texto editado.

Privatização e reestruturação da indústria siderúrgica

No Brasil, não foi por acaso que a Usiminas foi escolhida para ser a primeira siderúrgica a ser privatizada. Entre as empresas do setor, era a que possuía melhores condições, era lucrativa e tinha uma boa imagem.

Antes da privatização, a Usiminas era a siderúrgica estatal que vinha sofrendo menos. Os japoneses da Nippon Steel tinham com a Usiminas um contrato de atualização tecnológica, eles eram também executores do contrato, e isso funcionou durante muito tempo como uma proteção para a planta, porque, através da Nippon Steel, comprava-se tecnologia, atualizava-se a tecnologia, melhoravam-se os equipamentos e os processos¹⁶³.

Apesar disso, a Usiminas necessitava de ajustes, para que pudesse ser privatizada.



163 José Armando de Figueiredo Campos, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 31 de maio de 2013. Texto editado.

A Usiminas foi escolhida como a primeira empresa, porque era a mais organizada, a que tinha maior capacidade de retorno, era a mais bem administrada e que poderia atrair o capital privado. Mas, mesmo assim, ela teria que ser saneada, o caixa teria que ser melhorado, as estruturas internas teriam que apresentar algum tipo de melhora. Eu vim de Brasília com a missão de sanear as finanças da Usiminas e, principalmente, recuperar o valor agregado do aço. O lucro da Usiminas girava em torno de 40 a 50 milhões de dólares por ano e deu um salto para quase 300. Então ficou patente que o negócio era atrativo e que havia muita oportunidade, se nós conseguíssemos levar a privatização adiante¹⁶⁴.

Antes de ser privatizada e após as mudanças empreendidas na sua estrutura, a Usiminas já atendia a 42% da demanda interna e era responsável pela venda de 53% das bobinas de chapa grossa no Brasil¹⁶⁵, recebendo, em 1990 do “World Steel Dynamics”, o primeiro lugar no ranking brasileiro e o segundo mundial em termos de eficiência siderúrgica¹⁶⁶. Com essa situação favorável, no leilão ocorrido em 24 de outubro de 1991, em menos de sete minutos, a Usiminas foi vendida. Sua venda rendeu US\$ 1,65 bilhão e os dois maiores compradores individuais foram o Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), que arrematou o equivalente a 14,94% das ações e a CVRD, com 14,62%. Mas o controle acionário ficou com um grupo de investidores: Banco Bozano Simonsen, Nippon Usiminas e o Clube de Investimentos da Usiminas, formado por uma associação de empregados e quatro empresas distribuidoras de aço.

A Usiminas teve, no ano passado, um lucro líquido de 422,8 milhões de dólares. Esse lucro, equivalente a cerca de 20% do seu faturamento de quase 2 bilhões de dólares, foi o sexto mais alto entre todas as empresas brasileiras. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 17,4%. São resultados brilhantes quando vistos isoladamente e muito mais expressivos quando comparados aos sucessivos prejuízos que a Usiminas apresentou num bom número de seus balanços da fase estatal.¹⁶⁹

Após a privatização, a Usiminas se tornou mais eficiente, competitiva e lucrativa, sendo eleita, em 1995, pela revista *Exame*¹⁶⁷, como a Empresa do ano, a primeira siderúrgica a ocupar esse lugar desde que o *ranking* da revista começou a ser feito, em 1977. Os gráficos apresentados na revista revelaram que a produção entre 1991, quando a empresa foi privatizada, e 1994 foi a mesma, ou seja, 3,8 milhões de toneladas, mas seu faturamento cresceu de 1,6 para 1,9 bilhões de dólares. E não foi só isso, o número de empregados caiu de 12,4 mil para 10,4 mil e praticamente não houve demissões, a saída encontrada pela empresa foi o estímulo à aposentadoria e ao plano de demissão voluntária. Com isso a produtividade, que era de 382 toneladas por empregado, chegou a 455 e os lucros se multiplicaram, subindo de 11 milhões em 1991 para cerca de 423 milhões de dólares em 1994.¹⁶⁸

164 Luiz André Rico Vicente, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 30 de abril de 2013. Texto editado.

165 Programa Nacional de Desestatização. Alienação de ações do capital social da Usiminas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. p. 101-103.

166 Usiminas: a busca da excelência e o processo de privatização. Belo Horizonte, 21 de agosto de 1991.

167 GALLUPPO, Ricardo. A vitória da privatização: após quatro anos de vida privada a Usiminas é a Empresa do ano. *Exame*, ano 20, n. 18, p. 92, ago. 1995.

168 e 169: *Ibid.*

À época, quem estava no comando da empresa era Rinaldo Campos Soares, profissional de carreira com passagem pela Escola de Minas de Ouro Preto e pela Universidade de Paris onde concluiu o doutorado. Rinaldo soube com sensibilidade e competência, conduzir a transição. Em entrevista concedida à Exame, ele comentou sobre a liderança da empresa que presidia após a privatização.

Embora a história da Usiminas registre o compromisso com a qualidade e o lucro, a privatização alterou de forma significativa alguns aspectos, entre eles dois que considero mais importantes. O primeiro é a base estratégica da empresa, que passou a agregar, além dos fatores de tecnologia, produção, qualidade de custos, uma visão mais ampla do mercado. Privatizada, a Usiminas ficou desimpedida para fazer o que fosse preciso no atendimento às necessidades de seu mercado, para estabelecer parcerias e associações. Em três, quatro anos, nós consolidamos um sistema que inclui doze empresas, fatura US\$ 5 bilhões e gera 35 mil empregos diretos. O outro aspecto é a ênfase empresarial, onde o lucro passou a ser visto como uma medida de eficiência da empresa.¹⁷⁰

Em novembro de 1991, ocorreu outro leilão para a privatização de mais uma siderúrgica, a pequena Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor). Em fevereiro de 1992, foi privatizada a Aços Finos Piratini. Em julho do mesmo ano, foi a vez da CST e os principais adquirentes foram o Grupo Bozano Simonsen, 29,59%, o Unibanco, 21,81%, a CVRD, 19,4% e o Clube de Investimentos dos Empregados da CST, 12,22%¹⁷¹. A compra das ações pelos empregados foi financiada pelo BNDES, com o apoio da Fundação de Seguridade Social dos Empregados da CST.

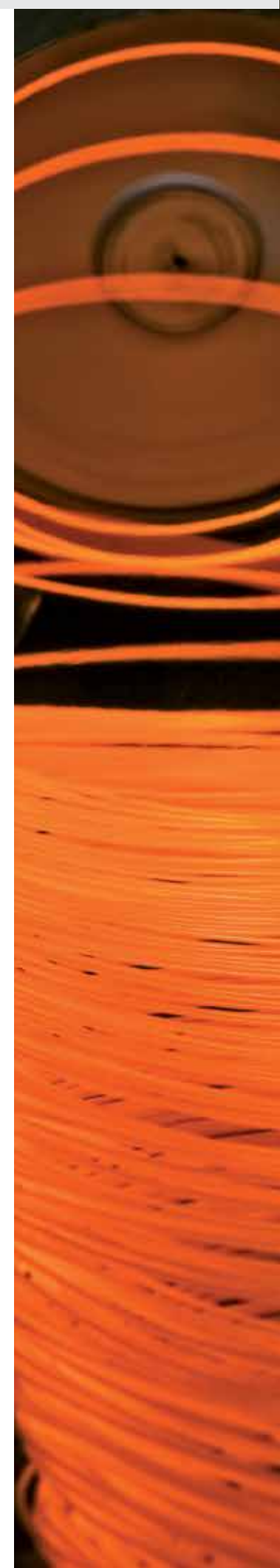
Quando veio a privatização do setor siderúrgico, a Vale decidiu que devia aproveitar aqueles créditos que tinha contra o setor de aço para ingressar, num primeiro momento, na Usiminas e na antiga CST, dentro da seguinte lógica: as usinas das duas empresas ficavam próximas da logística da Vale, dois dos parceiros dessas empresas eram japoneses, no caso da Usiminas a Nippon Steel e, no caso da CST, a antiga Kawasaki. E, por fim, eram empresas que, além de serem clientes, seus acionistas também eram clientes da Vale, então dentro dessa lógica a Vale usou essas moedas de privatização e participou dos leilões da privatização dessas duas empresas¹⁷².

A CST, diferentemente da Usiminas, se encontrava em dificuldade econômica e foi vendida pelo preço mínimo. Segundo o seu segundo presidente pós-privatização, Israel Vainboim:

170: GALLUPPO, Ricardo. A vitória da privatização: após quatro anos de vida privada a Usiminas é a Empresa do ano. Exame, ano 20, n. 18, p. 92, ago. 1995.

171 RIBEIRO, Francisco Aurelio. Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST (1973-2004): sonho brasileiro, realização capixaba, p. 52. Em 1996 os grupos acionistas liderados pela Bozano Simonsen e pelo Unibanco venderam suas ações para a Acesita e a Kawasaki Steel Corporation que, em conjunto com a CVRD e a CSI dos EUA, passaram a ter o controle acionário da CST.

172 Wilson Nélcio Brumer, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 06 de junho de 2013 na cidade de Belo Horizonte (MG). Texto editado.



Gerdau

Em 1901, João Gerdau e seu filho Hugo Gerdau deram início a história da Gerdau com a fundação da Fábrica de Pregos Pontas de Paris, em Porto Alegre (RS). Na década de 1940, Curt Johannpeter, genro de Hugo, aceitou o convite para trabalhar na empresa da família Gerdau, trazendo consigo larga experiência em finanças, administração e recursos humanos. Após assumir a direção da Empresa, ele liderou uma fase decisiva de expansão dos negócios. Em 1948, a Gerdau deu início a sua produção de aço, após aquisição da usina Riograndense (RS), que utilizava um modelo de produção baseado no uso de sucata e na comercialização regional. Ao longo das décadas seguintes, a empresa nacionalizou suas operações com a entrada principalmente nos mercados das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, a partir da aquisição das usinas Açonorte (PE), Usiba (BA), Barão de Cocais (MG), Divinópolis (MG), Guaíra (PR), Charqueadas (RS), Pindamonhangaba (SP), Mogi das Cruzes (SP) e Sorocaba (SP), além da construção das usinas Cosigua (RJ), Cearense (CE) e Araçariguama (SP). Além disso, em 1997, a Gerdau tornou-se sócia da Açominas, com pequena participação acionária, sendo que, quatro anos mais tarde, assumiu o controle da usina, sua maior planta industrial com capacidade instalada atual de 4,5 milhões de toneladas de aço por ano. Em 2013, nessa mesma planta, a empresa deu início a sua produção de aços planos no Brasil, com um novo laminador de bobinas a quente. Além das usinas produtoras de aço, a empresa, atualmente, possui também 3 unidades de transformação, 39 centros de corte e dobra de aço, 5 centros de serviços de aços planos, 9 unidades de coleta e processamento de sucata e 4 áreas de extração de minério de ferro. Também criou a maior distribuidora de aços planos e longos do País, a Comercial Gerdau, que possui atualmente 88 filiais, o que assegura uma distribuição ágil e eficiente, além de maior proximidade com os clientes. Atualmente, a empresa é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços longos especiais no mundo. Com mais de 45 mil colaboradores, possui operações industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas por ano.

Fio máquina - Gerdau

A Siderúrgica de Tubarão era considerada um elefante branco. Compramos uma fábrica inacabada que ninguém quis comprar. Os dois acionistas que já estavam lá, desde o início, não quiseram aportar nada e, quando nós chegamos, tinha mais ou menos nove meses de estoque no pátio¹⁷³.

Após a privatização, a CST passou por uma fase de completa reestruturação, foi estabelecido o primeiro plano de investimentos, que consistia principalmente na preparação da reforma do alto-forno I e na implantação da primeira máquina de lingotamento contínuo, refino secundário e injeção de finos de carvão, além de vários projetos de controle ambiental e de melhorias operacionais. Nessa fase, investiram-se US\$ 373 milhões e os benefícios foram estimados em cerca de US\$22 por tonelada de aço, com incremento de 300 mil toneladas em sua capacidade de produção¹⁷⁴. Em seu primeiro ano de atividade após a privatização, a siderúrgica conseguiu melhorar a qualidade do aço produzido através do lingotamento convencional, e obteve um lucro líquido de US\$32,9 milhões, apesar do preço médio das placas ter se mantido nos mesmos patamares de 1992¹⁷⁵.

A privatização permitiu que as companhias fizessem o processo de ajustamento interno e comesçassem elas próprias a gerar recursos para investir. A história da CST foi ímpar, e talvez o melhor exemplo. Os acionistas definiram que a empresa ia se modernizar às suas próprias custas, os sócios não iam fazer injeção de capital e não iam sequer dar aval aos financiamentos que a empresa contratasse. O desafio imposto à administração era enorme, ela tinha que mostrar capacidade de gerar caixa, de gerar recursos para ir ao mercado, mostrar credibilidade, contratar empréstimos e crescer. Assim foi feito, foi uma experiência muito importante¹⁷⁶.

A CST foi a última siderúrgica a ser privatizada no governo Collor, as demais, Acesita, CSN, Cosipa e Açominas foram privatizadas durante a gestão de Itamar Franco.

173 Israel Vainboim, em entrevista concedida ao projeto "Memória Viva CST", em 16 de abril de 2004. In: RIBEIRO, Francisco Aurelio. Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST (1973-2004): sonho brasileiro, realização capixaba, p. 53-54.

174 Relatório Anual de Administração, 1996. CST, p. 52. In: RIBEIRO, Francisco Aurelio. Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST (1973-2004): sonho brasileiro, realização capixaba, p. 55.

175 Id., p. 56.

176 José Armando de Figueiredo Campos, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 31 de maio de 2013. Texto editado.

O impeachment de Collor e o governo Itamar Franco

Fernando Collor, logo após tomar posse, viu surgir as primeiras denúncias de que o tesoureiro da sua campanha, Paulo César Farias, o PC Farias, obteve dinheiro de empresários em troca de vantagens no governo. Em maio de 1992, uma reportagem da *Veja* levou à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso. Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, disse à revista que PC Farias era “testa-de-ferro” do irmão e que o presidente sabia das atividades ilícitas do tesoureiro.

Diante da pressão exercida pela abertura da CPI, o presidente pediu à população que saísse em seu apoio, usando peças de roupas nas cores da bandeira nacional. A estratégia foi malsucedida, os chamados “caras pintadas” saíram às ruas, vestidos de preto e pedindo o *impeachment* de Collor. Logo em seguida, as investigações realizadas pela CPI foram divulgadas e concluíram que o presidente havia sido beneficiado pelo Esquema PC Farias. O fim do governo Collor estava próximo. No dia 29 de setembro de 1992, a Câmara aprovou o pedido de *impeachment*. O caso foi remetido ao Senado, que abriu um processo para apurar se houve crime de responsabilidade e que deveria estar concluído em até 180 dias. Em 29 de dezembro, em uma sessão comandada pelo presidente do STF, o Senado decidiu que Fernando Collor era culpado pelo crime de responsabilidade. Para tentar escapar da possível inelegibilidade por oito anos, o ex-presidente renunciou. O Congresso entendeu que, mesmo assim, ele deveria perder os direitos políticos. O ex-presidente tentou questionar a decisão no Supremo Tribunal Federal, mas não conseguiu. Assumiu o Vice, o político mineiro Itamar Franco.



Bobina da aço.



[Arquivo do Senado]

Posse de Itamar Franco.

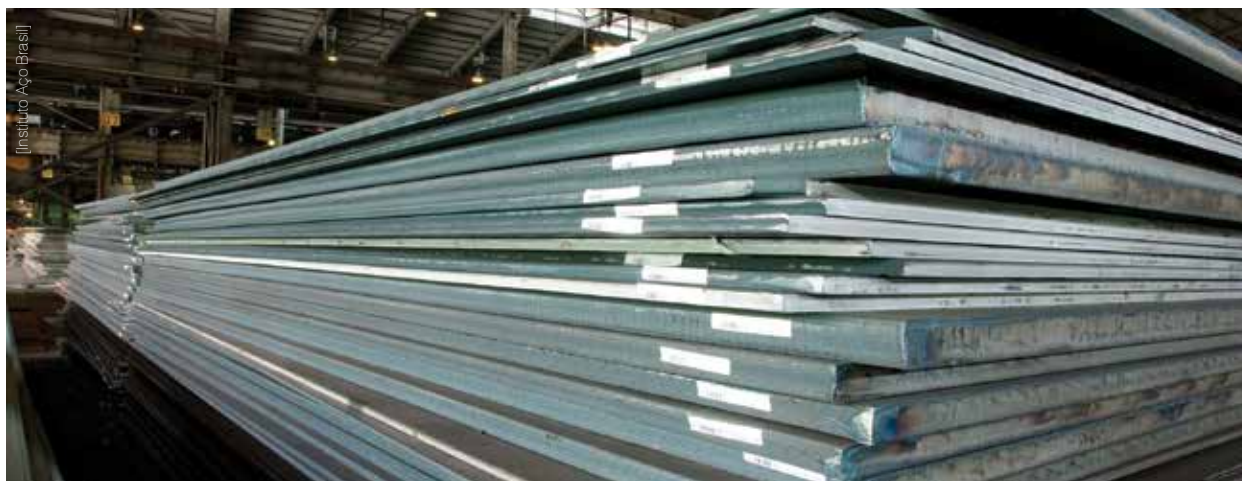


[Instituto Aço Brasil]

As privatizações no governo Itamar Franco

Quando Collor saiu da presidência, pensou-se que o processo de privatização seria encerrado, pois Itamar Franco era abertamente contrário à privatização. Mas, em sua gestão, o programa de privatização prosseguiu.

A primeira siderúrgica a ser privatizada por Itamar Franco foi a Acesita, em leilão realizado no dia 23 de outubro de 1992, em meio à crise instalada pelo processo de *impeachment* de Fernando Collor. A siderúrgica produzia, principalmente, chapas e bobinas de aço inox e aço para fins elétricos e foi vendida por Cr\$ 3,53 trilhões, o equivalente a US\$451,5 milhões, com ágio de 29,5% sobre o valor inicial. O maior comprador foi a Primus, que ficou com 18,8% do capital votante, 15% foram adquiridos pela Previ e o restante ficou dividido entre seis outros compradores¹⁷⁷.



[Instituto Aço Brasil]

Usiminas - chapas grossas.

A Acesita era uma empresa com muitas dificuldades, porque, diferentemente das demais, era estatal e controlada pelo Banco do Brasil. Não era o negócio do banco trabalhar com siderurgia. A empresa estava sempre em segundo plano, era uma empresa carente de investimentos, de modernização, de mais tecnologia, e uma empresa que vinha, durante a sua vida, acumulando prejuízos. Enquanto ela era estatal, a sociedade de certa maneira pagava por isso, mas, como uma empresa privada, ela tinha que descobrir o caminho da lucratividade. Foram momentos difíceis, a empresa tinha um número de funcionários muito alto e uma das primeiras decisões, talvez uma das mais dolorosas que eu tive que tomar, foi uma redução drástica no quadro de pessoal. Passada essa fase de demissão, a gente começou a investir na modernização da empresa e ampliação de suas atividades. Por causa do seu endividamento, surgiu a preocupação de trazer um parceiro e esse foi a Usinor, uma empresa francesa, que depois foi incorporada pela Arcelor¹⁷⁸.

177 FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 7, 24 out. 1992. Primeiro Caderno.

178 Wilson Nélio Brumer, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 06 de junho de 2013 na cidade de Belo Horizonte (MG). Texto editado.

Depois da Acesita, foi a vez da CSN, privatizada em leilão ocorrido no dia 05 de abril de 1993. A siderúrgica foi vendida pelo preço mínimo, equivalente a US\$ 1,05

bilhão, ao consórcio formado pelos grupos Vicunha, Bamerindus, Companhia Vale do Rio Doce, Emesa, além dos empregados da CSN¹⁷⁹.

A CSN sempre teve uma ingerência política muito grande. Boa parte dos seus gerentes foram gerais, pessoas das Forças Armadas, então a hierarquia era muito forte, era basicamente uma empresa militar. A CSN dava prejuízo, assim a privatização foi um momento de muita transformação, seja do ponto de vista de gestão, de novos investimentos, para a qualidade, meio ambiente e, depois, para a expansão de capacidade. E a CSN despontou nesse meio, porque era a única grande siderúrgica brasileira que tinha a sua própria mina de minério de ferro, a Casa de Pedra, que é uma joia, é um minério de qualidade equivalente a Carajás, que a companhia valorizou de uma forma que não era valorizada antes. Então, a CSN rapidamente conseguiu virar o jogo, aumentar a qualidade, a capacidade e preservar o meio ambiente¹⁸⁰.

Em 20 de agosto de 1993, outra siderúrgica foi privatizada: a Cosipa, que foi a leilão na Bolsa de Valores de São Paulo. A siderúrgica acumulava uma dívida de US\$ 1 bilhão e sua produção era de 2,7 milhões de toneladas de aço por ano. A venda superou as expectativas e alcançou a cifra de US\$ 331 milhões. A Brastubo Construções Metálicas comprou 57% do capital da siderúrgica¹⁸¹. No leilão, foram negociados 80% das ações ordinárias, ficando o restante reservado para os empregados, 15%, e para a Fundação de Seguridade Social da Cosipa (FEMCO), 5%¹⁸².

Meses depois foi privatizada a última siderúrgica estatal, a Açominas, que também precisou ser reestruturada: “Quando nós assumimos a reestruturação da Açominas, ela dava um prejuízo de 300 milhões de dólares por ano. Para colocá-la em privatização, quando ela foi para leilão, ela dava um lucro de 100 milhões de dólares.”¹⁸³

O leilão de privatização ocorreu no dia 10 de setembro de 1993 na cidade de Belo Horizonte. A Açominas alcançou um preço de US\$ 595 milhões, com um ágio médio de 90% sobre o preço mínimo¹⁸⁴. O consórcio

179 FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 8, 6 abr. 1993. Primeiro Caderno.

180 Maria Sílvia Bastos Marques, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 05 de junho de 2013. Texto editado.

181 FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 1, 21 ago. 1993. Primeiro Caderno.

182 INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Informe da Siderurgia: agosto de 1993. p. 2.

183 Luiz André Rico Vicente, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 30 de abril de 2013. Texto editado.

184 FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 2, 11 set. 1993. Primeiro Caderno.



Minério de ferro - Usiminas.



Sede Usiminas, Belo Horizonte/MG.

que conquistou o controle da empresa era formado pelo Grupo Mendes Júnior, Villares, White Martins, Companhia Vale do Rio Doce, Credireal, Bemge, Grupo SRL e também os empregados da Açominas. Com a compra o Grupo Mendes Júnior, que era o maior cliente da Açominas no mercado interno, passou a deter o controle da maior fabricante de tarugos do país à época.

No ano em que as privatizações das siderúrgicas brasileiras foram concluídas, o país alcançava o posto de oitavo maior produtor de aço do mundo e o setor siderúrgico havia obtido, no ano de 1992, o faturamento de US\$ 9,77 bilhões. A produção de aço bruto alcançava a cifra de 23,9 milhões de toneladas e a siderurgia empregava 117.079 pessoas¹⁸⁵.

Para a siderurgia a privatização significou o término de um longo período cujo enfoque principal era o modelo de substituição de importações com reserva de mercado, em que as empresas operavam em segmentos não concorrentes entre si. A entrada de novos concorrentes no mercado ampliou a competição, propiciando a busca de novos padrões de eficiência operacional, administrativa, comercial e financeira¹⁸⁶. A privatização possibilitou assim o início de nova etapa de desenvolvi-

mento e fortalecimento do setor siderúrgico brasileiro, imprescindível para a consolidação da posição de destaque da indústria nacional no competitivo mercado internacional. Além disso, também propiciou o desenvolvimento social e econômico em torno das usinas com novos componentes da cadeia produtiva; a elevação da arrecadação tributária; e incremento da atividade de cunho social, inclusive por meio de parcerias com as prefeituras municipais¹⁸⁷.

Seguindo a tendência mundial, após a privatização o setor siderúrgico brasileiro teve uma redução significativa no número de empresas devido ao processo de incorporações e fusões. Até o final da década de 1980 a setor era composto por mais de 30 empresas e no ano 2000 eram apenas nove, responsáveis por 96% da produção de aço no Brasil¹⁸⁸. Em 2011, o parque siderúrgico nacional era composto por quatorze empresas, controladas por onze grupos empresariais, operando 29 usinas distribuídas em dez estados brasileiros¹⁸⁹.

A privatização também repercutiu no plano institucional e o IBS, em 1993, incorporou a Associação das Siderúrgicas Privadas. Dessa forma, o IBS passou a ser a única representação das siderúrgicas brasileiras.

*Após a privatização, houve uma decisão por parte do setor de que não fazia sentido manter duas entidades. Da mesma maneira que a Siderbras foi extinta com o processo de privatização, houve um entendimento de que a ASP deveria se fundar com o IBS, o que ocorreu em maio de 1993.*¹⁹⁰

185 FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 7, 2 abr. 1993. Primeiro Caderno.

186 ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de. Impactos da privatização no setor siderúrgico. jan. 2001. p. 3. Publicação disponível no site www.bndes.gov.br Acesso em 20 de setembro de 2013.

187 Ibid.

188 São elas CSN, Usiminas/Cosipa, Acesita/CST, Belgo Mineira/Mendes Júnior e Gerdau/Açominas.

189 VASCONCELOS, Cláudio R. F. & FIRME, Vinícius de Azevedo Couto. O setor siderúrgico nacional: uma análise inter-regional de insumo produto para período de 1999 a 2002. p. 6. Publicação disponível no site www.bnb.gov.br Acesso em 23 de setembro de 2013.

190 Marco Polo de Mello Lopes, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 30 de abril de 2013 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Texto editado.

Plano Real – a nova aposta do país

Itamar Franco assumiu a presidência com a tarefa quase impossível de estabilizar a economia, em meio às mais precárias condições políticas e sob os escombros de fracassados planos. Em sete meses de governo, Itamar trocou quatro vezes de ministro da Fazenda, até que chamou para o cargo o ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso.

Fernando Henrique Cardoso elaborou o Programa de Ação Imediata (PAI), que continha as primeiras medidas econômicas destinadas a “preparar a casa” para enfrentar a ameaça da hiperinflação, um ano antes do lançamento do Plano Real. O PAI estabeleceu um conjunto de medidas voltadas para a redução e maior eficiência dos gastos da União; recuperação da receita tributária federal; equacionamento da dívida de Estados e Municípios com a União; maior controle dos bancos estaduais; início do saneamento dos bancos federais e aperfeiçoamento do programa de privatização¹⁹¹.

¹⁹¹ Exposição de Motivos da MP do Plano Real, de 30 de junho de 1994. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em 3 de setembro de 2013.





[Internet]

A segunda etapa preparatória para a implementação do Plano Real foi a criação, em março de 1994, da URV, Unidade Real de Valor, que possuía apenas padrão monetário e não entrou em circulação. Essa foi instituída com o objetivo de acabar com a inflação futura, sendo substituída pelo Real em 1º de julho do mesmo ano. A expectativa era grande para saber quais seriam os rumos do novo plano e o clima no país era ao mesmo tempo de esperança e dúvida quanto ao futuro.

Após 12 meses de implantação do Plano Real, o governo divulgou um balanço revelador das mudanças conquistadas com a nova moeda. A inflação, que em junho de 1994 estava por volta de 50% ao mês, baixou em julho de 1995 para cerca de 2% ao mês. Além disso, a nova moeda trouxe um ganho substancial para o trabalhador. O salário mínimo teve um aumento de 54%, passou de R\$ 64,79, em julho de 1994, para R\$ 100,00, em maio de 1995. O Plano Real trouxe também uma nova perspectiva para a economia em termos de oportunidades de emprego. O PIB cresceu 5,67% em 1994, com o setor industrial apresentando expansão de 7%. O setor de bens duráveis liderava até março de 1995 o crescimento industrial, acumulando uma expansão de 29,7%. De um ano para o outro, as vendas de eletrodomésticos, automóveis, geladeiras, fogões e outros produtos duráveis cresceram mais de 50%¹⁹². O Plano Real foi um sucesso e, antes que ele tivesse se estabilizado, Fernando Henrique Cardoso deixou o cargo de Ministro da Fazenda, para concorrer às eleições presidenciais de outubro de 1994. Foi eleito em primeiro turno, derrotando o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva, que havia se posicionado contra o plano que estabilizou a economia brasileira. Foi reeleito quatro anos depois, novamente concorrendo com Lula.

192 Balanço dos 12 meses do Real. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em 3 de setembro de 2013.

O governo FHC e as mudanças na indústria do aço

Após tomar posse em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso procurou dar continuidade ao Plano Real e à política de privatização. O objetivo era manter a inflação controlada, para que fosse possível incentivar o crescimento. Os juros, por sua vez, permaneceram altos. Em 1995, a inflação se manteve baixa e a economia cresceu 4,1% e todos os setores apresentaram expansão: o agropecuário, 4,9%, o de serviços, 5,7% e o industrial, 2%¹⁹³. Empresas de outros setores começaram a ser privatizadas como as de telefonia, energia elétrica e mineração. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, foi privatizada em 1997 e, no ano seguinte, ocorreu a venda das empresas do sistema Telebrás. A era das privatizações teve fim em 20 de novembro de 2000, quando se vendeu o Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Em dez anos de privatizações, o governo arrecadou 100 bilhões de dólares¹⁹⁴.



[Arquivo do Senado]

Posse de Fernando Henrique Cardoso.

193 Balanço dos 26 meses do Real. Desempenho da atividade econômica. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em 3 de setembro de 2013.

194 LEITÃO, Miriam. Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 319.



Usiminas: produção de tubos.

No setor siderúrgico, já todo privatizado em 1995, muitas mudanças começaram a ocorrer. A siderurgia instituiu um grande programa de investimentos, que previa um gasto de US\$ 7,1 bilhões, aplicados prioritariamente na modernização e racionalização para tornar o aço brasileiro mais competitivo¹⁹⁵. “O processo de privatização foi necessário, importante e transformador. As empresas mudaram dramaticamente, tornaram-se mais empreendedoras e competitivas.”¹⁹⁶

No imediato pós-privatização, ocorreu um boom de investimentos que permitiu que as empresas melhorassem seus processos, automatizassem e informatizassem vários setores, sem aumentar muito a capacidade. Foi um período de melhoria substancial de produtividade e qualidade com relativamente pouca oscilação de capacidade. Melhoria qualitativa, não quantitativa, que tinha sido alvo tradicional dos programas de investimento que ocorreram antes da privatização¹⁹⁷.

A preocupação com a melhoria da qualidade levou as siderúrgicas a ampliarem o esforço em relação à normatização e à certificação dos seus produtos. Com o apoio do IBS foi instalado pela ABNT, o Comitê Bra-

sileiro de Siderurgia (ABNT CB-28), desmembrado do antigo Comitê Brasileiro de Mineração e Metalurgia (ABNT CB-01). O CB-28 passou a ser o responsável pela normatização do aço e de alguns insumos siderúrgicos.

195 Esse valor foi apenas a previsão feita no final de 1993. Em 1996, os valores foram revistos e foram acrescentados mais US\$ 700 milhões. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Informe da Siderurgia: janeiro de 1997. p. 1.

196 Clênio Guimarães, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 27 de junho de 2013. Texto editado.

197 Germano Mendes de Paula, em entrevista concedida pelo Skype ao Escritório de Histórias no dia 10 de abril de 2013. Texto editado.



Produção de laminados a quente - Ipatinga.

Posteriormente, foram criados Comitês de Certificação pela ABNT em 1996 e 1997, para avaliar a conformidade de produtos longos e planos aplicados na construção civil, como vergalhões, perfis laminados, telas de aço soldadas e cordoalhas de aço aos requisitos das respectivas normas técnicas¹⁹⁸.

O resultado das medidas tomadas pós-privatização do setor foi que, depois de alguns anos, a produção de aço no Brasil cresceu acompanhando a demanda do mercado. O custo da produção foi reduzido, o parque siderúrgico se modernizou e elevaram-se os índices de qualidade e produtividade. Em 1990, o país produzia 20,6 milhões de toneladas de aço, número que em

1997 saltou para 26,2 milhões, um aumento de 27%¹⁹⁹. A maior parte da produção era exportada e em 1996 o volume das exportações foi superior a US\$ 3 bilhões²⁰⁰. Nesse período, as siderúrgicas brasileiras possuíam um custo médio da produção muito competitivo. A bobina a quente, por exemplo, custava no Brasil US\$ 197/t, já no Japão o preço era de US\$ 281/t e nos Estados Unidos de US\$ 294/t²⁰¹.

As siderúrgicas também começaram a investir em pesquisa. Algumas usinas brasileiras, por exemplo, participaram do projeto internacional *Ultra Light Steel Auto Body – Ulsab*, voltado para a fabricação de aços ultraleves apropriados ao carro do futuro.

198 INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Informe da Siderurgia: outubro/novembro de 1997. p. 3.

199 INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Anuário: 2000. p. 2.

200 e 201 INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Informe da Siderurgia: setembro de 1996. p. 3.

O interesse por essa área ocorreu pela intenção da indústria automotiva de fazer do Brasil um importante polo produtor de automóveis para o mercado interno e para a exportação.

O que ocorreu nos anos 1990 foi que, sem alarde, a siderurgia brasileira modernizou sua estrutura produtiva, recuperou atrasos tecnológicos, eliminou gargalos nas linhas de produção, criou soluções para seu passivo ambiental, promoveu automação de linhas, aumentou sua produtividade e valorizou seus recursos humanos²⁰². Além disso, com as privatizações das siderúrgicas foi possível realizar uma gestão voltada para resultados, reduzir e controlar os custos de produção, ajustar o quadro de pessoal, melhorar a gestão administrativa e financeira, além de modernizar a logística e a infraestrutura. Essas mudanças permitiram que o setor se adequasse ao cenário do mundo globalizado, muito mais competitivo.

No início dos anos 2000 a siderurgia assim como todo o setor industrial brasileiro se viu afetado pelo risco eminente de corte de energia elétrica. A crise energética ocorrida em 2001, último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, estava ligada principalmente à falta de planejamento no setor e à ausência de investimentos em geração e distribuição de energia. No período, mais de 90% da energia do país provinha de usinas hidrelétricas, o que tornava o sistema elétrico excessivamente dependente do regime das chuvas. No entanto, houve uma escassez de chuvas e o nível de água dos reservatórios das hidrelétricas estava baixo. A produção de energia diminuiu e, além disso, faltavam linhas de transmissão, o que impediu o governo de re-manejar a geração de energia de onde havia sobra para locais onde havia falta de eletricidade. A população se viu obrigada a economizar energia, tanto nos lares quanto nas indústrias. A saída encontrada pelo setor siderúrgico foi racionar o consumo e diversificar as fontes de energia.

202 In: INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA. Informe da Siderurgia: setembro de 1996, p. 4.

Sustentabilidade e o setor do aço

Em meados do século XX, atrelados ao desenvolvimento da indústria, surgiram os princípios que nortearam a chamada revolução verde. Um dos marcos fundadores dessa nova postura ocorreu em 1968, com as discussões do chamado “Clube de Roma”, que alertaram para a necessidade de se impor limites ao crescimento.

*Em 1972, o Clube de Roma publicou o seu relatório *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento), que alertava para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações. Poucos meses depois realizou-se em Estocolmo, Suécia, a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, de onde saiu um documento intitulado “Declaração sobre o Ambiente Humano”. A Declaração reconhece a importância da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, enfatizando a premência de o homem reordenar suas prioridades.²⁰³*

Nessa época, no Brasil, já havia indícios de problemas decorrentes da degradação ambiental, tanto hídrica como atmosférica. O lançamento de esgotos domésticos e de efluentes industriais vinha comprometendo a qualidade dos rios e, consequentemente, aumentando o custo de tratamento da água para abastecimento das populações.

203 Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/institucional/hist%C3%B3ria> Acesso em 30 de setembro de 2013.



Centro de operações da usina de Cubatão/SP.

As emissões atmosféricas decorrentes não somente da indústria, como também da frota de veículos automotores pioravam a qualidade do ar das grandes metrópoles. Em 1973, o governo federal criou o primeiro órgão ambiental, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), subordinada ao Ministério do Interior. Foi nomeado para ficar à frente da SEMA o professor naturalista e advogado Paulo Nogueira Neto.

Em 1981 foi promulgada a Lei nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Nela foram estabelecidos os objetivos, princípios e instrumentos que orientaram a governança e a gestão ambiental do país, bem como criados o SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente e o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Por sua importância estratégica, o setor siderúrgico foi convidado a integrar o CONAMA, como um dos representantes da indústria. Desde então, o setor vem contribuindo para a edição das normas ambientais editadas por esse Conselho.

A Organização das Nações Unidas realizou em 1972, em Estocolmo, a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente. Vinte anos mais tarde, no Rio de Janeiro foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, encontro que ficou conhecido como Rio 92, ou Eco 92. Por meio desses eventos, o termo desenvolvimento sustentável ganhou ampla repercussão internacional e a indústria do aço foi chamada a contribuir com soluções para o processo de desenvolvimento sustentável.

A produção do aço, devido ao uso intensivo de recursos naturais como minério de ferro, carvão e água, tem potencial para gerar impactos ao meio ambiente. Até o início dos anos 1970 não havia muitos regulamentos que disciplinassem o uso dos recursos da natureza e nem mesmo tecnologias que pudessem mitigar os impactos ambientais decorrentes da atividade industrial. A partir da conclusão dos grandes processos de privatização e da realização da Rio 92,

as empresas nacionais intensificaram a incorporação do conceito de eco-eficiência em suas práticas industriais. Naquele momento, foram feitos grandes investimentos em sistemas de controle das emissões atmosféricas e estações de tratamento de efluentes líquidos de suas unidades industriais. Com o passar dos anos, políticas públicas e desenvolvimento tecnológico propiciaram um salto de qualidade nas ações voltadas à sustentabilidade. Se antes a produção de aço causava impacto, assim como a maioria das demais atividades industriais, hoje o que se observa são novas e modernas práticas utilizadas pelas empresas para amenizar e até mesmo eliminar os efeitos sobre o meio ambiente.

As empresas tomaram iniciativas para maximizar a reciclagem e o reuso da água de processo, instalar sistemas de tratamento dos efluentes líquidos e de controle das

emissões atmosféricas, melhorar a eficiência energética dos seus processos e reduzir ou reutilizar os resíduos sólidos, fruto das operações industriais. Atualmente, o índice de recirculação de água do setor é de 96%. Os gases de processo são tratados e têm seu poder calorífico aproveitado para geração de energia. A autogeração, a partir de termelétricas e hidrelétricas, é responsável, atualmente, por 47% do total de energia elétrica consumida pelo setor.

No Brasil, a substituição de parte do carvão mineral pelo vegetal seguiu, inicialmente, uma lógica econômica, mas que se revelou extremamente positiva sob a ótica de sustentabilidade. Se, durante a década de 1990, o uso do carvão vegetal objetivava reduzir a dependência do coque importado, hoje esse é um dos diferenciais da indústria brasileira em relação ao resto do mundo. Atualmente, as empresas Aperam South America, Arce-



[Instituto Aço Brasil]



Sinobras - Fabricação de carvão vegetal.

lorMittal Longos, Gerdau, Sinobras Votorantim Siderurgia, Vallourec e Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil possuem altos-fornos a carvão vegetal, este um biore-dutor²⁰⁴. Em 2012, cerca de 10% da produção de aço bruto nacional foi obtida através do carvão vegetal.²⁰⁵

O uso do carvão vegetal na produção de aço reduz o balanço global de emissões de gases do efeito estufa. A absorção de gás carbônico pelas florestas planta-

das para produção de carvão vegetal compensa parte das emissões desse gás durante o processo industrial. A maior parte do carvão vegetal produzido a partir de florestas plantadas pelas empresas do setor possuem certificações reconhecidas, como os selos FSC (*Forest Stewardship Council*) e CERFLOR, que atestam o uso sustentável dessas áreas por meio de técnicas social e ambientalmente adequadas de manejo florestal.²⁰⁶ É o que afirma o presidente da Aperam South America:

*H*oje todo o carvão que nós usamos na Aperam é vegetal, vindo de floresta plantada, floresta de eucalipto. Todo o processo produtivo de carvão é certificado por órgão internacional, desde o plantio até a produção do carvão, o carregamento, os caminhões, tudo é mecanizado. Nós estamos trabalhando e vendendo tecnologia para produzir energia elétrica durante o processo de produção do carvão.²⁰⁷

Em abril de 2012 o Instituto Aço Brasil e suas associadas lançaram, em Brasília o “Protocolo de sustentabilidade do Carvão Vegetal”. O evento foi presidido pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

204 PAULA, Germano Mendes de. Economia de baixo carbono: Avaliação de Impactos de Restrições e Perspectivas Tecnológicas - Siderurgia. Relatório Final: jan.2013, p.56-57.

205 INSTITUTO AÇO BRASIL. Relatório de Sustentabilidade 2013. p. 13.

206 Id., p. 25.

207 Clênio Guimarães, em entrevista concedida por telefone ao Escritório de Histórias no dia 27 de junho de 2013. Texto editado.



Sinobras.

Um dos pontos mais relevantes do documento é o compromisso da indústria do aço de atingir, em até quatro anos, 100% de florestas plantadas para atender à sua demanda de carvão vegetal. Em 2011, 80% do carvão vegetal consumido pela indústria do aço foi proveniente de florestas plantadas próprias, 10% de florestas plantadas de terceiros e 10% de resíduos florestais legalizados. Outra ação importante é a implementação de um Programa de Qualificação de Fornecedores. As empresas do setor farão a harmonização dos requisitos para avaliação e qualificação de fornecedores, mantendo relação comercial somente com aqueles que cumpram todas as exigências legais. O evento contou com a presença de representantes do governo, da cadeia minero metalúrgica e da imprensa. “Considero que a divulgação desse protocolo pelos produtores do aço é importante contribuição ao esforço do Poder Público em conscientizar os demais segmentos da cadeia produtiva em também terem compromissos de sustentabilidade social e ambiental na produção de carvão vegetal”, afirmou a Ministra.²⁰⁸

²⁰⁸ Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/imprensa/noticias.asp?id=9817>. Acesso em 30 de setembro de 2013.

²⁰⁹ INSTITUTO AÇO BRASIL. A indústria do Aço no Brasil: Encontro para a sustentabilidade. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2012. p. 42.

²¹⁰ INSTITUTO AÇO BRASIL. Relatório de Sustentabilidade 2013. p. 84-85. Os coprodutos e resíduos também são utilizados, em menor escala, no nivelamento de terrenos, na agronomia e no lastro ferroviário.

Outra iniciativa importante está voltada ao uso dos coprodutos da indústria do aço, como por exemplo, a escória de alto-forno, que economiza energia e diminui as emissões de CO₂ na produção de cimento, em substituição ao clínquer, reduzindo a extração do calcário, um recurso natural não renovável. Já as escórias de aciaria, quando utilizadas na construção civil, possuem vantagens ambientais, ao substituir recursos naturais não renováveis, como brita e argila, na pavimentação de vias.²⁰⁹ Em 2012, a geração de coprodutos e resíduos para cada

tonelada de aço produzido foi de 600 quilos. Desse total, 85,5% dos coprodutos e resíduos foi reaproveitado, sendo utilizados, em sua maioria, na produção de cimento e em bases para estradas.²¹⁰ A agregação de valor aos anteriormente chamados “resíduos” tornou-se questão de tão grande relevância para o setor, que as empresas decidiram criar no Instituto Aço Brasil, o Centro de Coprodutos Aço Brasil – CCA Brasil, com o objetivo de identificar, desenvolver e disseminar tecnologias para utilização dos coprodutos siderúrgicos.

Outra questão que tem merecido destaque ao longo dos anos é a otimização da reciclagem da sucata. Como é “eco eficiente” em seu processo produtivo, o aço torna-se um dos materiais mais ambientalmente corretos produzidos por um segmento industrial. Ele é completamente reciclável e essa capacidade de retorno permanente à cadeia produtiva como matéria-prima, sem perder a qualidade, faz dele um dos produtos mais reciclados do mundo. Os benefícios ambientais relacionados à reciclagem na indústria do aço são amplos, incluindo redução do uso de matérias-primas não renováveis e das emissões de gases do efeito estufa, além do impacto social positivo, devido a geração de empregos no processamento da sucata.

Nos próximos anos, prevê-se que as normas e regulamentos no campo da gestão ambiental serão cada vez

mais restritivos devido ao esgotamento dos recursos naturais do planeta e por conta da maior exigência das pessoas em relação à qualidade de vida. Dessa forma, os vetores socioambientais, pouco considerados no processo de tomada decisão em décadas anteriores possuem, atualmente, grande peso no estabelecimento de políticas públicas e na definição dos investimentos no setor siderúrgico. Ainda existem, entretanto, alguns desafios a serem equacionados. Talvez um dos maiores desafios do setor seja interligar os ganhos econômicos às questões ambientais e ao desenvolvimento social, promovendo o equilíbrio entre eles. A opinião de Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, resume o processo pelo qual passou o setor do aço no Brasil e a atual conjuntura com relação à sustentabilidade:

Quando se fala em sustentabilidade, na verdade há um trinômio formado pela vertente econômica, pela vertente ambiental e pela vertente social. As três estão completamente interligadas e, se não houver um equilíbrio no desenvolvimento de uma ação estruturada que considere esse tripé, provavelmente não vai haver êxito, tanto da empresa quanto do segmento. Como na vida, esse é um processo de amadurecimento, inclusive do empresariado. Hoje temos volumes enormes de recursos que são investidos, tanto no processo de reflorestamento como no credenciamento dos fornecedores, temos maior segurança em tudo aquilo que envolve o processo produtivo.²¹¹

211 Marco Polo de Mello Lopes, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 30 de abril de 2013, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Texto editado.



Parte 5

Novos tempos
para a indústria
do aço



Obra de Amilcar de Castro localizada na
Câmara Municipal de Belo Horizonte.
Licenciado por inARTS.com.

“ Logo bem cedo, a capital do país recebia caravanas vindas de todos os rincões do Brasil. Na Esplanada dos Ministérios, a multidão ocupava os espaços e, com bandeiras, comemorava a posse do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, eleito presidente da República depois de três tentativas frustradas. De fato, era um momento histórico importante para o Brasil, após 42 anos um presidente eleito pelo voto direto passava a faixa presidencial ao seu sucessor. Comentários pueris afirmavam que finalmente o povo estava no poder, mas por trás de tanta festividade ainda imperava nos bastidores a desconfiança do eleito. Mesmo com a “Carta ao Povo” publicada em junho de 2002, havia ainda suspense e curiosidade sobre como o novo ocupante do Palácio do Planalto se comportaria à frente do executivo e o que aconteceria com a economia, que finalmente havia encontrado rumo com o Plano Real.

Na saída de uma montadora em São Bernardo do Campo, a conversa de um grupo de operários é sobre o presidente, que até bem pouco tempo estava entre eles. As indústrias da iniciativa privada não comemoram, mas confiam, senão no presidente eleito, no seu vice José Alencar Gomes da Silva, um bem-sucedido empresário brasileiro.

No radinho de pilha, o homem do interior escuta as palavras do presidente em seu discurso no parlatório e se emociona. No meio empresarial, o discurso que mais interessa é o do ministro Antônio Palocci, responsável pela pasta da economia. Em um trecho ele enfatiza o que os empresários querem ouvir. Referenda o governo anterior e sinaliza para a manutenção do projeto econômico do governo de Fernando Henrique Cardoso: “Nossa administração se diferencia da que nos antecedeu no projeto de país, expressa tanto na nossa agenda de reformas quanto na forma em que as encaminharemos, o pacto social. A diferença entre nossos governos, entretanto, não pode ofuscar a seriedade e a moralidade com que o Ministro Malan geriu a coisa pública, condicionado pela agenda do seu governo. E essa herança teremos a satisfação de preservar e entregá-la ainda mais consolidada no futuro.”²¹²

”

212 Trecho do discurso de posse do Ministro Antônio Palocci em 2 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u61397.shtml>. Acesso em 6 setembro de 2013.

Os governos de Lula e Dilma

A guinada para o social e preservação da política econômica

Em seu governo, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) organizou a economia em bases sólidas. A moeda foi estabilizada, inicialmente o Real esteve ancorado ao dólar, criou-se o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do SFN – Proer, para dar suporte e socorro ao Sistema Financeiro Nacional, que estava ameaçado de uma quebra e ainda legou ao país a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O governo Lula (2003-2010) abriu novas frentes no exercício de seu mandato. Desde a posse deixou claro a sua opção pelo pacto social, prometendo acabar com a pobreza, acenando inicialmente com o programa “Fome Zero”.

*N*um país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. (...) Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”.²¹³



Posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

213 Discurso proferido por Luiz Inácio Lula da Silva no dia 1º de janeiro de 2003 no Congresso Nacional. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>. Acesso em 23 de agosto de 2013.



Em 2002, ano em que Lula foi eleito, a inflação chegou a 26,41%, 16 pontos percentuais acima do índice do ano anterior. Antes da eleição, o mercado viveu um clima de tensão diante da probabilidade da vitória do petista. Havia desconfiança sobre o que o sindicalista, que até bem pouco tempo estava na porta das fábricas, poderia fazer com o país. Esse temor vinha principalmente da classe empresarial, bastava olhar para o passado recente e recordar o que aconteceu quando Fernando Collor foi eleito. Em 1989, um clima de medo foi plantado pela mídia para evitar que Lula vencesse. Em 2002 a situação era outra, mesmo assim trouxe por consequência imediata o disparar dos preços, fazendo

a inflação gravitar fora do eixo. O PIB cresceu 2,7% em relação ao ano anterior, mas encolheu para 1,1% no primeiro ano do governo Lula.

Lula havia aprendido muito durante as campanhas e, na última, moderou o seu tom, cuidou da aparência, abriu-se aos novos conhecimentos acerca do empresariado e do Brasil e, em suas constantes viagens pelo território nacional, foi capaz de perceber o tamanho do desafio a ser enfrentado se eleito fosse.

A Carta ao Povo Brasileiro, editada meses antes das eleições, foi a cunha que faltava para levantar sua candidatura.

*B*atizado de Carta ao Povo Brasileiro, o novo documento repetia, às vezes com as mesmas palavras, parte das promessas que já estavam no programa original, como rigor fiscal, estabilidade, respeito aos contratos e manutenção do superávit “o quanto for necessário”. Todo o resto foi omitido. Não mencionava temas que poderiam assustar o mercado financeiro, como política industrial, fim das privatizações e impostos sobre grandes fortunas. Apesar do nome, a Carta ao Povo Brasileiro era muito mais dirigida ao mercado financeiro que ao povo. Do ponto de vista político, essa distinção foi fundamental para Lula em 2002. Naquela situação, a carta funcionou como espécie de contrato entre o PT e o mercado. Era a reafirmação de que não haveria aventuras em troca do fim dos ataques especulativos.²¹⁴

214 MENDONÇA, Ricardo. Pegou com a esquerda e tocou com a direita. Revista Época, n. 433, 11 set. 2006. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0EIT470-16091.00.html>. Acesso em 24 de agosto de 2013.

No primeiro ano de mandato, começou a ser desfeito o suspense quanto a possíveis mudanças na economia, com a manutenção da política econômica. A indicação de Henrique Meirelles para o Banco Central mostrou ao mercado que a economia seguiria os mesmos caminhos, sem turbulências. Lula também teve a sabedoria de continuar o projeto social iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que, mais tarde, insistisse em dizer sobre a “herança maldita” recebida do seu antecessor. O foco do novo presidente foi a preocupação com a questão social.

Os projetos sociais do presidente Lula iam além do “Fome Zero” e se tornaram, ao longo dos seus dois mandatos, um largo programa de inclusão social e de transferência de renda que trouxe resultados inquestionáveis para os cidadãos até então considerados de “segunda classe”. O que se viu, anos depois da implantação dos programas, foi o aumento do consumo pelas camadas mais pobres, a ascensão social daqueles que viviam à margem e abaixo da linha da pobreza, bem como o aumento da circulação de dinheiro na economia. Além disso, vieram outros programas, como o financiamento para os cursos universitários, o que abriu caminho para que muitos ingressassem em cursos superiores, e um amplo projeto de construção de casas, para sanar o déficit de moradias. Por consequência, foram os programas sociais do governo, especialmente a distribuição de renda via “bolsa família”, associados ao bom momento de crescimento nacional, que geraram aumento do consumo interno e ajudaram o país a passar por crises internacionais, como a de 2008, sem consequências drásticas como as enfrentadas por alguns países europeus.

A política industrial dos governos Lula e Dilma

O que se observou na política industrial do governo do PT desde o início foi também a mudança de foco. Investir não mais nas indústrias de base e nas indústrias de transformação, como o que foi feito por governos anteriores desde a década de 1940. As privatizações haviam, de fato, fechado o ciclo das empresas estatais nos anos 1990, ainda que o partido do presidente se posicionasse contra as privatizações. O caminho traçado pelos programas do governo passava a ser de estímulo à produção que agregasse tecnologia em suas várias frentes, desde pesquisas para desenvolvimento de softwares e hardware, de biotecnologia até a indústria aeronáutica. Prevvia-se no governo petista a retomada de obras para a melhoria da infraestrutura no país, como a modernização das estradas de rodagem, das linhas férreas, da geração de energia, bem como a reestruturação e ampliação dos portos e dos aeroportos. Mas o que se viu foi uma sucessão de atrasos e dificuldades na formatação de projetos e nas licitações, e um desperdício de tempo e dinheiro.

Na economia, entretanto, os juros permaneciam altos e o velho argumento era manter a inflação em patamares possíveis de serem administrados. Essa política encarecia o crédito e os financiamentos à produção que, incorporados aos produtos, inibiam o aumento do consumo, como também alimentavam o processo inflacionário, ao tornar os produtos mais caros. Entre uma crise e outra, dada à variação cambial, às altas de preços e à inflação que ameaçava sair do controle, o governo contava com a mão firme de Palocci, timoneiro da economia, e de Meirelles, do Banco Central, que muitas vezes estavam em desacordo com a cúpula do partido, mas permaneceram no cargo, porque seus nomes acalmavam o mercado pela credibilidade de que desfrutavam.

A política industrial no primeiro mandato do governo Lula se realizou mais como uma carta de intenções. Editada em 2004, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, formada por um conjunto de propostas organizadas em programas articulados em três frentes, teve como resultado prático a redução da carga tributária para alguns setores. O crescimento médio do PIB brasileiro foi de 4,2% entre 2003 e 2008. O mercado externo se expandia e o Brasil ganhava reconhecimento internacional como uma economia forte, até que eclodiu a crise da “bolha imobiliária americana”, que afetou todas as economias. É inegável que o Brasil sofreu menos com a crise e parte desse mérito deve ser creditada aos programas sociais do governo, que melhoraram a distribuição da renda nacional e elevaram o consumo e a produção interna.

O volume de comércio cresceu forte todos os anos entre 2003 e 2007. Ao todo, no acumulado, 82,5%. Os preços das commodities metálicas – muitas delas o Brasil exporta – multiplicaram-se por quatro. Os preços dos grãos quase triplicaram. O fluxo de capitais entre países cresceu 227%.²¹⁵

Em 2008, quando a crise internacional estava se instalando, o governo propôs um novo programa denominado Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, que pretendia aumentar o ciclo de desenvolvimento das empresas e melhorar a competitividade. De novo a fórmula seria a renúncia fiscal, desta vez com desoneração de vários setores produtivos, na ordem de R\$ 21,4 bilhões até 2011. O seu primeiro programa, entre os sete apresentados, contemplava uma série de setores em que o Brasil era forte, por exemplo, a siderurgia, o petróleo, o gás, o aeronáutico, a petroquímica, a mineração, o bioetanol, a celulose e as carnes. O objetivo era consolidar e expandir esses segmentos.

215 LEITÃO, Miriam. Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 408.





Durante a maior parte do governo Lula, os industriais reclamaram muito da alta taxa de juros praticada, inclusive o próprio vice-presidente, o empresário José Alencar, inúmeras vezes veio a público dizer da sua insatisfação com os juros brasileiros, um dos mais altos do mundo. Sua fala, todavia, não foi suficiente para alterar a política do Banco Central referendada pela equipe econômica e pelo próprio presidente da República. As empresas exportadoras, principalmente aquelas de commodities, como o minério e a soja, pressionavam pela variação do câmbio. O dólar alto, mesmo que gerasse maior lucratividade, trazia dificuldades para o mercado e, quando a moeda americana estava em baixa, o volume de exportação aumentava sem, contudo, gerar mais lucros, porque o preço caía e os custos permaneciam os mesmos. Os juros só tiveram uma queda acentuada, abaixo dos dois dígitos, no governo Dilma em 2011, quando chegaram a 7,25% em outubro de 2012, o menor da história brasileira.

O papel do BNDES

O programa da presidente Dilma, seguiu linha semelhante ao do governo Lula, embora já enfrentasse dificuldades na economia, cujo crescimento não se sustentaria nos anos seguintes. O BNDES tornou-se braço forte do governo no encaminhamento das ações definidas, especialmente no que se refere à infraestrutura e aos programas, como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, praticado pelo governo anterior e em sua nova edição. Mesmo diante da crise internacional que já afetava, além dos Estados Unidos, os países europeus, o Brasil ainda desfrutava dos efeitos do crescimento do PIB brasileiro, que em 2010 chegou a 7,5%. Foi nesse clima que o presidente do BNDES anunciou, em maio de 2011, que o país ingressaria em um novo ciclo de desenvolvimento.

*A economia brasileira continuará crescendo firmemente nos próximos anos, o que gerará grandes oportunidades de investimento; o mercado interno viabilizará a expansão da demanda: consumo básico das famílias, habitação e duráveis; o investimento será dinamizado por cinco grandes vetores: petróleo e gás, energia elétrica, logística, construção habitacional e agronegócios; grandes desafios: aumentar a taxa agregada de investimento / PIB, e viabilizar o avanço competitivo da indústria manufatureira.*²¹⁶

216 COUTINHO, Luciano. O papel do BNDES na promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 4, 2011, Brasília. Disponível no site: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_BNDES_DesEconBrasil_052011.pdf. Acesso em 9 de setembro de 2013.



[Sec. de Comunicação Social da Presidência]

Presidente Dilma Rousseff

Seus argumentos se baseavam no aumento do consumo interno, devido ao crescimento da renda do trabalhador, na baixa taxa de desemprego, na expansão do crédito e na melhora da distribuição de renda. Mas os números apresentados expressavam um otimismo exagerado. A indústria cresceria 9,7% ao ano, alcançando 58,7% no período compreendido entre 2011 e 2014. Na sua leitura, a siderurgia cresceria à taxa de 3,2% ao ano. “Petróleo e gás e o mercado interno comandam os investimentos na indústria; energia

elétrica comanda os investimentos na infraestrutura e investimentos em saneamento e logística crescerão a taxas expressivas”²¹⁷, afirmou o presidente do BNDES Luciano Coutinho. Os investimentos em infraestrutura cresceriam mais de 50% em relação à gestão Lula, destaque para a ampliação de portos e ferrovias com crescimento acima de 200%. Em valores absolutos, os maiores investimentos se concentrariam no setor de energia elétrica, que receberia 139 bilhões de reais e o setor de edificações com previsão de investimentos da ordem de 600 bilhões de reais até 2014.²¹⁸

Mas os anos 2011 e 2012 não foram bons para o desenvolvimento brasileiro. A crise, que até bem pouco tempo era denominada de “marolinha” pelo governo, passou a afetar os negócios e a economia patinou, mesmo com os baixos juros praticados. O governo agiu rápido e concedeu incentivos a alguns setores da economia, especialmente à indústria automotiva e à linha branca que tiveram o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) reduzido com o compromisso de evitar demissões. O aumento das vendas de veículos fez reativar a cadeia produtiva, mas o PIB ficou em 1,4% em 2012. O estímulo ao consumo interno também fez parte do programa do governo para evitar uma catástrofe maior na economia e o país entrou em 2013 na mesma situação do ano anterior, nem mesmo os altos investimentos na preparação dos estádios de futebol pelo Brasil afora trouxeram de volta os bons ventos do crescimento.

O governo da presidente Dilma reeditou o sistema de câmaras setoriais, já experimentado em governos anteriores, mas com outra abrangência. Entre as câmaras criadas estava a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, cujo objetivo seria:

*formular políticas e medidas específicas destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos, ao controle e aperfeiçoamento da gestão pública, bem como de coordenar e articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo.*²¹⁹

217 e 218 COUTINHO, Luciano. O papel do BNDES na promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 4, 2011, Brasília. Disponível no site: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_BNDES_DesEconBrasil_052011.pdf. Acesso em 9 de setembro de 2013.

219 Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/acesso-a-informacao/camara-de-politicas-de-gestao-desempenho-e-competitividade/camara-de-politicas-de-gestao-desempenho-e-competitividade/?searchterm=camara%20competitividade>. Acesso em 9 de setembro de 2013.

Essa Câmara deveria contar com a participação do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência

da República e de quatro representantes da sociedade civil, com reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade de entidades públicas ou privadas. Para coordenar os trabalhos da Câmara foi escolhido o empresário do setor de aço Jorge Gerdau.

A Câmara tem dois braços, um voltado para a gestão pública, que é por si só um trabalho desafiador e o outro sobre a vertente da competitividade. São problemas sistêmicos que foram criados ao longo de gerações e que precisam ser atacados. Foi ótima a colocação de um empresário do porte do Jorge Gerdau, que sempre foi vinculado à questão da qualidade e da competitividade em relação ao próprio setor do aço.²²⁰

220 Marco Polo de Mello Lopes, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias, no dia 30 de abril de 2013, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Texto editado.



Setor de aço no início do século XXI

De 1995 ao ano 2000, a produção mundial de aço bruto avançou 12%, enquanto o volume brasileiro cresceu 11%, ou seja, acompanhou o movimento internacional. No período de 2000 a 2008, entretanto, o crescimento mundial avançou 56%, enquanto a siderurgia brasileira chegou ao final de 2008 com o volume de produção 20% maior que a do ano 2000. Ainda que a produção no período tenha sido alta, o crescimento ficou distante do crescimento mundial.²²¹

Em 2000, a produção de aço bruto totalizou 27,7 milhões de toneladas, a maior de todos os tempos da siderurgia brasileira. O mercado interno, medido pelas vendas internas mais importações, deve atingir 15,8 milhões de toneladas. Crescimento de 12% sobre o ano anterior, reflexo do reaquecimento da economia. As exportações apontam decréscimo de 3,2% em relação a 99, totalizando 9,7 milhões de toneladas. Duas grandes unidades de galvanização foram inauguradas em 2000. Há mais uma em construção e outra em fase final de projeto. Todas traduzem o esforço do setor para atender às exigências de um novo perfil de consumo, notadamente das indústrias automobilísticas e da construção civil. Retratam também esse esforço os acordos de parceria firmados pelas empresas produtoras com diferentes segmentos da cadeia produtiva.²²²



[Instituto Aço Brasil]

Projeto Minha Casa Minha Vida.

221 IBS: Instituto Brasileiro de Siderurgia. Anuário Estatístico: 2005, p. 8.

222 Dados expressivos da siderurgia. Informativo Carta da Siderurgia, n. 10, p. 3, dez. 2000.

Nos anos do governo Lula, o avanço da indústria brasileira foi significativo, com exceção de 2009, quando a crise bateu também às portas do Brasil. A indústria do aço acompanhou a tendência, com algumas oscilações. No início de 2004, o “Balanco Anual” do Instituto Brasileiro de Siderurgia anunciava em seu informativo que em 2003 a siderurgia brasileira vivera um ano especial, mesmo com a retração do mercado interno. As exportações de aço para a China compensaram a queda do mercado nacional e o setor ainda respondeu por 13% do superávit na balança comercial. “A produção brasi-

leira de aço bruto em 2003 alcançou 31,1 milhões de toneladas, recorde histórico correspondente a 5,2% de acréscimo sobre 2002.”²²³ Em 2006, o empresário Jorge Gerdau publicou no *Informativo da Siderurgia* o artigo “Investimentos x Consumo de Aço” em que tratava da estagnação e do baixo consumo *per capita* de aço no Brasil, da necessidade de investimentos na infraestrutura brasileira e nas exportações. Ele fez uma comparação do Brasil com a China e comentou sobre os investimentos feitos pelo setor após as privatizações, cujo retorno ainda não havia acontecido.



Estruturas em aço para residências.

Há dez anos o consumo de aço no Brasil mantém-se praticamente estagnado. No ano passado, excluída a parcela destinada à produção de manufaturas para exportação, o consumo efetivo de aço no país foi equivalente ao ano de 1997 e o consumo *per capita* situou-se em 91,3 kg, muito abaixo do alcançado em diversos países latino-americanos e incomparavelmente menor que os 264 kg do chinês.²²⁴

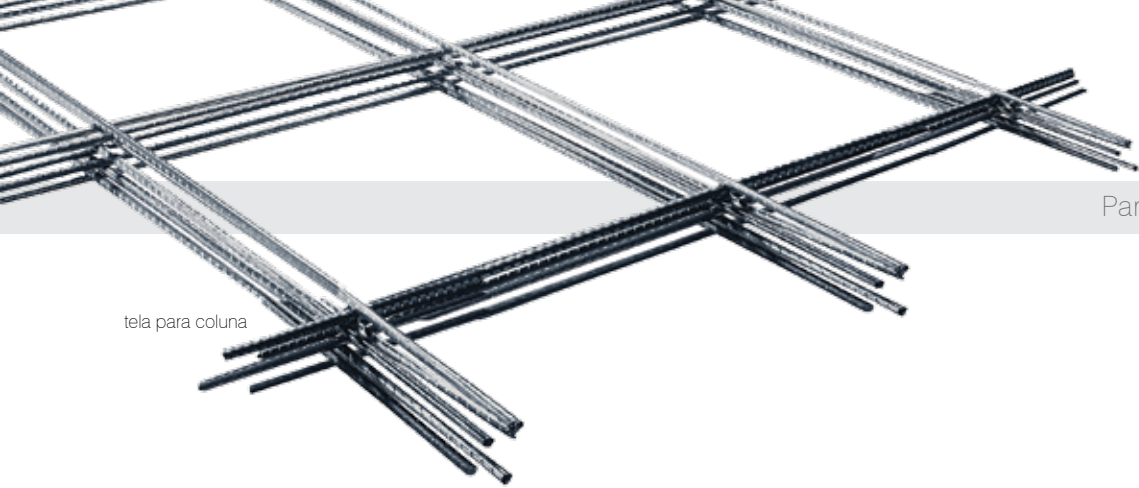
223 Produção e exportação de aço alcançam recorde histórico em 2003. Informativo Carta da Siderurgia, p. 4, jan./fev. 2004.

224 GERDAU, Jorge. Investimentos X Consumo de Aço. Informativo Siderurgia em Foco, n. 2, p. 2, ago. 2006.

Produtoras de Aço Brasileiras

PRODUTOS PLANOS							
PRODUTOS		EMPRESAS					
		THYS-SENKRUP CSA	APERAM	CSN	ARCELOR-MITTAL TUBARÃO	GRUPO GERDAU	USIMINAS
PLACAS		X	X	X	X	X	X
CHAPAS E BOBINA NÃO REVESTIDAS	CHAPAS E BOBINAS GROSSAS		X	X	X		X
	CHAPAS E BOB. A QUENTE		X	X	X		X
	CHAPAS E BOBINAS A FRIO		X	X	X		X
	FOLHAS NÃO REVESTIDAS			X			X
CHAPAS E BOBINA REVESTIDAS	FOLHAS PARA EMBALAGENS			X			X
	CHAPAS ZINCADAS A QUENTE			X	X		X
	CHAPAS ELETRO-GALVANIZADAS						X
	CHAPAS LIGAS ALUMÍNIO-ZINCO			X			
	CHAPAS PRÉ-PINTADAS			X			
CHAPAS E BOBINA ESPECIAIS	CHAPAS OUTROS AÇOS LIGADOS		X				
	CHAPAS INOXIDÁVEIS		X				
	CHAPAS SILICIOSAS		X				

PRODUTOS LONGOS							
PRODUTOS	EMPRESAS						
	ARCELORMITTAL AÇOS LONGOS	GRUPO GERDAU	SINOBRAS	VOTORANTIM SIDERURGIA	VALLOUREC	VILLARES METALS	VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL
LINGOTES, BLOCOS E TARUGOS	X	X	X	X	X	X	X
AÇO CARBONO	X	X		X	X	X	
AÇO CONSTR. MECÂNICA LIGADO		X			X	X	
AÇO INOXIDÁVEL		X				X	
AÇO P/FERRAM. E MATRIZES		X				X	
LEVES	X	X		X			
MÉDIOS E PESADOS	X	X		X			
FIO-MÁQUINA	X	X	X	X		X	
VERGALHÕES	X	X	X	X			
TUBOS SEM COSTURA					X		X



tela para coluna

PRODUTOS	TREFILADOS				
	EMPRESAS				
	ARCELORMITTAL AÇOS LONGOS	GRUPO GERDAU	VOTORANTIM SIDERURGIA	VILLARES METALS	SINOBRAS
ARAMES	X	X	X		X
BARRAS	X	X		X	



vergalhão



arame



perfil em U

[Instituto Aço Brasil]



perfil em I

Em 2007 a produção brasileira de aço alcançou 33,8 milhões de toneladas, 2,6% da produção mundial, um crescimento de 9,3% em relação ao ano anterior, o que consolidou o Brasil como o maior produtor da América Latina e o sétimo do mundo. As explicações para esses números são o crescimento do setor de construção civil, da indústria automotiva e dos projetos no setor naval e de gasodutos, somados à demanda externa aquecida. Na abertura do 20º Congresso Brasileiro de Siderurgia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou e acenou para o futuro apoiado pelos projetos do seu governo: “O PAC será o grande consumidor de aço nesses próximos anos. Só na questão da logística, como rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos, estamos investindo 58 bilhões.”²²⁵ O IBS se inseriu no assunto e publicou no seu informativo o texto “PAC Siderúrgico”, mostrando a capacidade instalada do parque, os investimentos a serem feitos e os resultados que proporcionariam um aumento da capacidade do setor. No total, de 2007 a 2010, seriam investidos 22,5 bilhões de dólares e, após 2010, mais 6,4 bilhões, o que elevaria a capacidade total da indústria de aço brasileiro para 66 milhões de toneladas. Na ocasião, o Presidente Lula fechou o discurso dizendo: “Espero contribuir para que vocês vendam cada vez mais um pouquinho de aço, aqui e lá fora, pois eu sei que gerará mais emprego, mais consumo e mais cidadania.”²²⁶

225 e 226 20º Congresso Brasileiro de Siderurgia reúne lideranças do setor em São Paulo. Informativo Siderurgia em Foco, n. 4, p. 1, jun. 2007.



Vergalhão Votorantim.

Aço, um segmento cíclico

Diante de resultados tão significativos, as expectativas para 2008 eram extremamente positivas, mesmo diante da crise que já despontava no cenário norte-americano, mas que ainda não era possível prever suas consequências para o mundo.

O IBS estima que a produção atinja 37,6 milhões de toneladas de aço bruto, representando um crescimento de 10,8% em relação a 2007. Tal crescimento tem como objetivo atender às expectativas dos diversos setores consumidores, assim como manter significativas exportações. Essas devem atingir 12,4 milhões de toneladas, representando um aumento de 17,9%. Esse crescimento será possível devido em parte ao aumento da capacidade de produção com a entrada em operação de novos projetos de expansão. No final de 2007, a capacidade instalada da siderurgia brasileira atingiu 41 milhões de toneladas.²²⁷



227 2007: ano de recordes na siderurgia brasileira. Informativo Siderurgia em Foco, n. 6, p. 2, dez. 2007.

O que acontece imediatamente, quando uma crise se espalha, como ocorreu em 2008, é a mudança no comportamento do comércio entre os países. Alterações nas regras e ações, muitas vezes unilaterais, são comuns diante de um cenário desfavorável, com o objetivo de proteger a economia, as empresas e, sobretudo, os empregos. Exemplos recentes vieram da União Europeia, que passou a adotar novas medidas *antidumping* contra produtos siderúrgicos chineses, da Turquia, assim como da Rússia e do Equador, que aumentaram suas alíquotas de impostos sobre as importações, enquanto outras medidas eram tomadas, principalmente contra a política chinesa de exportação de seus produtos a preços muito baixos. Isso afetou também o Brasil, que tinha uma série de produtos siderúrgicos com alíquotas zero para a importação. O resultado da crise no Brasil foi sentido nas vendas de aço brasileiro no mercado externo. Elas caíram 12% em relação a 2007, os preços deterioraram e as políticas protecionistas ganharam corpo no cenário internacional.

Nesse período, uma nova planta siderúrgica estava em processo de montagem, no município paraense de Marabá e, em 2008, foi inaugurada a Sinobras – Siderúrgica Norte Brasil S.A. Pertencente ao Grupo Aço Cearense, a Sinobras tinha por objetivo atender exclusivamente ao mercado brasileiro.²²⁸

Além da manutenção dos investimentos no setor siderúrgico, outras medidas foram tomadas, para tentar evitar que a crise se agravasse no país. Em janeiro de 2009, representantes do IBS foram a Brasília para uma reunião com o presidente Lula, com a finalidade de saber quais seriam as ações adotadas pelo governo brasileiro. Como o próprio Lula já havia colocado que o aquecimento do mercado interno havia minimizado o *tsunami* mundial, fazendo dele uma “marolinha” ao chegar ao Brasil, os empresários do setor do aço reafirmaram ao presidente que o diferencial do Brasil era realmente o bom momento do consumo interno.



228 Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/aco/parque-siderurgico-sinobras.asp> Acesso em 16 de setembro de 2013.



Acreditavam que a saída poderia estar nos investimentos do Estado em obras de infraestrutura tão necessárias. Apoiaram as iniciativas anticrise tomadas pelo governo, mas cobraram também “os cortes dos juros e a desoneração tributária dos investimentos, consumo e exporta-

ções, e substancial melhoria nos mecanismos de recebimento e/ou compensação de créditos tributários.”²²⁹

Na visão do professor Germano Mendes de Paula, estudioso da siderurgia, essas crises lhe parecem cíclicas.

*Eu comecei a estudar a indústria do aço em 1989 e, nesses 24 anos, o setor passou por muitas fases diferentes. Vivenciei o período de privatização, o boom de crescimento e investimentos pós-privatização, a partir de 1994 em diante, a grande crise mundial que o setor teve em 2001, 2002, a recuperação pós-2003, novas crises em 2008 e 2009 e agora uma tênue recuperação em 2010, 2011 em diante. Então, posso afirmar que o setor é cíclico, claramente cíclico, é uma das primeiras lições que nós aprendemos quando começamos a olhar o setor e naturalmente quem tem mais tempo, mais janela no setor, evidentemente já passou por altos e baixos ao longo do tempo.*²³⁰

229 Informativo Siderurgia em Foco. Notas. n. 10, p. 3, mar. 2009.

230 Germano Mendes de Paula, em entrevista concedida pelo Skype ao Escritório de Histórias no dia 10 de abril de 2013. Texto editado.



Sinobras.

Segundo Delfim Netto, a situação é um pouco mais complexa e, com crise ou apesar dela, o Brasil precisa fazer o dever de casa, estruturar-se para oferecer condições mais adequadas ao desenvolvimento competitivo de suas empresas, permitindo que elas possam concorrer em pé de igualdade, tanto no mercado interno quanto no cenário internacional.

*É preciso proteger a indústria de aço no Brasil, para competir com o estrangeiro. É quase inconcebível carregar o minério daqui para a China e trazer aço dela para competir conosco. Nós tiramos do empresário brasileiro as condições isonômicas de competição. O empresário brasileiro tem uma carga tributária que é o dobro ou o triplo da chinesa, tem uma taxa de câmbio supervalorizada e o chinês subvalorizada, tem uma taxa de juros que é, seguramente, em termos reais, o dobro ou o triplo da chinesa e, na verdade, os preços chineses são políticos.*²³¹

Siderúrgica Norte Brasil S.A. – Sinobras

A Siderúrgica Norte Brasil S.A. - Sinobras é a primeira usina siderúrgica integrada de aços longos para construção civil das regiões norte e nordeste e está localizada na cidade paraense de Marabá, no sudeste do estado. Produzindo aço desde 2008, a história da Sinobras remonta a década de 1980, quando o comerciante Vilmar Ferreira criou a Ferro OK, uma pequena empresa destinada a comercializar ferro para construção e derivados em Fortaleza. Em 1984 a empresa já tinha sido ampliada, tendo seu nome alterado para Aço Cearense. A expansão prosseguiu e, em meados da década de 1990 a Aço Cearense já era um grupo formado por unidades comerciais e industriais, lojas-depósito e unidades fabris localizadas em Fortaleza e no município cearense de Caucaia.

A partir dos anos 2000 os gestores do Grupo Aço Cearense realizaram um estudo que permitiu a ampliação dos negócios para o sudeste paraense através do beneficiamento de minério de ferro extraído do município paraense de Parauapebas e, em maio de 2008, nasceu a Sinobras. Ingressando no setor siderúrgico tendo como primeiro produto o vergalhão SI 50, atualmente a Sinobras possui quatro unidades operacionais, alto-forno, trefilaria, laminação e aciaria, comercializa com todos os estados brasileiros e tem uma produção de 300 mil toneladas de aço laminado por ano.²³²

²³¹ Antônio Delfim Netto, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 20 de junho de 2013, na cidade de São Paulo (SP). Texto editado.

²³² Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/aco/parque-siderurgico-sinobras.asp> Acesso em 16 de setembro de 2013.

Nem a crise tira o otimismo da siderurgia brasileira

Essa crise é apenas mais uma travessia por que passa a siderurgia brasileira. É inegável a expansão de novos atores no mercado internacional, sobretudo a participação da China que se tornou o maior consumidor e maior produtor de aço do mundo. O cenário atual registra o excesso de produção e a retração do consumo de aço e, nesses momentos a tendência dos países é reforçar medidas de proteção de seus respectivos mercados. No Brasil, a queixa e a pressão dos empresários do aço junto ao governo são pela desoneração dos investimentos e das exportações, e ainda pela reforma do sistema tributário e das questões trabalhistas, além do investimento em infraestrutura, que possa ampliar o consumo interno do aço em obras tão necessárias ao desenvolvimento econômico e social



Usiminas: laminação a frio.

do país. Mesmo diante dessas preocupações, o clima entre os empresários do setor de aço é de otimismo e de muito trabalho para encontrar alternativas. No 2º Encontro Nacional da Siderurgia, realizado em 24 de agosto de 2009, dia em que o IBS – Instituto Brasileiro

de Siderurgia – passou à denominação de Instituto Aço Brasil, a indústria do aço discutiu um assunto sempre intrigante: “O que vem depois da crise”. O encontro teve um tom otimista e se falou da recuperação do mercado do aço.

Durante o Encontro Nacional da Siderurgia, foi consenso que o pior da crise passou. Desde janeiro de 2009, verifica-se gradual melhora no mercado do aço. Quando a comparação é com o mesmo período em 2008, os resultados são sempre negativos, mas em relação ao mês imediatamente anterior, as melhoras aparecem.²³³

O otimismo se manteve durante o Congresso Brasileiro do Aço, realizado em maio de 2010. O Presidente Lula esteve presente, elogiou a Vila do Aço²³⁴, falou da crise e da solidez da economia brasileira, que ganhou respei-

tabilidade no mundo. Entre as falas publicadas no informativo do Instituto Aço Brasil destaca-se a de André B. Gerdau Johannpeter que, na ocasião, havia assumido a presidência do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil.



O Presidente Lula discursou na abertura do 21º Congresso Brasileiro do Aço, em 2010.

233 Tendência de recuperação do mercado de aço. Aço Brasil Informa, n. 12, p. 3, set. 2009.

234 A Vila do Aço, realizada pelo Instituto Aço Brasil é uma exposição que apresenta as aplicações do aço no dia a dia, na indústria, nos transportes, na infraestrutura e no campo, além de oferecer novas alternativas para a construção civil. Apresenta ainda as diversas formas de uso de co-produtos do processo siderúrgico na indústria da construção civil, pavimentação, cerâmica, agricultura e fabricação de cimento. Os visitantes podem visualizar como o aço transforma cidades e colabora com a melhoria dos espaços urbanos e rurais com a apresentação de réplicas em tamanho real. A primeira montagem da Vila ocorreu em paralelo a 21ª edição do Congresso Brasileiro do Aço & ExpoAço 2010, em São Paulo e a última edição da Vila do Aço foi na Construction Expo 2011.



Vila do Aço, 2010.

O Brasil tem capacidade de produzir hoje 42,1 milhões de toneladas de aço bruto que serão acrescidas, ainda este ano, de mais 6 milhões de toneladas devido ao início de operação de novas usinas. Nossa capacidade atual supera em cerca de 100% a demanda interna prevista para este ano e possibilita ao setor manter elevada posição exportadora. Ainda assim vamos continuar investindo.²³⁵

235 Indústria brasileira do aço demonstra otimismo. Aço Brasil Informa, n. 13, p. 3, mai. 2010.



O Presidente Lula e autoridades participaram do 21º Congresso Brasileiro do Aço, em 2010.

André Gerdau certamente se referia à inauguração em 18 de junho daquele ano da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), um complexo integrado produtor de placas de aço, localizado no distrito industrial de Santa Cruz, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, com capacidade para fabricar até 5 milhões de toneladas por ano e também da Votorantim Siderurgia que em 2009 inaugurava a sua fábrica na cidade de Resende (RJ), com capacidade anual para produzir em torno de 1 milhão

de toneladas de tarugos e 550 mil toneladas de produtos acabados.²³⁶ Acenava ainda para a nova unidade da Vallourec em parceria com a Sumitomo, cuja empresa estava sendo instalada em Jeceaba (MG) e que seria inaugurada em 2011 com o nome de Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (VSB), bem como a nova unidade da Votorantim, a Siderúrgica Três Lagoas em Mato Grosso do Sul inaugurada em 2012, com capacidade de produção de 400 mil toneladas por ano de produtos acabados.

²³⁶ Disponível em: <http://www.vsiderurgia.com.br/pt-br/institucional/unidades/resende/Paginas/resende.aspx>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

IBS agora é Aço Brasil

No dia 24 de agosto de 2009, foi anunciado na cerimônia de abertura do 2º Encontro Nacional de Siderurgia, em São Paulo, que o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) passava a ser o Instituto Aço Brasil com a adoção de nova logomarca. “Pesquisa realizada pelo Instituto mostrou que o público em geral não faz associação clara da palavra siderurgia com a indústria produtora de aço. O termo siderurgia é aplicado também a outros segmentos da economia. Além disso, a pesquisa identificou a necessidade de ressaltar a importância do aço no dia a dia das pessoas: no trabalho, em casa, no lazer, nos hospitais, nas obras públicas. Para onde se olhe, há produtos confeccionados em aço ou a partir de máquinas de aço. A presença é tão constante que o aço muitas vezes torna-se invisível. O aço é produto de uma das indústrias mais importantes para o desenvolvimento da economia brasileira. Essa indústria posiciona-se entre as mais competitivas do mundo, vem gerando anualmente mais de R\$ 45 bilhões em valor adicionado para o país, emprega diretamente cerca de 110 mil pessoas e é responsável por um saldo comercial acima de US\$ 4 bilhões, o que significa aproximadamente 18% do total do que é exportado pelo país. O Instituto Aço Brasil nasceu com o objetivo de reforçar os atributos positivos da indústria do aço, como solidez, eficiência, responsabilidade socioambiental, resistência, modernidade e confiabilidade. O setor está preparado para vencer os desafios e aproveitar as oportunidades de crescimento. O principal compromisso da indústria do aço é com o Brasil e com os brasileiros”.²³⁷



Sede do Instituto Aço Brasil.

No 23º Congresso Brasileiro do Aço e ExpoAço realizado em 2012 o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel afirmou que “sabemos todos os sacrifícios que a conjuntura econômica mais recente tem imposto à nossa indústria. Hoje o nosso desafio é retornar à competitividade que já tivemos”.²³⁸ Mesmo com otimismo dos empresários do setor do aço e a fala positiva, contudo preocupada, do governo, por meio do Ministro Pimentel, a indústria do aço continuava estagnada. Seus resultados de 2012 eram semelhantes aos de 2011, com pequenas variações, mas que, nos últimos meses do ano, notadamente em outubro e novembro, apresentaram leve aumento.

O depoimento do Professor Delfim Netto ilustra bem o que é o setor de aço no Brasil.

*Esse é um setor onde se tem empresários da melhor qualidade. Eles têm sucesso aqui e lá fora, essa gente é competitiva, essa gente foi lá para fora corretamente, estão criando seu mercado, estão diversificando a sua demanda, para dar estabilidade para um setor que é instável, um setor que responde muito à conjuntura. Quando o PIB cai 2%, a produção e o consumo de aço caem 8%. Então, é preciso estabilizar essa demanda. Eu considero o setor de aço um dos setores onde o Brasil tem mais expertise. Mas o Brasil não tem tido a compreensão de que ele precisa de uma indústria de aço forte, grande, para ocupar o seu mercado interno e para disputar sua posição no mercado internacional.*²³⁹

237 IBS agora é Instituto Aço Brasil. Aço Brasil Informa, n. 12, p. 1, set. 2009.

238 23º Congresso Brasileiro do Aço e ExpoAço 2012. Aço Brasil Informa, n. 17, p. 1, jul. 2012.

239 Antônio Delfim Netto, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias, no dia 20 de junho de 2013, na cidade de São Paulo (SP). Texto editado



24º Congresso Brasileiro do Aço, em 2013.

Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (VSB)

Formada pelo grupo francês Vallourec e pelo japonês Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (NSSMC), parceiros há mais de trinta anos na área de conexões premium para o setor de óleo e gás a Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil é uma joint venture. O complexo siderúrgico da VSB está instalado no município de Jeceaba, a 100 km de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e possui uma área industrial de 2,5 milhões de m². Foi inaugurado no dia 1º de setembro de 2011, pela presidente Dilma Roussef. Utilizando o que há de mais avançado em tecnologia, o complexo possui uma aciaria com capacidade anual de 1 milhão de toneladas de aço bruto e uma laminação capaz de produzir 600 mil toneladas de tubos de aço sem costura. Os tubos produzidos pela VSB possuem alto valor agregado, atendendo à demanda do setor petrolífero mundial.²⁴⁰



Ex-presidentes sendo homenageados no 24º Congresso Brasileiro do Aço, em 2013.

Companhia Siderúrgica do Atlântico - ThyssenKrupp

A ThyssenKrupp e o Brasil possuem uma sólida parceria, iniciada em 1837 e fortalecida até hoje, com mais de 10 mil colaboradores presentes em todas as regiões do país. Em 1961, a ThyssenKrupp reforçou seus investimentos e inaugurou a primeira unidade metalúrgica do grupo no Brasil, na cidade de Campo Limpo Paulista. Já em 1971, no Rio de Janeiro, foi iniciada a construção da Companhia Siderúrgica do Estado da Guanabara (Cosigua), pela ThyssenKrupp em associação com a Gerdau. Anos depois, em 1979, a ThyssenKrupp vendeu suas ações na Cosigua para a Gerdau. Mais recentemente, o grupo alemão decidiu investir em um grande empreendimento siderúrgico em parceria com a Vale, e, em 18 de junho de 2010, inaugurou a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), um complexo integrado produtor de placas de aço, localizado no distrito industrial de Santa Cruz, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

²⁴⁰ Disponível em: <http://www.vstubos.com/vsb.php>. Acesso em 17 de outubro de 2013.

Os próximos anos: os desafios do setor siderúrgico

Nos últimos anos a tecnologia acelerou o processo que conectou nações e integrou mercados. Empresas, países e economias passaram a guardar certa interdependência na maior parte do globo. A integração até então inimaginável fez com que as economias dos países se tornassem cada vez mais vulneráveis e sujeitas às intempéries ocorridas em qualquer canto do planeta. Essa interdependência deslocou o eixo do mercado internacional e, nesse cenário, não importa mais em que local estão os competidores e que ideologia professam. Países que antes poderiam ser considerados ilhas de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento se viram dentro de um mercado globalizado. O mesmo cenário internacional que aproxima mercados e competidores, desafia as nações e suas políticas. Ser competitivo tornou-se premissa para todas as organizações, sejam elas de grande ou pequeno porte de qualquer segmento. Ainda que o mercado esteja ao lado, sua regência ocorre em âmbito global, prioritariamente por meio digital. Pode-se hoje comprar uma gravata na China, uma torneira nos Estados Unidos, uma túnica na Índia, ou um par de sapatos em Nova Serrana, sem sair de casa. No caso do aço a situação não é diferente, importa-se minério e carvão, agrega-se tecnologia e ele pode ser produzido em qualquer lugar do mundo.

Um dos desafios da indústria de aço brasileira é o desenvolvimento do mercado interno. Ela precisa atuar para que o consumo *per capita* de aço cresça e alcance níveis internacionais e que o sistema de logística nacional melhore e ganhe competitividade.



*A nossa indústria está prisioneira da dimensão do seu mercado, ela vai precisar de uma revolução para primeiro ocupar de volta o mercado nacional, depois ganhar dimensão para competir lá fora. Por quê? Porque nós dispomos dos fatores mínimos para poder ter escala, que é o mercado interno razoável, com 200 milhões de consumidores, com renda crescendo. Tecnologia não é segredo, com tecnologia todo mundo pode chegar ao estado da arte.*²⁴¹



Programa Áreas Verdes Ipatinga.

As instalações das indústrias brasileiras de aço são modernas, a qualidade do aço é inquestionável, no nível dos melhores do mundo. A competição com o aço chinês, o maior produtor que tem criado um excedente de produção e inundado o mundo, pode ser apenas um momento conjuntural e, talvez nesse cenário o momento seja de aprendizado. Quando olhamos para dentro do Brasil percebemos que as perspectivas de crescimento são grandes. O país retoma o investimento em obras de infraestrutura como a ampliação de aeroportos e a cons-

trução de estádios para grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Mas não é só isso, o país tem um baixo consumo de aço per capita e, portanto, uma imensa demanda interna a ser atendida. Ainda apresenta problemas de mobilidade urbana e há um mercado consumidor crescente que almeja adquirir imóveis e bens de consumo duráveis. A perspectiva é que se invista na construção de novas casas, escolas, estradas, ferrovias, portos e aeroportos, e, tudo isso demanda aço, muito aço, um dos pilares do desenvolvimento.

241 Antônio Delfim Netto, em entrevista concedida ao Escritório de Histórias no dia 20 de junho de 2013, na cidade de São Paulo (SP). Texto editado.

Dados Consolidados do Setor do Aço - Ano 2012*

Parque produtor de aço:

29 usinas, administradas por 11 grupos empresariais.

Capacidade instalada:

48,4 milhões de t/ano de aço bruto

Produção Aço Bruto:

34,5 milhões de t

Produtos siderúrgicos:

33,2 milhões de t

Consumo aparente:

25,2 milhões de t

Número de colaboradores:

132.470

Saldo comercial:

US\$ 2,5 bilhões - 12,8% do saldo comercial do país

13º Exportador mundial de aço (exportações diretas)

7º Maior exportador líquido de aço (exp - imp):

6,0 milhões de t

Exporta para mais de 100 países

Exportações indiretas (aço contido em bens):

2,8 milhões de t

Consumo per capita de aço no Brasil:

142 quilos de aço bruto/habitante

Principais setores consumidores de aço:

Construção Civil; Automotivo; Bens de capital;

Máquinas e Equipamentos (incluindo Agrícolas);

Utilidades Domésticas e Comerciais.

*Fonte: disponível em
<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/numeros/numeros-mercado.asp>.
Acesso em 17 de setembro de 2013.





Esta obra utiliza as famílias de fontes Optima e Swiss 721 e foi impressa em papel couché fosco 150g/m² pela Rona Editora Ltda.

Belo Horizonte/MG



Apoio



Patrocínio



Realização

